

ATA N.º 3.1/XIII/2024

Sessão Ordinária abril/2024

1ª Reunião – 19/04/2024

Aos dezanove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Relatório e Contas do ano 2023;
 - 3.2 - 1ª Alteração à Estratégia Local de Habitação;
 - 3.3 - Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira Regional de Maio e Festas em Honra da nossa Senhora da Boa Viagem, ano de 2024;
 - 3.4 - Contrato de Arrendamento para Fins Não habitacionais de um armazém, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 29, Loteamento Industrial da Quinta dos Machados, freguesia de Alhos Vedros;
 - 3.5 - Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores de Agrupamentos de Escola – 2024;
 - 3.6 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- João Fernando da Silva Soeiro foi substituído por Daniel José Viegas Serpa

Verificação de ausências:

- Após as verificações efetuadas não se verificaram ausências.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Pedro Miguel Dias Pinhal, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Paulo Franco

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“A Constituição da República Portuguesa, no capítulo 2, direitos, deveres e garantias, no seu artigo 48º consagra os direitos à cidadania ativa. Eu hoje, exerço esse direito.

Para que me fosse possível estar aqui, tão livre como alguém possa ser, há cerca de 50 anos o Estado Novo foi derrubado, permitindo o livre exercício do direito à expressão, associação e outros, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa. Este é um assunto sobejamente falado, e não é a razão da minha presença aqui hoje.

No entanto, o 25 de Abril, ao contrário do que muitos afirmam, não aconteceu pacificamente e não aconteceu num determinado momento. Houve sofrimento e muitas lutas, muitas das quais silenciosas, e foram esses que sofreram e lutaram pela democracia e a liberdade, que os referimos hoje e que são celebrados.

Paradoxalmente, foi um momento histórico, vivido por muitos, um momento que nunca poderá ser transmitida na sua íntegra a todos aqui hoje que não o viveram. E, mesmo esses que o viveram, saborearam e saboreiam de forma diferente, isto porque a individualidade é única e é, por si só, um direito fundamental, e é nessa diferença que o coletivo ganha força de forma sinérgica e pode fazer uma diferença.

Todavia, se o 25 de Abril foi um momento histórico, as suas repercussões não se cingem a um momento cristalizado na memória e no tempo, as repercussões estão vivas e sentem-se cada vez que existe um exercício de direitos, liberdades e garantias. Hoje, vivemos essa liberdade celebrando todos aqueles que permitiram a sua existência.

Constatarei que faixas e pendões que convidavam a população para o desfile a acontecer dia 25 de Abril foram tirados. Desconheço os motivos por trás de ação, mas à falta de explicação plausível, este ato é condenável.

É sabido que existem problemas no centro de saúde, que levaram à interrupção do funcionamento. Os motivos não foram clarificados e não foi dado a conhecer se os mesmos se encontram, definitivamente, resolvidos.

Existiu uma denúncia de contrato por parte da Câmara do Barreiro, no que diz respeito às carreiras dos TCB que servem a Moita. Uma vez mais, não existiu qualquer clarificação objetiva acerca dos motivos e, especialmente, como se chegou a uma situação de rutura.

Infelizmente, já existem mitos, histórias, acerca da renovação da rede de drenagem de água pluvial e, em particular, no troço junto ao cais da Moita.

É visível a pobre condição de arruamentos, rede viária, equipamento urbano, edifícios devolutos em risco de derrocada sobre a via pública, e com possível dano a pessoas e bens.

Esta, é uma pequena síntese de problemas que me leva a questionar:

Existe algum plano estratégico desenvolvimento para a Moita?

Quais são as prioridades, e em que espaço de tempo?

Quando será possível aferir uma verdadeira mudança?

O tempo, não é de culpar, é de solucionar e melhorar, e isso apenas se consegue com um diálogo aberto e positivo, tendo em vista o bem comum, e essa é a responsabilidade de todas as forças políticas representadas. Trabalhar para o bem comum e não o aproveitamento político do que está mal ou menos bem.”

Sr. Manuel Croca

Considera que pertence a uma geração privilegiada, porque lhe foi dado viver 3 tempos, 3 idades diferentes da sua vida. O período da ditadura, com plena consciência dela, porque quando se deu o 25 de Abril tinha 17 anos, o 25 de Abril e aquela euforia do momento, e depois a construção da democracia ao longo destes tempos que estão a construir.

A democracia é mais difícil do que a ditadura. Em ditadura, em princípio, bastará obedecer. Uma minoria ousava desafiar os poderes instituídos, e por isso, pagaram no corpo, alguns com a própria vida, ousarem “desafiar a besta.” Mas, a democracia é mais difícil, porque é uma construção diária e permanente e depende da participação de todos. É mais trabalhosa, mas também é muito mais

compensadora, e a prová-lo está a transformação profunda que o país sofreu, um pouco pelo esforço de todos. Apesar dos imensos problemas que têm para resolver. Olhar para o Portugal hoje e para o Portugal antes do 25 de Abril, não há qualquer semelhança possível.

Mas, porque a democracia é uma construção diária e permanente, há alguns sinais que se estão a passar aqui no concelho, que o deixam seriamente preocupado, seriamente preocupado, e não é daqueles que acham que gerir uma Câmara municipal é fácil. Imagina a complexidade dos problemas que há para resolver, os problemas são imensos e diversos, e por isso, não vale a pena estar a inventar outros problemas onde eles não existem, e, neste executivo da Câmara da Moita, já por algumas situações, sente quase que uma vontade de ir para o confronto, de uma forma, absolutamente, gratuita e desajustada.

Veio isto a propósito do desfile do 25 de Abril. Comemoram-se este ano 50 anos desse dia, quase como que refundador do país, que foi o 25 de Abril. Sabe que foi elaborado um documento político, que pensa que terá conhecido a aprovação, se não por unanimidade, por quase todos os órgãos autárquicos do concelho, e que pretendia que, para assinalar esta efeméride gloriosa, as comemorações do 25 de Abril se estendessem ao longo de todo o ano, e que apelassem à participação do movimento associativo, dos partidos políticos, das pessoas em geral, para ser uma festa a sério ao longo de todo o ano. Isso foi aprovado, tanto quanto sabe, quase por unanimidade em todos os órgãos autárquicos do concelho, e foi elaborado um programa que estende as comemorações ao longo de todo o ano, e o próprio pertence a uma associação que tem iniciativas até novembro deste ano.

No decurso desse plano, e para articular, foi feita uma reunião onde foram discutidas as comemorações do 25 de Abril no concelho da Moita. Essa reunião teve a participação da Câmara Municipal da Moita, da Assembleia Municipal da Moita, dos partidos políticos e até de algumas associações. Nesse plano, foi aprovado, pela maioria, que se iria realizar um desfile no 25 de Abril, aliás, à imagem e semelhança do que tem sido feito, desde sempre, no concelho, que partiria do mercado e viria até à Praça da República. Curiosamente, à revelia desta decisão da maioria, a Câmara Municipal da Moita decidiu ignorar isso.

E mais, foram colocadas algumas faixas no espaço público pela comissão promotora desse desfile, e houve munícipes que ouviram o senhor Presidente da Câmara da Moita, dar indicações à funcionária da limpeza para retirar essas faixas a divulgar o desfile. Para já, tem dúvidas que isso seja legal, mas mesmo tenha alguma cobertura legal, do ponto de vista da forma como se entende a participação coletiva dos cidadãos do concelho, nesta questão das comemorações do 25 de Abril, é uma coisa estranha, é uma coisa muito estranha. E que o leva a perguntar, qual é que realidade estão a querer construir aqui no concelho. É que o concelho não é caracterizado por pessoas do “amochar”. As pessoas não estão aqui para “amochar”, portanto, vejam se têm respeito, porque o Presidente da Câmara hoje é Presidente da Câmara e amanhã pode passar a ser um cidadão como outro qualquer.

Acha que atitudes de alguma arrogância e de alguma prepotência, não ficam bem a ninguém, e ainda por cima caem muito mal no ano em que se comemora os 50 anos do 25 de Abril. Há pessoas que passaram muito para que isto fosse possível. Agora, chega aqui uma pessoa qualquer, com todo o respeito pelo senhor Presidente da Câmara, porque é uma pessoa respeitadora, manda retirar as faixas que convocam um desfile popular, com a participação do movimento associativo, dos partidos políticos, e onde o executivo está, inclusivamente, convidado para participar e até encabeçar esse desfile. Mas estão a falar do quê? Estão a falar do quê? Isto é o quê? Querem transformar o concelho da Moita no quê? Não vão por aí, porque vão-se dar mal, é um conselho.

Já agora, e só para terminar, também não gostou, e o município da Moita agora, de vez em quando, é notícia, e é notícia por motivos menos positivos, que foi a polémica envolvendo a Câmara Municipal da Moita e a Câmara Municipal do Barreiro. Portanto, a Câmara Municipal do Barreiro diz que há uma situação de dívida, a Câmara da Moita diz que não há, agora, sinceramente, mesmo entre câmaras geridas pelo mesmo partido, pessoalmente, não gostou do tom da resposta que a Câmara Municipal da Moita publicou no Facebook, achou-o um tom belicoso, e pensa que as coisas devem ser esclarecidas com calma e com elevação. Fica aqui este conselho se lhe é permitido.

Sra. Dora Silvestre

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

«O que me traz aqui hoje, nada mais é, que a clarificação de uma resposta enviada pelo gabinete do excelentíssimo senhor Presidente, do gabinete da Presidência. Essa resposta está vinculada a um pedido que fiz anteriormente, de realização de uma reunião com o senhor Presidente da Câmara. Esta reunião tinha como intuito perceber o indeferimento do meu pedido de mobilidade intercarreiras, isto porque tenho vindo a ouvir, em diversas reuniões, quer da Câmara, quer da Assembleia, o senhor

Presidente da Câmara dizer que o executivo está a apostar na formação dos trabalhadores, e ainda hoje trabalhadores foram condecorados por terem feito o RVCC, e então, tendo isto, digo que o senhor Presidente da Câmara discutível, e o executivo, está a apostar na formação dos trabalhadores, quer através de programas de formação, quer com a realização de protocolo com a Universidade Aberta.

Ora, se existe por parte do executivo, dar melhores condições de conhecimento para que os trabalhadores possam ter mais experiência na sua carreira profissional, dizendo ainda que é uma oportunidade de evolução de categoria, não entendo como meu pedido, realizado em junho de 2023, tenha sido indeferido.

O senhor Presidente da Câmara alega, na resposta que me envia, e que passo a citar “a mobilidade intercarreiras ou intercategorias é sempre determinada pela conveniência para o interesse público, designadamente, quando a economia, a eficiência, a eficácia dos órgãos ou serviços, o impõem, no nº 1 do artigo 92º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, pelo que, podendo, embora ser requerida pelo trabalhador, não é ditada pelo seu particular interesse, o qual só pode obter acolhimento se e na medida em que consiste o interesse público, nos termos que resultam do citado artigo, porquanto a área da licenciatura da senhora Dora Silvestre não se constitui como uma área de interesse para o serviço”.

Tem razão, senhor Presidente, quando diz que não existe obrigatoriedade, mas quando diz, e passo novamente a citar “porquanto à área da licenciatura da senhora Dora Silvestre não se constitui como uma área de interesse para o serviço”, é com espanto que eu leio essa informação, pois, a minha licenciatura é na área do jornalismo e comunicação social, uma área que, cada vez mais, é necessária em qualquer instituição ou órgão público ou privado, pois o tempo em que vivemos está focado cada vez mais na comunicação dos media e das redes sociais.

A par disto, a Câmara, em dezembro de 2022, abriu um concurso para contratação de uma técnica ou de um técnico superior de jornalismo e comunicação social, sem que tenha alguém entrado, pois o mesmo foi prorrogado. Ora, deve ter sido por alguns motivos, não muito particulares, digo eu. Para além do já referido, o mapa pessoal da Câmara tem 3 vagas para a área de jornalismo e comunicação social. É bastante estranho dizerem que o meu pedido de mobilidade intercarreiras não seja de interesse público.

Posto isto, o que lamento mais na resposta do senhor Presidente da Câmara, e que passo a citar, e espero que esteja a ouvir bem “no entanto, a trabalhadora pode sempre concorrer a outros organismos da administração pública que abram procedimento concursal na sua área de licenciamento”, ou seja, está-me a convidar a sair desta Câmara.

Percebo que me queira ajudar a ter uma carreira profissional, mas foi dentro desta Câmara que eu aprendi o que sei, e trabalho nesta Câmara há 20 anos, mas senhor Presidente da Câmara, se eu quisesse sair do meu local de trabalho, no concelho em que eu resido, já o teria feito. Agradeço a sua atenção comigo, mas não vai dar. Posso ter a minha mobilidade intercarreiras presa durante toda a vida enquanto você cá estiver. mas pela minha dignidade, e quando eu quiser sair, eu saio, não preciso que me convide e espero que, quando eu quiser sair, não o impeça como uma prova de “pidesquidez” do senhor Presidente.»

Sr. Eduardo Rocha

Quando preencheu o impresso para tomar a palavra, não mencionou nenhum tema, de facto, pôs lá diversos, porque traz aqui diversos pontos a colocar. O primeiro ponto é dar os parabéns à Câmara da Moita por ter pago a dívida à Câmara do Barreiro, e dizer que os podia ter dispensado da má imagem que foi criada, com a dívida existente para a Câmara do Barreiro. Felizmente, parece que está tudo salvo.

Outra questão que também queria perguntar era o que se passa com o painel eletrónico de informação, que estava junto ao tabuleiro no cais. Não está lá, não sabe se foi retirado para reparação, se foi vandalizado, se se está a preparar para que tenha mais valências para as pessoas poderem utilizar, portanto, gostava de saber.

Outra questão que também que gostava de perguntar, era porque retiraram os bancos junto à muralha, e pensa que na muralha toda, inclusivamente, na caldeira, e acha que na Caldeira até havia uns bancos que estavam danificados, mas pelo menos aqueles ao pé do centro náutico, até ao pé do tabuleiro, pareciam-lhe estar em bom estado, mas retiraram os bancos e ficaram uns altos na calçada. Não sabe se é para colocar outros, se não é, e gostava também de saber.

Gostava também de perguntar, porque há o “diz que disse”, e acha que é nos sítios próprios que devem colocar as questões, sobre a piscina da Moita, que e falava que era para ser inaugurada no mês de Abril mas, pelos vistos, parece-lhe que as provas de natação, que já não há as “24 horas a nadar” que

era costume fazer, portanto, já não vai acontecer, mas a nataçãõ continua a ser na piscina de Alhos Vedros, porque a da Moita ainda não está em condições e, segundo consta, parece que existe um problema com a EDP, e que aqui também a Câmara é acusada, e porque não sabe é que quer um esclarecimento de quem de direito, de que existe uma dívida à EDP e a EDP não faz a rede para a piscina enquanto a dívida não for paga, ou qualquer coisa assim. Se é ou não, não sabe.

Já aqui foi falada a questão do 25 de Abril e do desfile, e queria dar os parabéns ao senhor Presidente, pela tentativa de boicote ao desfile do 25 de Abril. Acha que é um ato censório, e gostava de saber, se isto é uma atitude do senhor Presidente da Câmara, se é dos vereadores todos do Partido Socialista, ou se é do Partido Socialista, porque o Partido Socialista não tem atos censórios. Do que conhece, o Partido Socialista é um partido de liberdade, inclusivamente, onde há liberdade de expressão das pessoas, e veem vários membros a concorrerem a Secretário-Geral, uns com uma opinião, outros com outra opinião, mas o Partido Socialista não é um partido censório, e aquilo que hoje foi feito na Moita, retirar pendões e faixas a anunciar o desfile do 25 de Abril, acha que é uma atitude censória. E, gostava de saber se isto é do senhor Presidente, se é dos vereadores que o acompanham, ou se é do próprio Partido Socialista, o que não acredita. Não acredita, sinceramente, tem pessoas, inclusivamente, aqui nesta sala que reconhece que eram incapazes de ter uma atitude destas.

E depois, a comissão promotora não tem número de contribuinte, não é uma instituição, não está legalizada, mas o 25 de Abril, quando foi feito, também não estava legalizado, não tinha número de contribuinte. Isto é um desfile, a Câmara, inclusivamente, era convidada para encabeçar o desfile, porque são os 50 anos do 25 de Abril. E, quem viveu antes do 25 de Abril, sabe a importância que tem o 25 de Abril para as pessoas. Aqui na Moita, houve pessoas que foram presos políticos, lutaram contra a ditadura, sofreram, o próprio, e a sua geração, tinham o peso da guerra colonial em cima da cabeça. Já tinham vizinhos que tinham vindo feridos, e tinham o peso da guerra colonial em cima da cabeça, e o 25 de Abril foi uma explosão.

Andava na escola, tinha apanhado 4 dias de castigo na escola, por uma questão que não vale a pena agora entrar em pormenor, mas é do mais ridículo que pode haver, antes do 25 de Abril, e, a seguir ao 25 de Abril, no dia 25 de Abril, chegou-se ao pé do diretor da escola, e ele andava com o rádio a ouvir as notícias, e disse-lhe “então agora já andas com medo? Mas quando me deste os 4 dias não tiveste medo”, a si e à sua turma toda, queria expulsar a turma da escola. Portanto, quem viveu o 25 de Abril, este ato hoje, e este boicote da parte da Câmara, dos vereadores ou do senhor Presidente, ao desfile do 25 de Abril, é do mais baixo que pode haver, é de quem está a desprezar a liberdade.

O ano passado, porque foi intervir, salvo erro, na Assembleia Municipal que houve a seguir ao 25 de Abril, que pensa que foi no dia 26, e foi apelar para que este ano, que eram os 50 anos, houvesse uma convergência de interesses e de vontades, porque estão aqui todos pelo 25 de Abril, e só estão aqui porque houve o 25 de Abril. Se calhar, estão aqui alguns que se houvesse o 24 de Abril continuavam cá, mas estão todos aqui pelo 25 de Abril, e dirigiu-se ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, e pediu-lhe, e da parte do senhor Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia Municipal, o senhor António Duro, por quem tem respeito claro, como por todas as outras pessoas, ficou no ar a hipótese de haver essa convergência este ano, mas foi defraudado. Foi defraudado.

A Comissão promotora, e o desfile, normalmente, era às 10:00, antecipou-o para as 09:00, para não colidir com os atos institucionais, respeitando os atos institucionais, e este ano, não contentes com isso, marcaram atividades para as 9 da manhã, o descerrar de um quadro da universidade sénior na Praça da República, quando esse quadro estava planeado, e há aqui pessoas que não o podem desmentir, ser no mercado e o desfile partir dali. deram a volta a isso, boicotaram. Isto é boicotar. Acha que isto é feio, muito feio. Está um bocado exaltado, e pede desculpa. mas “quem não se sente, não é filho de boa gente”, como se costuma dizer, e isto, a si, dói.

Queria, só para terminar, e pedindo desculpa pela sua exaltação, se lhe derem licença, dizer:

“Olho o Abril com desdém
Se Abril não for de todos
Abril não é de ninguém
Tem que estar em todo o mundo
Porque o seu significado
Só se torna mais profundo
Quanto Abril é partilhado
Abril é de todos nós
Abril é da voz
Que só é voz
Quando grita de mãos dadas
Ninguém mais cerra as portas que Abril abriu.”

Sr. João Henriques

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Quero agradecer, mas eu estou um bocado comovido, pelas vezes que estive... mas, o que o me traz cá... é que eu estou muito admirado. Talvez fosse um lapso da Câmara, talvez. Eu não gosto de julgar as pessoas sem ter provas, como os senhores sabem. O senhor Presidente, no dia 16, de manhã, ou cerca do meio dia e vinte, publicou nas redes sociais, o seguinte: “Interrupção de abastecimento de água na Fonte da Prata – No âmbito da obra de substituição da rede de abastecimento de água da Quinta da Fonte da Prata, com prevista ligação aos ramais, no dia 16, 17 e 18”, e eu acho que isto devia ser, pelo menos, com 24 horas antecedência. que é para as pessoas se precaverem com a água, porque a água é cortada das oito e meia da manhã até às seis e meia tarde. Há estabelecimentos, e quem tem os estabelecimentos precisa de água, há quem tenha coisas para fazer em casa, a comida e por aí fora, e eu gostava que o senhor Presidente retificasse essa situação.

Já agora, eu deparei-me com uma situação na Assembleia da Junta da Freguesia de Alhos Vedros, e eu vou repetir outra vez, eu não assisti à Assembleia da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, porque tenho um problema de saúde. Eu ao deparar, não posso acreditar que duas pessoas que falaram na Assembleia da Junta da Freguesia, se eles têm poder, eu vou repetir outra vez, se têm poder, para dizerem que na canalização a água é balofa. Quem disse foi o senhor André, e o senhor Varandas também confirmou. Eu gostava de saber se o senhor Presidente da Junta da Freguesia, se tem dignidade, se tem conhecimento para saber se a água está balofa. Provavelmente, ele agora vai desmentir, como é o costume, desmente as pessoas.”

Sra. Helena Pereira

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Senhor Presidente, eu, Helena Pereira, moro na rua Eça de Queiroz, nº 42 e 44, desde que nasci, nas Arrozeias.

Senhor Presidente, se eu me apetecer colocar vasos grandes no passeio, posso fazê-lo? Com flores, no passeio junto à minha casa? Eu posso colocar vasos grandes com flores lá dentro junto ao passeio, no passeio, que é público?

Senhor Presidente, se eu me apetecer colocar pneus com baldes com areia no meio do passeio, eu posso fazê-lo?

Senhor Presidente, se eu me apetecer colocar um ferro branco no passeio, à entrada da minha porta, como se fosse um pino, ou um pirilampo, ou como é que chamam àquilo, posso fazê-lo?

Senhor Presidente, tenho uma garagem, se eu pedir à Câmara Municipal para pintar uma lista amarela, será só feita no espaço da garagem ou na frente toda da minha casa?

Os lancis do passeio, desde o nº 40 até ao fim da rua, estão em péssimo estado. Para quando o seu arranjo?

Senhor Presidente, na sessão de Câmara realizada no Moinho de Maré, há 2 meses, informei que o contentor do lixo doméstico na rua Miguel Tiago, junto à rotunda norte-sul, nas Arrozeias, estava partido. As pessoas têm muita dificuldade em levantar a tampa. Para quando a sua substituição?

Senhor Presidente, agradeço que me responda a estas questões e, quando puder, dê uma voltinha, talvez com o senhor Presidente da Junta, e com mais algumas pessoas, pelas Arrozeias, para ver com os seus próprios olhos o que se passa na rua Eça de Queiroz, e o que se passa por ali à volta, desde as ervas, desde os buracos das ruas, desde tudo e mais alguma coisa. As Arrozeias estão praticamente desprezadas.

25 de Abril sempre.

Fascismo nunca mais.”

Sr. Manuel Cerqueira

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Antes de entrar propriamente dito na minha intervenção, nos três pontos que aqui queria falar, queria ter aqui uma introdução, que tem a ver com o túnel poente da Baixa da Banheira, e dizer aqui ao senhor Presidente, sim senhor, ao fim de 4 anos, finalmente o projetor está aceso nas escadas, que ao longo de várias sessões camarárias e até aqui da Assembleia, tenho levantado o problema. Finalmente, temos a escada iluminada, de um lado e do outro, mas, porque há sempre um mas, o senhor Presidente passou por lá, e já me disseram que passou por lá, verificou que no acesso às escadas do lado sul há

um corredor que tem uma falha de uma lampadazinha que está lá em cima. O candeeiro desapareceu, aquele que se fixa no teto desapareceu, portanto, nesse corredor também tinha lá um ponto de luz.

E, portanto, o trabalho, se bem que, parcialmente, está correto, porque já alguma qualidade das pessoas, pelo menos de noite, não tropeçarem ali porque veem as escadas, o trabalho está incompleto porque falta esse ponto de luz no corredor, e para além de ter falado também da tal calha para as bicicletas, que no outro túnel, do lado nascente, existe, mas, não sei se é possível, e coloquei isso há consideração, não sei se é possível colocar lá essa calha. Portanto, estão melhor servidos, porque há mais iluminação, há mais segurança, mas para o trabalho ficar completo, é como lhe disse, acabar aquele ponto de luz e fazer a coisa como deve de ser.

Por outro lado, é pá, isto, às vezes, há dificuldade aqui em chamar qual é o túnel poente e o túnel nascente, eu ia sugerir, porque se dá nomes a ruas, dá-se nomes a tanta coisa, porque é que não se dá um nome ao túnel nascente e ao túnel poente. Eu ia sugerir aqui ao senhor Presidente, por exemplo, no caso concreto do túnel poente, chamar-lhe túnel da liberdade. E isto porquê? Porque no enfiamento desse túnel, existia um pátio, que hoje tem prédios de terceiro andar à volta, que era o pátio da liberdade. Esse pátio da liberdade, tinha algumas casas de alvenaria na sua periferia, e tinha no interior barracas. Muita gente, e rapazes da minha idade, nasceram por lá, e até andaram comigo na escola primária, e alguns ainda são vivos, portanto, seria um aspeto honroso, se calhar, recordar que, mesmo antes do 25 Abril, havia pátios que se chamavam pátio da liberdade, e a Baixa da Banheira tinha um, esse que era bastante significativo naquela zona. Muitas crianças ali viveram e frequentaram a escola primária, portanto, sugeria ao senhor Presidente aqui uma sugestão.

Em relação ao outro túnel da margem do lado nascente, eu ia propor o nome túnel da vergonha. E porque é que é o túnel da vergonha? Porque é uma vergonha, e foi e é uma vergonha para a Baixa da Banheira, uma passagem de nível que servia a ligação entre o norte e o sul, de forma fluída, certo que com alguma insegurança, porque era uma passagem de nível, passavam carros, havia atividade de um lado e do outro, que servia a principal rua de comércio da Baixa da Banheira, que era a antiga rua 13, e que pensa que é hoje rua da 1º de Maio. E então, porquê o túnel da vergonha, porque, de facto, os banheirenses ficaram prejudicados com aquele túnel, porque hoje, para se passar de um lado para o outro, há sempre dificuldades.

Ou é o elevador que não funciona, e as pessoas deficientes têm dificuldades, os velhotes têm dificuldade em subir e descer a escada, está lá agora mais uma calha para as bicicletas, porque depois já é mais fácil passar para um lado e para o outro, mas é sempre um entrave que ali está, sempre. Aquilo vai dar sempre problemas, a vida toda, aquilo é sempre um ponto de dificuldade para passar de um lado para o outro, e era possível, na altura, era possível fazer uma passagem a sair na rua que vai direita lá abaixo.

Porque isto é assim, já me disseram “aquilo tem lá obras muito complicadas por causa das águas fluviais”, ó meus amigos, isto é assim, só não há solução para a morte. A engenharia, hoje, tem capacidade para resolver muitos problemas, é preciso é que haja dinheiro para resolver. Esse é que é o grande problema e, na altura, isso foi assim feito “a solução é esta e acabou”. Vejam o caso do túnel do Barreiro, na rua Câmara, aquele túnel tem as passagens laterais e tem a passagem por baixo, não fizeram cá mais nada, aquilo está ali uma obra como deve ser, portanto, não tem cá elevadores, nem cá nada, as pessoas têm condições para os deficientes passarem as cadeiras de rodas e passarem de um lado para o outro.

E, é isto que eu sugeria, o senhor Presidente faça favor, se for possível, sugerir, até, se calhar, com o apoio aqui da Assembleia, nomes para os túneis, porque se existe nomes para as ruas, pelo menos, não tenho que estar a dizer que é o túnel poente ou o túnel nascente. As pessoas sabem lá o que é que é o poente ou que é o nascente, não, nomes para os túneis, e sugeria estes nomes.

Passando à frente, queria falar sobre outro assunto bastante importante que é o novo centro de saúde da Baixa da Banheira. Senhor Presidente, estamos a 5 dias do 25 de Abril e eu não estou a ver o fim da meada. O que é que se está a passar com o centro de saúde da Baixa da Banheira? Até a piscina da Moita já está pronta e começou mesmo muito depois. Estamos para além de 4 anos do início das obras. 4 anos. O tempo desta segunda empreitada já lá vai. O que é que se passa? Não há pessoas para trabalhar. O que é que se passa, porque a zona exterior está uma desgraça, e só se vê ali 2 ou 3 pessoas ali a andar, com material por todo lado para se fazer aquilo, e aquilo, desde o verão, que se está para avançar com a obra e aquilo anda a passo de caracol.

A fachada, e ainda hoje estive lá, a fachada está co primário, pintada a primário, os tubos dos algerozes nem sequer estão colocados, os tubos de descarga, propriamente, ditos, porque está lá a saída da placa no beiral, nem estão colocados, o que é que se passa, de facto. Vamos ter, não vamos ter, eu já nem acredito, eu quero é saber quando, para além de Abril, quando é que a gente vai ter aquilo pronto. Portanto, agradecia que o senhor Presidente me esclarecesse sobre isso. O que é que se está a passar?

Está difícil, é um parto difícil. Para a Baixa da Banheira é sempre tudo muito difícil. É sempre tudo difícil. Dos outros lados, as coisas fluem e andam, na Baixa da Banheira é uma desgraça. Começou torto e torto vai acabar, e nunca mais isto acaba.

Depois, queria falar sobre outro assunto muito importante, porque é uma consequência diária na Baixa da Banheira. O que é que se passa com a higiene urbana na Baixa da Banheira? Isto, os passeios, neste momento, são mais que hortas, aquilo é matagal que está a nascer, arbustos com quase 1 metro de altura, há ervas por todo o lado, que já não só nascem na zona das beiras dos lancis e junto às paredes, mas é também já no meio da calçada. Estamos com problemas de pessoal? Eu sei que houve aí uma falha gravíssima, que 25% do pessoal, em dezembro, do departamento de higiene urbana, havia dificuldade, estava tudo de baixa, e não sei quê, mas isto continua? Continuamos com falta de pessoal para atacar estes problemas? Depois, é buracos nos passeios e a calçada solta.

As pessoas tinham uma esperança, com a mudança de administração, que isto melhorasse e que tivesse outra organização, outro ar fresco, como se costuma dizer, mas dá-me ideia que isto está igual. Mudam as moscas, mas é tudo a mesma coisa. Eu gostava que houvesse alguma diferença e que, pelo menos, a gente visse alguma melhoria, na perspetiva das pessoas, porque não basta fazer uma festa ali, ou um desfile acolá, isso não é solução, a gente quer é a resolução dos nossos problemas, lá resolvidos na Baixa da Banheira.

Realmente, e falando, normalmente, mais uma vez, sobre outro aspeto importante, que é a questão dos contentores de lixo, a Amarsul armou ali uma grande uma grande trapalhada na Baixa da Banheira, que é a grande realidade, porque antes de estarem lá estes contentores existiam outros, e eu lembro-me muito bem que a Câmara, na altura, promoveu, quando se pretendia a reciclagem dos lixos, a distribuição de sacos de 30 litros para a população fazer a separação dos plásticos, do papelão e dos lixos indiferenciados, e eu lembro-me que a gente agarrava no saco que continha lá embalagens de plástico e de alumínio e não sei o quê, agarrava, fechava o saco e metia lá no buraco do contentor e ele ia para baixo.

Neste buraco que lá está, destes contentores, que é numa tampa e que não é um buraco, é um buraquinho, não cabe lá um saco de 30 litros, é impossível. As pessoas separam o lixo, têm que estar a fazer força e aquilo não entra lá para dentro. E então o que acontece? Rebentam com os fechos e abrem as tampas para meter lá o os sacos, e agora já nem é sacos. Agora entra tudo, entra papelão, entra lixo diferenciado, entra tudo, porque aquilo abandalha-se completamente. Uma coisa que estava, mais ou menos, bem organizada, a Amarsul, ou em colaboração com a Câmara, na altura, não sei o que é que aconteceu, porque, entretanto, começou a aparecer uns contentores a arder na Baixa da Banheira, curiosamente.

Depois, veio esta nova vaga de contentores, que são todos uniformizados, se repararem, todos são iguais, só o que muda é a tampa, o buraco da tampa. Isso está inadequado, a gente vai para qualquer município do país, eu já estive no Algarve, em Espanha, em qualquer lado, por exemplo, para meter papelão, são contentores grandes com uns rasgos laterais, que dá para meter chapas de papelão lá dentro, porque, hoje em dia, quer queiramos ou não, a maioria das pessoas compra coisas online, que vêm em embalagens, vêm em papelão com fatura, e precisam de condições para fazer reciclagem, meter lá dentro, portanto, não se percebe qual foi a ideia genial das pessoas em criar esse tipo de contentores que não têm utilidade nenhuma. Para a reciclagem não têm, pode servir o lixo indiferenciado, mas para reciclagem não tem, e cada vez duvida mais que a reciclagem seja feita nessas condições.

Finalmente, porque não me quero alongar, sugeria, mais uma vez, ao senhor Presidente, não sei se se o município tem dinheiro para isso, mas eu sugeria, porque acontece nos grandes centros urbanos, no verão é uma desgraça com o cheiro imundo nas ruas da Baixa da Banheira, com o mijo dos cães e o cocó dos cães, porque as pessoas que levam os cães, uns apanham, outros não apanham, as suas que leva os cães a muitos muito uns apoiam outros não apanham, há argumentação dos munícipes, ainda hoje, vi que há pouco tempo terminou a vedação do espaço de gravilha no ALDI da Baixa da Banheira, porque a porcaria dos cães que iam lá fazer era de tal ordem, que eu disse, numa sessão aqui da Câmara, que era uma pouca vergonha, porque ninguém ia lá limpar.

Nem a Câmara impava, nem ninguém limpava, e então o ALDI parece que decidiu pôr lá umas placas a dizer proibido os cães fazer os dejetos na respetiva gravilha, mas ninguém respeita isso, então eles tiveram que vedar todo o perímetro com uma vedação, com o impacto que isso tem, porque as pessoas antes atravessavam e agora têm que andar à volta, e é assim. É assim que isto funciona.

O último ponto que eu queria dizer era, e eu não sei se há possibilidades, condições financeiras, para que se adquira um autotanque para a lavagem das ruas, porque no verão há necessidade disso, é baratas por todo lado e, se houver umas lavadelas, pelos passeios e pelas ruas, isso de certeza melhoraria a higiene e a qualidade.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Listou aqui um conjunto de intervenções, nomeadamente, aquela que veio aqui do senhor Paulo Fernando Franco, e saudar a sua intervenção, é um ato de liberdade, coisa que muito se pautam por isso mesmo, e aqui na casa da liberdade, como é a Assembleia Municipal, nas reuniões de Câmara também assim. Fez um conjunto de afirmações, algumas delas extremamente infundadas, algumas delas secundadas, pelo senhor Eduardo Rocha, e se senhor Paulo Franco não tem conhecimento de ter responsabilidades autárquicas, o senhor Eduardo Rocha, pelas obrigações e pela responsabilidade que tem enquanto autarca, seria importante fazer um favor ao normal debate democrático, e àquilo que é a verdade, não se predispondo a um papel que em nada enobrece os lugares e, neste caso, o lugar que ocupa, nem a democracia, trazendo para aqui um conjunto de informação que nem ele próprio, como afirmou, sabe se é verdade. Por isso, uma pessoa que chega aqui, sobe àquele púlpito e faz um conjunto de afirmações que, à partida, reconhece que não sabe se é verdade, vem prestar um péssimo serviço à democracia e ao lugar de responsabilidade que detém.

Dizer o seguinte, em relação à Câmara Municipal da Moita, que a Câmara Municipal da Moita tem umas boas contas e, sobre a questão da piscina, será aberta muito em breve, será inaugurada muito em breve, e disso mesmo já teve oportunidade de partilhar com os senhores vereadores, à parte, numa das suas reuniões privadas, todos sabem e será anunciada a abertura a seu tempo. Acha que é algo que deverá ser comunicado pelos serviços, e não serei o próprio aqui, em reunião de Assembleia Municipal, que irá comunicar a data da sua abertura, dizendo somente que estará para breve e dizer também que estão todos convidados para a abertura, e as inscrições irão abrir em breve, para que as pessoas se possam inscrever. É isso o que tem a dizer, e todo e qualquer tipo de especulação, é isso mesmo, pura especulação e aqui querem é trabalho sério, de gente séria e que não se preste a este tipo de papel.

Depois, no que diz respeito aos TCB do Barreiro, a Câmara Municipal disse, e mantém, aquilo que escreveu. Não acrescenta, nem retira uma única palavra. Quando cá chegaram, o que ainda muito fizeram, foi pagar quase 30000 euro que estava em dívida, ainda das faturas do PCP, que os eleitos do PCP à frente da Câmara Municipal deixaram, um valor equivalente, aproximadamente, a 3000 euros.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, perante manifestações por parte público, pediu silêncio e lembrou que o público não se pode pronunciar.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Continuando aquilo que estava a dizer, o que fizeram foi pagar algumas faturas que estavam para trás, depois, o primeiro trabalho que todo e qualquer autarca que se preze faz, é avaliar o que tem entre mãos, e foi aquilo que fizeram. Perguntaram aos seus serviços, o que é que estaria entre mãos, o que é que estaria e não estaria para resolver, dialogaram com a Câmara Municipal do Barreiro, e consultado os serviços.

Neste momento, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, pediu imensa desculpa, mas não conseguia continuar com as suas declarações.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Mais uma vez, pede o favor ao público de não se manifestar. Em democracia, quer gostem quer não gostem daquilo que os outros dizem, devem ouvir e depois, quando chegar a sua vez falam. O público teve a sua vez de falar, agora é a vez da Câmara Municipal e depois dos senhores deputados, de todas as bancadas, de todos os partidos políticos representados aqui no concelho, que podem contestar também com a sua palavra. Portanto, pede, por favor, que deixem o senhor Presidente, neste caso, porque está no uso da palavra a responder às questões, que podem não ser como todos gostariam, mas são como entende que deve responder e, como democratas, têm que o deixar falar, e depois então reagir.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Então, como estaria a dizer a Câmara Municipal, chegado a este momento, fez a avaliação que devia ter feito, consultado o gabinete jurídico, achou que devia pedir um parecer face, neste caso, às novas responsabilidades na área metropolitana que estavam em curso, ou seja, aquilo que a Câmara paga para a TML, que, atualmente, já é praticamente 1000000 de euros em comparticipação dos passes, quiseram saber o que é que concorreria ou não concorreria para o protocolo A, B, ou C, e quiseram analisar o protocolo, e havia uma questão técnico jurídica que, basicamente, num dos pontos, dizia que a Câmara não devia nada face a estas faturas que tem em mãos, e reporta que só tinham em mãos as faturas de 2022, as de 2023 ainda não lhes tinham chegado, chegaram mais tarde, e que não deviam nada, salvo melhor opinião, se lhes fizessem prova, se lhes demonstrassem que, efetivamente, aqueles valores que apareciam nas faturas do Barreiro não estavam comportadas pelo PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, que é um plano que existe para que os passes possam ser uns a 30 euros e outros a 40 euros, e isso acontece porque o Governo e as câmaras municipais fazem esse pagamento, por isso, o que fizeram foi um pedido de esclarecimento relativamente a essa matéria.

Dito isto, veio esse parecer, apresentaram esse parecer, e depois veio aquela comunicação do Barreiro que, num dos seus pontos, trazia uma clarificação e dizia que, alegadamente, os valores não estarão englobados no plano de redução tarifária que a Câmara está a pagar de aproximadamente 1000000 de euros. A Câmara Municipal, como pessoa de bem que é, e como acreditam que a Câmara do Barreiro também é uma pessoa de bem, de imediato, fizeram o pagamento dos valores, sem deixar, e quer que isto fique muito bem claro, para salvaguardar os interesses, tanto dos munícipes do concelho da Moita, como do concelho do Barreiro, de pedir um parecer à TML que, neste caso, é uma entidade externa, através da AML, pedir um parecer sobre esta questão, e se houver alguma questão a ser corrigida, está certo que, tanto a Câmara Municipal do Barreiro como a da Moita, estarão disponíveis para a corrigir.

Mas, para que não haja qualquer questão, para que não haja qualquer má interpretação, como se disse que a Câmara Municipal da Moita não teria dinheiro, ou não queria era pagar, o que fizeram foi, pura e simplesmente, pagar. Como têm a Câmara do Barreiro com pessoa de bem, aguardam com serenidade o parecer da TML, e se a TML disser que aquele valor todo é devido, não há problema, já está pago, se disser que há alguma coisa a haver, haverão. É tudo tão simples quanto isto. Como todos calculam, estão a falar de uma coisa que, para muitos, pode parecer estranho, mas não trabalham por questões de gosto ou de simpatia, as coisas ou são ou não são, e há responsabilidade financeira para os autarcas quando desenvolvem procedimentos que não são legalmente admissíveis. Há responsabilidade financeira, e o que isso significa é que podem ser chamados a pagar do seu próprio bolso se derem autorização para pagamento de uma coisa que não deveria ser paga, e isso importa que fique claro, por isso, antes de fazer algum pagamento, se há dúvidas, se têm um serviço jurídico ao seu dispor, recorrem.

Houve aqui esta questão técnica ou jurídica que já está ultrapassada, e o que quer que fique claro, porque acha que é o mais importante de tudo, é que, em momento algum, esteve em causa o serviço dos TCB na Moita. Em momento algum esteve em causa o serviço dos TCB na Moita, e bem sabe que houve alguns que, apressadamente, queriam era que isto corresse tudo mal, que os TCB deixassem de vir à Moita, apressadamente foram fazer um conjunto de faixas e colocar comunicados nas paragens, mas, para esses “profetas da desgraça”, para esses que andam como “abutres à espera de carne fresca” para que as coisas corram mal, porque querem que as coisas corram mal, lamenta muito ter que lhes dizer que, em momento algum, os serviços estiveram colocados em causa, tal como foi dito, desde o primeiro momento, pela Câmara do Barreiro, como também pelo comunicado da Câmara Municipal da Moita. Isso nunca esteve em causa, por isso escusam de vir aí com falsas interpretações, porque as coisas são como são, as coisas estão escritas e estão devidamente documentadas, pelo que, em relação a isso acha que estão todos esclarecidos.

Relativamente à questão, neste caso, da senhora trabalhadora da Câmara, Dora Silvestre, responderá a Vereadora Anabela Rosa, e no que diz respeito ao senhor Manuel Feijão Croca, o Vereador António Carlos Pereira responderá a essa questão.

Ainda relativamente aos bancos, quem está à frente das câmaras municipais tem liberdade política, de acordo com aquelas que são as suas opções, de definir aquela que é a melhor estratégia para o território, embelezamento do território, dinamização do território, entre outros, e esta Câmara Municipal encetou por um processo de uniformização dos bancos que estão e que coloca ao dispor da população, no seu espaço público, bancos que carecem de menos manutenção. mais resistentes e que oferecem igual conforto, e é isso que a Câmara Municipal está a fazer. Em alguns sítios, as pessoas aproveitam os bancos ainda mesmo antes deles estarem concluídos, ou seja, os bancos com costas estarem colocados, mas isso é uma situação que vêm com normalidade, mas se repararem bem e se passearem por todo o concelho, os bancos estão a ser substituídos no Vale da Amoreira, Baixa da Banheira, na

Moita, e muitos outros locais, já foram substituídos também no parque da Moita e agora foi aqui na marginal.

Os bancos que, neste caso, são retirados, se tiverem em condições, ou ficam no município da Moita para posterior recuperação ou, conforme têm vindo a trabalhar em parceria com as juntas de freguesia, podem, num e noutro momento, ceder, no presente, como já o fizeram no passado, os bancos a alguma das autarquias locais para que, em conjunto com aquilo que for um entendimento comum, possam ainda vir a embelezar alguns espaços específicos, que não colida com aquela que é a estratégia global do município, e que o município está a desenvolver, para o espaço público.

Depois, respondendo ao senhor João Henriques, dizer que, pessoalmente, não fez nenhuma publicação no dia 16. Acredita que esteja a fazer referência a uma publicação da Câmara Municipal, relativamente ao corte de água, e dizer que a Câmara Municipal da Moita não trabalha só no Facebook, entrega também, como é óbvio, os editais nos locais antes de fazer o corte de água, informa as pessoas, informa os restaurantes, neste caso, o canal Eureka, que é o canal de restauração, etc., que se irá fazer e proceder a determinados cortes. Não sabe se, aqui ou ali, alguma coisa correu menos bem, se houve uma ou outra pessoa a quem não se conseguiu chegar, ou não foi devidamente informada e, neste caso, lamentam o sucedido e compreendem os transtornos causados, mas o que acha que é importante ressalvar, é que estão a fazer na Fonte da Prata algo que, há muito tempo, era necessário. Há muito tempo que era necessário.

Hoje em dia, quando se fala no combate às alterações climáticas, como a preservação da água, e existem regiões de Portugal que já não têm água, quando se fala da saúde dos lençóis freáticos, o que importa é que cada município trabalhe da melhor maneira para combater as perdas de água que, indiretamente, custa dinheiro a todos, porque é água que se perde, é água que está a ser captada, são as bombas que estão a trabalhar e, para além de ser água que se perde, também é dinheiro que se gasta na operação da própria distribuição da água, e é água que acaba por nunca chegar às pessoas, nunca chega a lugar algum, por isso, a Câmara, desde o primeiro momento, tem vindo a trabalhar para regularizar essas situações e não é só na Fonte da Prata.

Também já estão a trabalhar na Vinha das Pedras, na Fonte da Prata é com uma empreitada externa, na Vinha das Pedras é com os trabalhadores da Câmara, que muito valorizam, e está a ser feita a intervenção com os seus trabalhadores também para resolver um problema que se arrasta, há menos tempo que a Fonte da Prata, mas que, por falta, acredita, de fiscalização faz com que uma urbanização relativamente recente já tenha problemas daquela natureza e apresente tal número de ruturas. É nisso que estão a trabalhar e irão trabalhar também em outros pontos do concelho para corrigir essas situações, e acha que é isso que se tem que destacar, e que é importante destacar, e dizer que as pessoas de cada um desses locais estão muito satisfeitas.

E, para os outros locais do concelho que ainda não viram a substituição da rede de águas ou intervenção na rede de esgotos, espera que percebam todos que existe uma lista de intervenções previstas, e promessas feitas na altura da campanha que estão a cumprir, uma por uma, e certamente, se já estão a intervencionar a Fonte da Prata e a Vinha das Pedras, é certo que as outras ruas que também carecem e também precisam, estarão mais perto de ser intervencionadas porque, se há algo com que todos, certamente, concordam é que é impossível fazer tudo ao mesmo tempo.

No outro dia, dizia-lhe em reunião, um vereador, neste caso, eleito pela CDU, que ficou muito agradado da Câmara Municipal ter avançado para a substituição das grelhas das redes pluviais na marginal, e esse concurso também já avançou, e disse que só tinha pena de não ter sido no tempo dele. Não há problema, estão a fazê-lo agora no seu tempo, e a obra irá avançar para resolver um problema muito antigo, e que nunca deveria ter ocorrido. Já resolveram em alguns sítios e irão resolvê-lo ali também e, desde já, ressalvar e salutar este espírito democrático de um adversário político reconhecer o bom trabalho que têm vindo a desenvolver.

Relativamente à senhora Helena Pereira, que lhe trouxe aqui um conjunto de questões, a pergunta que tem para fazer à senhora Helena é só uma, se porventura já fez essa exposição aos serviços de urbanismo, porque veio fazê-lo aqui em Assembleia Municipal e tão pouco caracterizou o local. Basta entregar um requerimento a colocar e s expor a questão à Câmara, talvez acompanhado por algumas fotografias, e aguardar a resposta, e está certo que será dada essa resposta. Mas, antes de o fazer, se calhar, uma conversa, porque ou há uma ilegalidade e tem que ser exposta à Câmara, ou se for apenas uma questão de vizinhança, se calhar, falar com o seu vizinho.

Respondendo ao senhor Manuel Cerqueira, relativamente aos túneis, há aqui uma questão particular, nos espaços que se chamam túneis entre os prédios, e a iluminação que lá está, e muitas pessoas não sabem, e é normal que não saibam, mas esses pontos de luz são da responsabilidade do condomínio. Esses pontos de luz, muitas pessoas não sabem, é da responsabilidade dos próprios condomínios, o que não faz com que a Câmara não se responsabilize, ou não queira, aqui ou ali, intervir ou melhorar.

Quer deixar claro que estarão atentos a essa necessidade e farão aquilo que estiver ao seu alcance para resolver essa questão, porque há um problema de iluminação e irão, certamente, avaliar.

Em relação à Amarsul, têm vindo a reunir com eles, é pública a tomada de posição da Câmara relativamente ao voto autoproposto de louvor da Amarsul, e foram o único município que votou contra, houve outros municípios que fizeram alarde, rasgaram as vestes, disseram que deixariam de pagar, mas na hora de votar abstiveram-se. O município da Moita foi claro, não ameaçou deixar de pagar, não fez qualquer tipo de ameaça, apenas e só disse que não concordava com aquele voto de louvor, porque as pessoas na rua identificavam todo um conjunto de problemas, que ainda hoje mesmo aqui trouxeram. Certamente, há muitas melhorias a fazer, quer ressaltar e saudar a forma como a Amarsul reagiu à sua tomada de posição, que pediu para marcar uma reunião, reuniram, apresentaram as problemáticas, quais é que eram os desafios, e ficou compromisso da Amarsul de continuarem a conversar, no sentido de tentar resolver as questões que assinalaram, e é assim que considera que as coisas devem ser e que as coisas se devem desenrolar.

Sobre o centro de saúde da Baixa da Banheira, agradecer o facto de ter colocado essa questão e dizer que no passado dia 27, já foi feita a receção provisória por parte da Câmara Municipal da Moita. E, mais importante que tudo, neste momento, já estão em conversações com a ULSAR - Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, no sentido de fazer a mudança do centro de saúde antigo para o novo, e acha que é isso que interessa aos banheirenses e aos munícipes deste concelho, saber quando é que podem começar a utilizar o centro de saúde, e estão em conversações com a ULSAR, e é da responsabilidade da ULSAR definir em o dia e trabalharem nessa mudança.

Quer também deixar claro, que a Câmara Municipal já demonstrou estar disponível para apoiar nessa mudança, como qualquer um que estivesse nesta posição e quer o centro de saúde aberto o mais rapidamente possível, o que disseram é que estão disponíveis para apoiar na mudança do antigo centro de saúde da Baixa da Banheira para o novo. O auto de receção provisória já está assinado, e é isso que acha que interessa, e acha que é isso que importa que fique claro, e que não entrem aqui mais em campanhas de desinformação, do que é de quem. Da parte da Câmara já está assinado o auto de receção provisória, neste momento já se pode fazer a mudança, e aguardam e estão disponíveis para trabalhar o mais rapidamente possível para que ela aconteça.

Ainda respondendo ao senhor Paulo Franco, relativamente à unidade de saúde familiar da Moita, o USF Boa Viagem, dizer que acha que o conselho de administração da ULSAR já foi perentório e claro relativamente a essa matéria. Os eleitos do PS na Assembleia, quando souberam do assunto, fizeram um requerimento à Câmara Municipal, a Câmara Municipal respondeu, de igual forma, a que respondeu a todos os outros requerimentos que tinham sido submetidos pelas bancadas dos outros partidos, e já estão todos respondidos, e reencaminhou a resposta da ULSAR, resposta essa que teve conhecimento que foi publicada na quinta-feira passada no jornal. Pode voltar aqui a ler, mas deixa claro que a Câmara Municipal da Moita em nada tem responsabilidade relativamente à matéria, as situações já eram conhecidas antes da transferência de competências, aquilo não faz parte das obras ou das pequenas obras da responsabilidade de intervenção da Câmara Municipal, estão a analisar e a avaliar, neste caso, a ULSAR, como é que será feita a intervenção naquele espaço.

Em momento algum houve motivos para o cancelamento de consultas ou adiamento de consultas, e isso também ficou claro no comunicado da ULSAR, é certo que houve quem quisesse fazer aproveitamento político dessa matéria, e isso mesmo se viu hoje aqui, porque a informação já era pública e já era conhecida. Não percebe o porquê dessa insistência, mas o que ficou claro é que não havia motivo para as consultas serem adiadas. É claro também, que a Câmara Municipal quando soube dessa situação, desde logo, contactou os responsáveis, neste caso, o conselho de administração da ULSAR para perceber o que é que se estava a passar.

A Câmara Municipal ficou esclarecida e estão disponíveis, dentro do quadro das suas responsabilidades, para apoiar na resolução destas e de outras questões que estejam ao seu alcance, mas relativamente a essa matéria, nada mais há a dizer, a não ser que espera que os munícipes da Moita continuem a ser bem atendidos nessa unidade de saúde, que tanta falta faz, e que tem, certamente, excelentes profissionais que prestam um ótimo serviço à comunidade, relativamente a situações inopinadas desta ou doutra natureza, nada mais tem a dizer ou a relatar.

Dito isto, passa à Vereadora Anabela para responder à questão da senhora Dora Silvestre.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Chamou a atenção para que os senhores vereadores tentem ser breves, e fz um apelo à sua capacidade de síntese, porque a hora para este período já está ultrapassada e ainda faltam falar as bancadas, portanto, que vão direitos aos assuntos. E, todos têm que o aprender, o próprio também tem, às vezes,

essa dificuldade, e por isso pensa que quando houver tempos as coisas melhorarem, mas agradece o favor de serem sintéticos e de responderem concretamente ao assunto em questão.

Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa

Em resposta à senhora Dora Silvestre, que é trabalhadora da Câmara Municipal, em primeiro lugar, referir que a questão que a senhora aqui coloca é uma questão respeitante à gestão interna dos recursos humanos da Câmara, e com escasso interesse até aqui para o coletivo, para as questões do concelho, no entanto, não deixará de responder.

A Câmara Municipal da Moita recebe vários pedidos, inúmeros pedidos até, de mobilidade intercarreiras e intercategorias, que são apreciados em função das necessidades dos serviços e também em função das competências e das motivações dos trabalhadores, e em função dessa apreciação é tomada uma decisão de se, naquele momento, é de deferir aquele pedido ou não. Infelizmente, nem todos os pedidos são deferidos, porque não têm capacidade de absorver todos esses pedidos, todas essas situações, porque importa também ter lugar no mapa, e tudo o mais, toda uma série de requisitos. Felizmente, as pessoas vão melhorando as suas qualificações, o que é bom sinal, e têm aspirações a melhorar a sua posição profissional.

Não é desinteresse da Câmara Municipal, antes pelo contrário, até porque, no presente mandato, até à data, 48 trabalhadores já foram reclassificados, entre aspas, porque agora a designação correta é mobilidade intercarreiras ou mobilidade intercategorias, e 48 trabalhadores já foram neste mandato até à data, face ao número de 35 trabalhadores no mandato anterior, portanto, não é de todo, falta de interesse, ou qualquer discriminação que aqui possa existir, mas sim, realmente, de não ter havido esta oportunidade.

Dizer também que o procedimento concursal referido pela senhora Dora, está a decorrer e já está na fase final, ou seja, já estão agendadas as entrevistas e, em breve, estará já alguém a ocupar o lugar de técnico superior na área de jornalismo. Também referiu, e bem, que a Câmara hoje entregou os diplomas a 33 trabalhadores, no Salão Nobre, que completaram as suas qualificações a nível do 9º ano, no âmbito do processo de RVCC, em parceria com o Centro Qualifica da Baixa da Banheira, ora, isso denota o interesse e a satisfação do município e da Câmara Municipal, na valorização das competências dos seus trabalhadores

E, também concedendo, com estas aulas a que os trabalhadores assistiram para a melhoria das suas competências, das suas qualificações, a possibilidade de se candidatarem, e é de referir que, ainda no ano passado, aqueles que concluíram este processo no ano anterior, em virtude dessa melhoria dessas qualificações, conseguiram candidatar-se a procedimentos concursais que a Câmara tinha em curso, e conseguiram entrar e celebrar contrato trabalho em funções públicas por via da melhoria das suas qualificações escolares. Ora, isso denota que, realmente, existe, de facto, interesse e satisfação pela qualificação dos trabalhadores.

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Relativamente às celebrações e àquilo que são as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril no concelho, aquilo que vão reiterando e vão reforçando nas intervenções anteriores, nos diferentes momentos, nas reuniões de Câmara, nas assembleias municipais, onde têm estado, sempre aqui com esta posição e, obviamente, o executivo do município da Moita tem o maior respeito e admiração por aquilo que foi o 25 de Abril, a revolução do 25 de Abril de 1974, nesta que é uma data e uma comemoração única destes 50 anos, portanto, esta é a sua posição, de respeito e devoção por aquilo que são estas celebrações.

Celebra-se estes 50 anos com uma vasto e abrangente leque de atividades, atividades que são inúmeras durante largos períodos de tempo, com atividades de cariz diversas, de cariz culturais, criativas, desportivas, políticas, portanto, têm tido aqui uma programação condizendo também com aquilo que são as próprias ideias, inspirações e expectativas dos munícipes, das associações locais e dos outros organismos que com a Câmara também fazem estas celebrações, portanto, é para estes públicos diversificados, desde crianças, jovens, adultos, famílias, seniores que há uma programação, que tem sido acolhida e com proposta até das associações locais, com juntas de freguesia, com uniões de freguesia, e têm feito aqui as celebrações, que não se resumiram só a este mês de abril. Como já tem apresentado, em outros momentos, esta estrutura local de missão teve aqui um enquadramento e uma lógica, muito nestas celebrações, que não se vão ficar pelo mês de abril e vão decorrer durante todo este ano de 2024, terminando em dezembro estas celebrações nesta data tão significativa para aquilo que é a democracia para o país.

Portanto, não há aqui nenhuma tentativa de boicote, não se pretende confrontos gratuitos e desajustados, como aqui foram colocados relativamente àquilo que são estas celebrações. Consideram é que, a Câmara Municipal, não organizando esta manifestação do dia 25 de Abril, está a fazer, exatamente, o que, nos dois anos anteriores lhes vinham apontando, relativamente às associações com quem iam reunindo e falando, e naquilo que era a expressão destes dirigentes e destas pessoas que estavam coma a Câmara, na maioria das vezes que foram falando, percebendo e auscultando os interesses relativamente a esta iniciativa, é que ela já estava a ser realizada mais sob pressão, sob coação, em alguns momentos, para algum tipo de contributos e apoios, e deixaria de fazer sentido, naquelas condições e naquele modelo, e o que se pretendeu aqui foi encontrar alguma forma e outro modelo de celebração para uma possível união e encontro, numa atividade de cidadania e de implicação naquilo que era a sociedade civil nestas celebrações.

O que não permitem é estar a ser coagidos, sob pressão, a ter que fazer, exatamente, algo que já aconteceu no passado, e que foi perdendo a expressão, e que já estava a acontecer sob alguma pressão, para não terem algum tipo de represálias ou não serem prejudicados por não participar. Portanto, quando estavam nas reuniões que fora feitas, ao mesmo tempo que estavam muito abertos para ouvir as propostas que lhes iam apresentando estava a acontecer, exatamente, uma agenda paralela, com reuniões agendadas e marcadas para estas celebrações em outros momentos, com algumas organizações, que se intitulavam como comissão organizadora do desfile, e da parte da Câmara respeitam. É, exatamente, isto.

Estão a celebrar Abril, não impedem, obviamente, não estão aqui com nenhuma tentativa de boicote para não fazer, porque quem quer fazer faz, e esta é que é a questão, quem quer fazer faz, porque estas é que são as liberdades do 25 de Abril, portanto, da parte da Câmara, nestas pressões que tentaram fazer quando estavam para tomar a decisão, ao emitirem comunicados por esta comissão organizadora, não se podem permitir a estar, nestes 50 anos de Abril, exatamente, a ser coagidos e a fazer aquilo que outros já lhes disseram que poderia não estar a fazer sentido, e que têm que encontrar outro modelo.

E, as propostas que estão a fazer, como já aconteceu em outros anos, neste dia 25 de Abril, nesta sessão solene extraordinária do 25 de Abril, é permitir também, e facilitar e incentivar até a participação de outros que não o têm feito noutros momentos, como é o caso das bancadas de todos os líderes de bancada que, naquele momento e naquela sessão solene, têm a oportunidade de se expressar, de apresentar as suas ideias, de relembrar o que foi o passado, de evitarem aquilo que foi o passado, de preservar aquilo que é o presente, aquilo que é o bem mais precioso que têm, que é a democracia, não a dando como garantida em nenhum momento, e aquilo que é também as perspetivas para o futuro, até com a participação de vários grupos de jovens, que têm estado nesta sessão solene da Assembleia Municipal, assim como os deputados municipais de todas as bancadas partidárias.

Portanto, não há aqui nenhuma coação, não há aqui nenhuma tentativa de boicote, não pretendem confrontos gratuitos e desajustados, o que pretendem é manter e oferecer este programa diversificado de iniciativas, de diferentes espetros, de cariz cultural, recreativo, desportivo, político, em vários momentos, às diferentes forças partidárias, e respeitam as forças partidárias que têm opinião contrária. Há aqui uma posição que, democraticamente, lhes assiste, de manterem e realizarem, fora deste programa oficial, este desfile, portanto, nada têm contra isso, e como o executivo já justificou, não concorda e não serão obrigados a apoiar, oficialmente, estas iniciativas, contra os interesses de todos.

Este é o executivo que dirige a Câmara Municipal, que nada tem contra esta livre iniciativa da manifestação, que a lei consagra, e que deseja que tudo decorra com o maior civismo, com elevação, como nos dois anos anteriores, à margem das comemorações oficiais promovidas pela Câmara, e que se juntem pacificamente a estas.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Queria apurar algumas questões que foram aqui levantadas, no que diz respeito à Baixa da Banheira, nomeadamente, a questão das ervas, se caminharem pela rua da Liberdade, junto ao notário, podem ver ervas que, se as janelas estiverem abertas, já entram lá para dentro, isto só para terem uma ideia do estado em que as coisas estão, tal como, na rua Alves Redol, que é a rua Banheirense.

Depois, em relação aos passeios, há muitos outros, e que são questões de meio metro, um metro. Há dias esteve a assistir à Assembleia de Freguesia da Moita, e ouviu o senhor Presidente dizer, mais ou

menos, qualquer coisa como, até 1 m² é com a Junta de Freguesia, e, se é isso, não percebe porque é que a Baixa da Banheira tem tantos meio metros quadrados de passeio a faltar e que não são reparados. Isto é impressionante, porque as pessoas são obrigadas a andar na estrada para não caírem por andarem no passeio.

Quanto às questões dos Transportes Coletivos do Barreiro, ficou, mais ou menos, esclarecido, mas pensa que ninguém aflorou o ponto crucial da questão, e recorda-se dos alentejanos, que quando veem dois compadres a discutir, viram-se para eles e dizem “é pá, vocês entendam-se...”, e não diz o resto, mas toda a gente sabe o que é que o alentejano diz a seguir ao “entendam-se”, não vale a pena estar aqui a referir.

Quanto ao centro de saúde, que já foi aqui dito que já houve, diga-se, uma entrega simbólica e que já podem fazer a mudança, mas passou lá hoje, e toda a envolvente do centro de saúde é buracos, buracos em terra batida, estão a pôr cabos, estão a fazer aquilo, são buracos, portanto, podem pôr lá, se calhar, lá para o fim do mês que vem ou para o outro, porque aquilo é só terra batida à volta do centro de saúde. Ninguém vai para ali, porque senão as pessoas vão para lá com uma constipação e vêm de lá coxas. É bom que tenham isto em atenção.

Quanto às questões que não foram aqui colocadas diretamente, e que têm a ver com os pendões do 25 de Abril que foram mandados retirar, com uma acusação direta ao senhor Presidente, agora fazia aqui uma sugestão ao senhor Presidente, para que os mande colocar amanhã, se faz favor, porque isto é que é democracia.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

Antes de mais, agradecer todos os contributos dos cidadãos que intervieram, tendo a salientar a situação que concerne às carreiras dos TCB, que carece de uma explicação, ou de um esclarecimento mais explícito, por parte do executivo, ainda que, aparentemente, a situação já se encontre resolvida através do pagamento dos valores em falta.

A população da Moita não merecia esta humilhação, independentemente, das razões, e as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro ainda lhe ecoam na cabeça, tal como devem ecoar na cabeça de alguns cidadãos da Moita, palavras estas que vai replicar: “Nós não fazemos fretes a ninguém, está a dever ao Barreiro, tem de pagar. Se a Moita pensa que não paga porque vai pôr cá mais Carris Metropolitana, a fazer mais trânsito e concorrência, está enganada” – fim de citação.

Mesmo que os serviços não tenham estado em causa, a dignidade da população esteve em causa, portanto, senhor Presidente da Câmara, vai replicar a mesma palavra que disse o 1º Secretário, Deputado António Chora, entendam-se.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Queria começar, sendo vasto o conjunto de questões colocadas, e todas elas com muita importância para a vida do concelho, precisamente, pela questão colocada pela trabalhadora municipal Dora Silvestre, que aqui colocou, que é uma questão importante e que, muitas vezes, já tem sido aqui apregoado que “nós valorizamos os trabalhadores, olha, fizemos lá um cantinho onde podem comer”, mas para valorizar carreiras, dignificar, ouvir os trabalhadores, de facto, não resolvem nada e não tem andamento nenhum. Para a CDU, todos os assuntos são importantes, senhora Vereadora, são importantes de constar numa Assembleia Municipal, e assuntos que têm a ver com os trabalhadores, que têm a ver com o trabalho, que têm a ver com a dignificação dos trabalhadores, são importantes vir aqui.

E, como é que querem resolver, dentro de portas, com os trabalhadores, se não reúnem com as estruturas sindicais, se retiram, inclusive a propaganda das estruturas sindicais. Como é que isso é possível? Não há outra saída que não denunciar publicamente, e em tempo de 25 de Abril, porque, exatamente, o 25 de Abril também se fez porque os trabalhadores também assim o proporcionaram, não foram apenas os militares, foi também o grande movimento popular que se gerou em torno do 25 de Abril, exatamente, pelas condições em que os trabalhadores neste país viviam, portanto, a questão dos trabalhadores, para a CDU, é uma questão sempre importante, que, de maneira nenhuma, pode ser desvalorizada, e é uma questão de Abril, já que estão a falar também aqui das questões do 25 de Abril.

Quanto a todas as outras questões, e perdoem-lhe os senhores munícipes que aqui vieram colocar, por não as abordar diretamente, porque são questões igualmente importantes, são questões da vida do concelho, desde a erva, desde o caixote do lixo, mas compreenderão que tomam boa nota das questões

que aqui são colocadas, e vão pugnar para que o executivo as resolva, mas, de facto, há aqui outras questões que merecem a sua redobrada atenção, e refere-se, exactamente, aos TCB.

Senhor Presidente, já foi aqui citado pelo senhor Deputado Bruno Mendes, as palavras do senhor Presidente da Câmara do Barreiro, que é do Partido Socialista também, e quer o senhor Presidente da Câmara do Barreiro, quer a senhora vereadora do pelouro, disseram, exactamente, que tudo foi pago pelo município da Moita até outubro de 2021 e deixaram de pagar. Deixaram de pagar e, por isso, foi feito esta ameaça de suspensão do transporte, e, se não pagassem, o Barreiro ia mesmo para a frente, retirando o transporte à população do Vale da Amoreira, de Alhos Vedros e da Baixa da Banheira, que é servida por aquelas carreiras.

Aliás, nas palavras do senhor Presidente, há uma grande contradição, que até se veio aqui explicar, relativamente à questão da lei e à questão da responsabilidade do autarca, porque, se achava que estava mal, pagou algumas faturas e depois deixou de pagar. A verdade é que deixou de pagar. Deixou de pagar. Deixou de pagar. Pagou faturas e depois deixou de pagar, daí a ameaça e a decisão da Câmara do Barreiro, que foi revogada, porque o senhor mandou pagar. E, quando há um calote e não se paga, ou deixa de ser feito o serviço, ou vem o “senhor do fraque cobrar”, e porque, de facto, pagou, aí a Câmara do Barreiro voltou atrás com a sua decisão, senão não havia mesmo transporte para ninguém.

Aliás, quanto à questão do centro de saúde, também é importante referir, como já foi aqui dito também, pela inauguração, e que já foi anunciado pelo senhor Presidente, e que aliás, esta fase da obra era para ser terminada no final do ano passado, depois foi em março, depois foi em abril, agora já não sabem bem quando é que é, mas foi anunciado pelo senhor Presidente, curiosamente, que, para o início da piscina, hão de ser os serviços que vão anunciar. O senhor Presidente, aí, já não diz uma data, não adianta uma data, mas já adiantou, já adiantou anteriormente datas para a inauguração, inclusive, da piscina da Moita, só que, mais uma vez, não está a conseguir cumprir com aquilo que diz.

Já agora, lembrar aqui também, que o centro de saúde da Baixa da Banheira tem um nome, e tem um nome que foi votado, foi aceite, foi acolhido por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, o nome do centro de Saúde da Baixa da Banheira, que é Doutor Raul Coelho, e gostava, exactamente, que esse nome fosse o nome referido, sempre que se referisse ao centro de saúde, porque o nome do centro de saúde, de facto, é uma decisão da Assembleia Municipal, acolhida, volta mais uma vez a dizer, por todos, por vontade unânime da Assembleia Municipal.

Relativamente à questão do 25 de Abril, acha que perante isto e perante estes comentários, que já os levam aqui a tecer considerações sobre algumas coisas que aqui foram ditas, de facto, só o levam a lamentar e a concluir que o executivo da Câmara Municipal, o executivo de um determinado Partido Socialista que está na Câmara Municipal, tem uma grande falta de cultura política porque, veja-se, é “abutres”, é uma munícipe que se queixa porque é obrigação da Câmara zelar pelo espaço público e a resposta do senhor Presidente é que a munícipe tem que ser relator, porque a Câmara não vai resolver isso, ou seja, “vá-se queixar, apresente fotografias, apresente isto”, quando aqui é obrigação da Câmara ouvir os munícipes e ir ver o que é que se passa, é essa obrigação do Senhor Presidente.

E, depois, têm também esta gritante situação, que é esta “novela” do 25 de Abril, e das comemorações do 25 de Abril. Conseguiram transformar uma ideia maravilhosa, uma ideia bonita, uma ideia que gerou um grande consenso em torno dela, com um grande envolvimento das pessoas, de forma leal, de forma honesta, de forma simples, um grande consenso que foi criado, e que os senhores conseguiram destruir, puseram-se à parte desse consenso, tinham hipótese de unificar, unir todas as sensibilidades, da direita à esquerda, nesta Assembleia, encabeçar o desfile, e não tiveram essa capacidade, não tiveram essa inteligência. A arrogância, a maldade, é tão grande que estão a seguir o caminho que, exactamente, estão a seguir.

E, depois, arvoram-se de democratas, arvoram-se que o movimento associativo era obrigado a participar, inventam e dizem tudo e mais alguma coisa, para fugir àquilo que, exactamente, era o consenso que estava criado. Então, para que é que foi criada aquela comissão, para que é que andaram a ouvir os partidos políticos, alguns fazedores de opinião convidados pela autarquia, que também concordaram, as juntas de freguesia, para que é que foi isso? Para chegarem aqui? Já aqui foi dito, e subscreve aquilo que o senhor munícipe disse, há uma grande diferença política entre aquilo que pensa e aquilo que é o que a posição do Partido Socialista, mas, de facto, não acredita que o Partido Socialista, mesmo com algum revanchismo, mesmo com muitas razões de queixa, se perguntarem às pessoas, dizem “não é isto o Partido Socialista”.

O Partido Socialista é um partido democrático, aliás, o senhor Presidente da Assembleia que o deixe aqui dizer, que tem tido, exactamente, essa postura de abertura, inclusive, divulgou perante os membros da Assembleia o convite que foi dirigido pela comissão promotora do desfile, e, pasme-se quando recebeu o convite que, por acaso, foi através do serviço da Assembleia, porque a Câmara assim o pediu,

à mesma hora que o desfile estava marcado, e que até, no tal consenso que tinha sido gerado, o senhor Presidente da Junta da Moita até se prontificou a ajudar a colocar o painel de azulejo no mercado, mas não, é marcado noutra sítio, exatamente, à hora do desfile, não no mesmo sítio, mas noutra sítio para boicotar o desfile. E se isto não é boicote é o quê? Se tirar pendões do desfile, é o quê? Se tirar faixas do desfile, é o quê? Se não passar o licenciamento que é pedido, a autorização que as pessoas, humildemente, pedem é o quê? Evocando leis que não se aplicam àquela situação? Para fazer uma manifestação de cariz popular, de cariz político, é necessário fazer um requerimento com 60 dias de antecedência? Então, mas o que é que querem fazer?

O 25 de Abril faz-se na rua. O 25 de Abril faz-se com todos, como o Partido Socialista, exatamente, quando participava nos desfiles dizia, o 25 de Abril é de todos, e é verdade, o 25 de Abril é de todos. E é isso que querem aqui reafirmar, e é isso que já disseram na última Assembleia e é isso que dizem aqui, mais uma vez, que é convidam, é importante, é fundamental, que todos os democratas, que toda a gente de bem, participe no dia 25 de Abril no desfile popular, sem rancores e, de certeza, não vai andar lá ninguém a dizer aquilo que aqui estão a discutir, porque os senhores não querem participar. Não querem participar, não participam, mas não boicotem.

Agora, todos os democratas, toda a gente de bem, quem vier por bem, como diz a canção, que venha, que participe do desfile e, como já aqui foi dito também, “o 25 de Abril é uma festa da liberdade, o 25 de Abril é uma festa popular, o 25 de Abril só aconteceu com a participação popular. Agora ninguém mais cerra as portas que Abril abriu”. Já aqui foi dito, repete e subscreve.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Quer começar por dizer que, melhor comemoração do 25 de Abril, não poderiam ter. E, a Assembleia, hoje, trouxe uma série de opiniões, e é, exatamente, isso, é a liberdade de discutir, é a liberdade de poderem expressar as suas opiniões, por muito diversas que elas sejam, e isso é, naturalmente, a melhor homenagem que podem fazer ao 25 de Abril.

Todos têm estilos diferentes, todos têm formas diferentes de encarar as situações, as diversas situações. É evidente que errar é próprio dos humanos, todos erraram a cada momento, por vezes não dão por isso, acordaram mais tarde, quando são sujeitos a críticas, portanto, a crítica é excelente, terem a possibilidade de se criticarem uns aos outros e apontarem aquilo que lhes parece errado aos outros, e, recebendo, naturalmente, dos outros, a mesma reação, faz com que amadureçam, se tornem mais esclarecidos, mais maduros, aceitem melhor todas as coisas, de lhes dar essa capacidade de perceber, em todos os momentos, que têm que se valorizar, têm que saber ouvir os outros e, por vezes, existem algumas dificuldades, é próprio também dos humanos, como disse há pouco, erraram muito. Fazem coisas certas, fazem coisas boas, mas também fazem coisas que não são assim tão boas.

Neste processo, para não estar a rodear muita a questão, e indo diretamente àquilo que é o fundamental, é evidente que, pessoalmente, considera que existem alguns erros neste processo, já o expressou, e o 25 de Abril vai acontecer, as comemorações vão acontecer, a liberdade é, exatamente, isso, e cada um deverá, em todo o momento, assumir as responsabilidades das decisões que toma, portanto, todos vão assumir as suas responsabilidades nestes processos. Portanto, independentemente de se criticarem uns aos outros, independentemente de apontarem erros uns aos outros, têm essa liberdade, têm essa capacidade, por vezes, apontaram aquilo que lhes parece um erro e que, às vezes, até nem é, mas têm essa possibilidade de se autocriticarem, de se criticarem uns aos outros, em todo o momento, quando for o caso, quando surgir a oportunidade, deverão assumir as responsabilidades das decisões que tomam, sejam elas quais forem.

E, com isto, relativamente às comemorações do 25 de Abril, e pensando que está a celebrar Abril, ao ser tão amplo na análise e ao deixar tanta margem para o erro, para a autocrítica, para o assumir das responsabilidades, não tem nenhuma dúvida que está, de uma forma direta, a comemorar Abril.

Queria ficar por aqui, mas, entretanto, surgiram outras questões que também gostava de se pronunciar elas. Têm a tendência, e isso tem sido observado nos últimos tempos aqui no concelho, de fazer à volta de acontecimentos que não têm grande conteúdo, algum folclore, algum espalhafato até, de virem para a Assembleia, já referiu isto aqui há uns tempos e está à vontade para referir novamente, com as risadas, com alguns momentos de achincalho, com comentários laterais, tornando a Assembleia num espaço que, por vezes, roça e corre o risco de perder a dignidade. Devem combater isso a todo momento. Não podem permitir isso, e devem abordar todos os assuntos de uma forma séria, ou minimamente séria, ou relativamente séria, portanto, essa questão de vir para aqui fazer folclore e misturar tudo no mesmo saco, colocar tudo no mesmo saco, é um erro enorme.

Nem todos os assuntos merecem ser colocados no mesmo saco e, hoje, já falaram aqui de algumas coisas que são muito importantes, que os conduzem para esse saber assumir as suas

responsabilidades, a todo momento, mas trazem outros assuntos que, francamente, já perderam o conteúdo. Não de ser aflorados, com certeza, devem aflorá-los, devem tentar perceber o que houve, mas não devem criar o folclore que é habitual criar, à volta desses mesmos assuntos, e o caso dos TCB é um deles.

É evidente, perante o que se passou e aquilo que foi tornado público, que houve, com certeza, algum descuido, diria, na relação entre as duas autarquias. Logicamente que, qualquer observador minimamente atento, dirá que era um assunto que não devia vir a público, que devia ser tratado em sede própria e que, se vem a público, com certeza, é porque houve algum erro, mas, se virem o que é que é importante, e qual é o conteúdo daquilo neste momento, é nada. Sabem que esta questão, das faturas que foram pagas do anterior executivo e que, com certeza, algumas foram pagas, mas isso é o mínimo, isso não tem a mínima importância, é perfeitamente normal os municípios deverem dinheiro uns aos outros, às vezes, até pelo atraso na elaboração da própria fatura.

Soube, aqui há tempos, que a Câmara do Barreiro demorava meses a emitir as faturas e que depois vinham de uma vez só, portanto, durante o período de emissão das faturas, com certeza, aquelas que deveriam ter sido emitidas, no tempo próprio, estavam em atraso e, se uma fatura que tem que ser feita todos os meses é emitida ao fim de três, esses três meses trazem pelo menos dois de atraso, portanto, isto é tudo normal e não tem grande conteúdo. É evidente que o assunto, neste momento, está esvaziado, portanto, o que é importante, aquilo que sobra, aquilo que deve ser realçado, e que quase ninguém falou neste assunto, é que as populações da Baixa da Banheira e de Alhos Vedros têm o serviço garantido.

É o mais importante. Não houve nenhuma interrupção do serviço e o serviço está assegurado. As câmaras, em determinada altura, com certeza, foram menos habilidosas no tratamento, mas o assunto está esvaziado. Pagou-se, no entanto, ficou ressalvado que, caso se chegue à conclusão que o pagamento não foi devido naquele montante, também está assegurado que os montantes que, eventualmente, forem pagos a mais serão restituídos, portanto, neste momento, não há assunto.

E, quer também usar a mesma ideia para a questão do centro de saúde da Moita, não há assunto, portanto, aquele folclore que se fez à volta daquilo que se passou e da interrupção das consultas no centro de saúde não é assunto e, de uma forma séria, têm que atribuir à Câmara aquilo que é responsabilidade da Câmara. Se não se gosta dos estilos e, por vezes, excede-se nesta análise, por vezes utiliza-se linguagem menos própria, mas cabe à Assembleia Municipal, é sua função, é sua obrigação, deixarem o folclore lá fora e serem aqui um pouco mais lúcidos, terem a cabeça um pouco mais fria, fazerem a fiscalização, que é a sua função, de uma forma séria, correta e evitando aquele ar de folclore que, às vezes, têm a tendência de cair nele.

Portanto, os comentários laterais, as interrupções fora do tempo, esta imagem a passar para o público, cria aquele espetáculo lamentável a que, de vez em quando, aqui assistem. Se os membros desta Casa não se sabem dar ao respeito, perdoem-lhe o exagero, é evidente que quem os assiste tem tendência também a perder o respeito por aqueles que aqui estão, portanto, têm que ter essa noção e têm que dar a estas coisas a dimensão devida, e é completamente sem conteúdo a situação dos TCB, neste momento, e é sem conteúdo a situação do centro de saúde da Moita, e deixem-no referir isto, o centro de saúde Raul Coelho “já enjoa”, não o obriguem a falar nisso.

Está quase a ser inaugurado, o auto de receção provisória já foi feito, há, com certeza, uns buracos no exterior que têm a ver com a necessidade de acabarem os arranjos exteriores, e o auto de receção provisório foi feito porque, com certeza, a lei permite, e aquilo que eram as obras fundamentais estão concluídas, e a seu tempo, o centro de saúde da Baixa da Banheira vai ser inaugurado e, provavelmente, a CDU, como diga-se, iniciador do processo, se calhar, também vai ser convidada, e será com certeza, para a inauguração, portanto, estão todos de parabéns, aqueles que iniciaram o processo e aqueles que concluíram o processo. É uma perda de tempo, inútil, estarem aqui, permanentemente, a falar de um assunto que tantos “telhados de vidro” tem. Essa história de estarem a desviar a atenção para tirarem o assunto a sua responsabilidade, é reveladora da sua incapacidade para assumir essas mesmas responsabilidades, portanto, é mais folclore, é mais do mesmo.

É evidente que há aqui situações, e ouviu algumas situações que, a acontecerem, se acontecerem, são lamentáveis. E são lamentáveis porque todo este ar que se cria à volta deste tipo de situações, todo este folclore que é hábito criar à volta de situações de somenos importância, provoca, da parte dos diversos intervenientes, atitudes que, naturalmente, não são as melhores, portanto, se houve indicação para o retirar de faixas, é evidente que isto tudo são precipitações, são situações que não podem acontecer e, naturalmente, serão repostas, mas têm que passar a dar um ar mais sério a isto tudo.

É a sua opinião, e não podia deixar de referir esta sua opinião, porque pensa que é um contributo para que todos tenham a noção que não devem majorar aquilo que não merece ser majorado.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 – Saudação ao “1º de Maio”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;
- 2.2 – Moção “Pela adoção do Cartão Jovem Municipal” apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.3 – Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.4 – Saudação “1.º DE MAIO –DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.5 – Saudação “Aos trabalhadores, nas comemorações do 1º de Maio”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do BE para proceder à apresentação do documento 2.1.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Saudação ao 1º de Maio

Antes do 25 de Abril de 1974 o 1º de Maio já era comemorado nas ruas.

Apesar da ditadura fascista, jovens trabalhadores e estudantes, trabalhadores braçais e intelectuais, homens e mulheres saíam às praças e ruas do país, com grande coragem.

Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões, mas não desistiam.

Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Barreiro e Baixa da Banheira e em muitos outros locais do país, exprimiam a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho nomeadamente nos horários, combater as injustiças e desigualdades sociais e laborais entre homens e mulheres, acabar com a exploração e a guerra colonial.

A 25 de Abril de 1974 teve lugar uma revolução originalmente militar que levou ao fim da guerra colonial, repôs as liberdades, originou uma explosão de democracia, permitiu a livre comemoração do 1º de Maio, a legalização e constituição de partidos políticos e marcou o início de uma conquista geral de direitos tais como:

Direito de manifestação, de cuidados de saúde públicos, de acesso à educação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e ao respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e, a instituição pela primeira vez, do salário mínimo nacional, direito á livre organização sindical, o direito à greve, à contratação coletiva, bem como à criação e legalização das Comissões de Trabalhadores (CT).

Hoje, há a tendência de dar estes direitos como garantidos o que nos parece um enorme erro político perante os ventos que varrem o mundo.

Por isso, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária a 19 de Abril de 2024, delibera:

Saudar o 1º de Maio, e nele a coragem de todas e de todos os trabalhadores do setor publico ao privado que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, habitação digna, saúde publica de qualidade, pensões e salários justos.

Apelar a participação de autarcas trabalhadores e população em geral nas comemorações dos 50 anos da revolução de Abril que terá lugar pelas 9 horas da manha do próximo dia 25, junto ao

mercado municipal da Moita e pelas 15 horas na avenida da Liberdade em Lisboa, recordando assim a data que permitiu as comemorações de um 1º de Maio livre e reivindicativo.

Porque as desigualdades ainda prevalecem na sociedade e entre homens e mulheres, nomeadamente no campo laboral e salarial, porque os direitos são conquistados e mantidos através da participação cidadã, apelamos a todos que participem também nas manifestações do 1º. de Maio que as organizações sindicais irão realizar em muitas localidades do país, nomeadamente no Porto e em Lisboa,

Moita 19 de Abril de 2024

Os eleitos do BE”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Seguiu, atentamente, a leitura que o 1º Secretário, Deputado António Chora, fez da saudação e concorda, no essencial, com ela, no entanto, queria, para votar sem nenhum tipo de pressão, fazer um apelo e sugerir que, neste segundo parágrafo que refere “apelar à participação de autarcas, trabalhadores e populações em geral nas comemorações dos 50 anos da revolução de Abril, que terá lugar pelas 9 horas”, se mudasse o texto da seguinte forma “que terá início pelas 9 horas da manhã, no próximo dia 25, junto ao Mercado Municipal da Moita e nos diversos locais previstos para o efeito”. No fundo, o que pretende era dar um âmbito mais geral ao convite à participação nas comemorações, e estender essas comemorações a todo o espaço concelhio onde as mesmas se verificam. Se for possível, não vê nenhum problema em votarem favoravelmente, caso contrário, vai ter que escolher a figura da abstenção.

Independentemente das várias opiniões sobre a questão do desfile, pensa que a saudação está demasiado focada no desfile, e isso parece-lhe algo contranatura relativamente àquilo que foi o trabalho do grupo de pessoas que estiveram na origem das várias propostas que foram feitas sobre as comemorações.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Penso que isso descaracterizaria a própria saudação em si, ou seja, estar a apelar para que as pessoas vão para os mais diversos sítios é estar a espalhar as pessoas. A proposta que colocaria, nesse caso, seria “apelar à participação de autarcas, trabalhadores e população em geral nas mais variadas comemorações dos 50 anos da revolução de Abril, nomeadamente, na que terá lugar pelas 9 horas na” e ficava assim.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante a manifestação de concordância por parte do Grupo Municipal do PS, e por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“MOÇÃO

Pela adoção do Cartão Jovem Municipal

Vivemos numa época em que, infelizmente assistimos, cada vez mais, a jovens que optam por abandonar o nosso país pelas vicissitudes com que se deparam quando optam pela permanência, mesmo que esse abandono seja numa legítima procura de melhores condições de vida.

Nesta ótica é fulcral a adoção de medidas que incentivem a permanência, fixação e atração dos jovens no nosso país, sendo que, nomeadamente os municípios têm o dever de procurar mover esforços, bem como iniciativas que concedam aos jovens munícipes um conjunto alargado de vantagens que promovem a mobilidade e a aquisição de serviços em áreas como o turismo, o desporto, a ocupação de tempos livres, as tecnologias de informação, entre outras.

O Cartão Jovem Municipal trata-se de uma modalidade do Cartão Jovem E.Y.C (European Youth Card), sendo que esta medida proporciona aos seus futuros titulares com idades compreendidas entre 12 e 29 anos, mais de 40 mil vantagens europeias, das quais 4000 são nacionais, através de descontos, reduções e isenções em produtos e serviços prestados por entidades públicas e privadas.

Estas vantagens do Cartão Jovem Municipal têm a particularidade de poderem ser utilizadas na Europa, em Portugal e no Município, sendo estas vantagens a determinar pelo município e o executivo.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera que, no caso de aprovação da presente moção:

1. Seja estudada e posteriormente implementada a adoção desta medida;
2. Sejam determinadas as vantagens a constar no referido Cartão Jovem Municipal;

Deverá ser ainda dado conhecimento do teor, bem como do sentido decisório da presente moção, aos órgãos de comunicação social distritais.

Moita, 19/04/2024

Bruno Mendes

Deputado Municipal Independente”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputada Ana Cristina Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Moção

No quinquagésimo aniversário da Revolução

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português, a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que

não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e executadas, nessa madrugada, pelos Capitães de Abril que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças cheias de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e que tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia.

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, os seus valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal da Moita reunida a 19 de abril de 2024, delibera:

- 1 - Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 2 - Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações;
- 3 - Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 4 - Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios;

6 - Exortar a que os órgãos representativos das autarquias contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou, um ato de emancipação, democracia e liberdade;

7 - Responder ao clamor do povo, dos trabalhadores e de todos os democratas e apelar á participação em todas as iniciativas comemorativas dos 50 anos do 25 de abril, a destacar a participação no desfile já anunciado pela Comissão Promotora (do largo do Mercado até á Praça da República) e na Avenida da Liberdade, em Lisboa, assim como nas demais comemorações populares no nosso Concelho.

Os Eleitos da CDU,”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

É um problema quando se escreve demais acerca de uma situação que poderia ser bem mais singela, mais objetiva, mais clara. É evidente que, quando se escreve tanto, quando se refere tanta coisa, torna-se difícil a total concordância, e fica muito complicado quando estão, enfim, na presença de uma moção que tem como objetivo comemorar Abril, por tanta coisa que aqui está escrita que afasta tanto de Abril, não é possível acompanharem esta moção nestes termos, e para ser mais objetivo e não perder muito tempo acerca disto, queria referir algumas passagens com as quais não podem concordar, de forma nenhuma.

No parágrafo onde refere “rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, os seus valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado”, isto encerra um vasto leque de situações que têm a ver com profundas divergências políticas, naturalmente, e de perspetivas e de visões daquilo que é a sociedade. É uma discussão que, se agora a iniciarem, sobre o conteúdo destas “palavrinhas” que referiu, provavelmente, não sairão daqui esta noite, portanto, não vai fazer muitas considerações acerca disso, e apenas diz que não faz qualquer tipo de sentido esta referência. Mas, alguma coisa tem que dizer, e “rejeitar as perversões e falsificações históricas”, deixem-no fazer alguma provocação disto, é a grande especialidade do PCP, ao longo, sempre, da sua existência. É a sua opinião, como é evidente.

Sobre esta história das falsificações históricas e do alterar a história, não se quer pronunciar muito, porque está farto de falar aqui nesta Assembleia sobre essas coisas, e ouvir a negação completa por parte da bancada da CDU. Ainda aqui há tempos falou do Holodomor, e a resposta que recebeu da CDU foi a negação completa dos acontecimentos, portanto, é evidente que, referir perversões e alterações históricas, é uma coisa bem complicada.

Depois, “comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade”, enfim, não precisa de se alongar mais. É conhecida a posição do Partido Socialista relativamente às freguesias do concelho, não é preciso alargar muito mais, e no ponto 7 também há aqui algumas questões que mereciam alguns reparos, mas fica por aqui e, naturalmente, não podem acompanhar isto.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

Muito se tem falado aqui nesta sala do 25 de Abril, daquilo que conquistaram com o 25 de Abril, daquilo que não gostaram de ouvir daquela bancada, nomeadamente, o executivo camarário, no entanto, dizer que Abril é do povo e estas cadeiras onde estão sentados é do povo, e só têm que fazer aquilo que o povo decidir, com a sua participação e a avaliação que fazem de cada um dos presentes, e esta questão de Abril não está bem explicada neste concelho, a quem, historicamente, a maioria da população deste concelho, no 25 de Abril, em conjunto com os seus autarcas, sempre decidiram desfilar, pelo que estão aqui a falar de situações que podem ser discutíveis.

Depois, dizer também aqui, e repetir o que foi dito, que se foi mandado retirar os mupis que estavam a anunciar esta marcha, amanhã devem estar postos, porque não estão a gostar nada da situação. E, também repetindo o que foi dito aqui, o povo do concelho da Moita não é nada brando. Para lembrar quem ainda não era vivo que, antes do 25 de Abril, na rua 13, automaticamente, também houve essa imposição de certas coisas e a população revoltou-se

Pertence à juventude de Abril, que teve em conta, e aprendeu muito, com os que cá não estão hoje, mas uma coisa podem ter a certeza, é que há situações que os leva a não concordar com algumas

posições porque, sendo a Câmara do Partido Socialista, são de esquerda, e não é admissível que não possam celebrar Abril na rua. Não querem. Simplesmente têm boicotado, e isto é que têm que dizer. No entanto, como Abril se fez para todos terem liberdade, têm que respeitar que possa não concordar também com algumas posições que aqui, até hoje, têm vindo.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Estaria longe de imaginar que uma moção, escrita com todo o cuidado, de reafirmar os valores de Abril, os valores históricos de Abril, reafirmar a aquilo que foi a decisão do povo na altura do 25 de Abril, aquilo que foram as conquistas na Constituição que se seguiu a Abril, aquilo que foi, e que aqui já referido hoje, a conquista do poder local democrático, a si, tendo nascido muito pouco tempo antes de Abril, que foi obrigado a nascer fora do seu país por causa da ditadura, porque até se lembra, e, nos últimos tempos, até tem estudado alguma coisa sobre as intervenções dos vários partidos, da esquerda à direita, na altura do 25 de Abril, custa-lhe bastante ouvir falar em mistificação e deturpação da história, e referir o Holodomor acerca do 25 de Abril. Custa-lhe, custa-lhe mesmo, porque isto, sim, é que é mistificar e isto, sim, é que é deturpar a história.

O 25 de Abril aconteceu num contexto histórico em Portugal. O 25 de Abril de 1974, para todos aqueles que têm memória do tempo, aqueles que têm memória dos debates na Assembleia Constituinte, aqueles que têm memória de tudo aquilo que foi escrito, da esquerda à direita, todos os que se lembram de ver o PS, o PSD, o CDS, a defender uma sociedade sem classes, e isto está nas atas da Assembleia Constituinte, podem ir à RTP Memória, onde estão dezenas de vídeos com tudo isto, e vir aqui alguém falar no Holodomor, uma campanha nazi, uma campanha usada pelos nazis na II Guerra Mundial, para falar acerca do 25 de Abril. Infelizmente, como disse, teve que nascer fora do seu país, e o seu país em Portugal, teve que nascer fora do seu país porque cá não havia democracia. O que faz, todos os dias, é apresentar a todos aqueles com quem se cruza, os valores de Abril, para que não tenham cá mais ninguém a confundir campanhas nazis com a história do 25 de Abril.

Portanto, esta moção que aqui está, é uma moção que tem por base aquilo que foi o 25 de Abril, tem por base factos históricos que são relevantes no 25 de Abril, tem por base as motivações do 25 de Abril e, se houvesse alguma questão, dentro deste contexto, do que se passou no 25 de Abril, daquilo que se passou imediatamente a seguir ao 25 de Abril, naquilo que foi o contexto do 25 de Abril, teriam toda a abertura para poder incorporar novas visões neste texto, mas o que é indesmentível, é que como veem na saúde, como veem na habitação, como veem no ensino, o que é facto é que, décadas de política de direita, seja ela vinda do PSD, do CDS ou do PS, deturparam muito daquilo que foi o 25 de Abril. Da parte da bancada do PS não gostam e disparam para longe. Paciência. A moção da CDU, salvo outra intervenção que possa merecer a sua atenção, fica tal como está.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Não vai falar muito do Holodomor, e dessa situação, não vão discutir aqui, enfim, pela deslocação, pela distância, mas é importante dizer que o Holodomor não foi um movimento nazi, foi um movimento estalinista. Quem matou não foram os nazis, e isso é histórico, e é por ser histórico que acha agressivo quando se faz qualquer tipo de referência.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Neste momento, interrompeu a intervenção para, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, dizer que estavam a falar do 25 de Abril.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Estão. Estão, vão continuar e vão ver até que ponto é que é possível encontrar, veja-se bem a disposição, vão ver até que ponto é que é possível encontrar aqui uma forma de votarem favoravelmente, e vão ver se o Deputado João Figueiredo concorda que votem esta moção naquilo que é o seu essencial.

Referiu que havia dois ou três parágrafos que impediam a votação, mas é evidente que há aqui muitos parágrafos em que as visões são as mesmas, é preciso é ter cuidado com aquilo que se escreve, é preciso é não se escrever demasiado, é preciso é fazer as coisas na perspectiva de arranjar consensos, e então cá estão, portanto, fica muito sensível com esta história das perversões e falsificações históricas. E, relativamente ao 25 de Abril, para não se aprofundar muito, para não se alongar muito sobre isso, o 25 de Abril teve, naquele seu período entre 74 e 75, várias nuances, e por serem corretos e não alterarem aquilo que é a história, devem chamar as coisas pelos nomes corretos, e então faz um

desafio ao Deputado João Figueiredo e à bancada da CDU, neste parágrafo que contém as perversões e as falsificações históricas, e convida a ficar apenas “celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário” e eliminar o resto. É a proposta que estão a fazer.

Depois, convida também, e sugere e propõem, porque aqui são frontalmente contra, votaram em sentido contrário na ocasião, retirar o parágrafo que diz que “comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas”.

Depois, o ponto 7, não é de forma nenhuma consensual. Apesar das diversas opiniões, apesar de concordarem em muitos dos pontos de vista que foram aqui expressos, é um foco desadequado. Eventualmente, poderão apontar para um texto parecido como “responderam ao clamor dos trabalhadores, e de todos os democratas, e apelar à participação nas diversas iniciativas previstas no nosso concelho”, e também do desfile, e arranjam um texto parecido com aquele que o 1º Secretário, Deputado António Chora propôs. E aqui, talvez consigam encontrar forma de votarem favoravelmente a moção, portanto, como está a ver, afinal não é assim tão difícil chegar a consenso se, eventualmente, a disposição for essa. É uma questão de bom senso.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Acedem a retirar, naquele primeiro parágrafo que referiu, “celebrado Abril é assinalar o sentido transformador e revolucionário”. Agora, celebrar Abril, é também celebrar as freguesias e é celebrar aquilo que é prometido ao povo, e o PS prometeu ao povo voltar a criar as freguesias que foram extintas naquele processo, aquele processo da troika, que todos sabem como é que aconteceu. O PS prometeu repor as freguesias, portanto, não vão retirar mais nada na moção, e nem vale a pena entrarem na discussão das freguesias, porque essa é outra discussão, não é desta moção, mas isto é um facto histórico. O PS prometeu repor as freguesias extintas.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

As posições estão clarificadas, o PS é um partido que não planeia, nem faz previsões tão largas no tempo, o PS é um partido dinâmico, que se adapta às vontades das populações. A vontade das populações, num determinado momento, era uma, e passou a ser outra em função das experiências, e o PS, como é um partido que se adapta, como é um partido que vive o dia a dia das pessoas, percebe as vontades e percebe que houve alterações nas vontades. Deu o exemplo da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, e foi consensual. É evidente que, quem tem perspectivas que, enfim, não mudam, diz que não é consensual. Aquilo que se observa, atualmente, na União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, e só quem está desatento é que não percebe, é, claramente, a vontade de se continuar como está agora, e o PS adapta-se. Há quem não se consiga adaptar. De qualquer das formas, já está anunciada a posição da CDU, portanto, não podem votar a favor.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Queria usar da palavra, enquanto membro da bancada do Partido Socialista, para dizer que ouviu aqui há pouco dizer “você do PS são contra o desfile”, que se sente um bocado atingido por isso. Aqui, quem não quis ser organizador do desfile, foi a Câmara Municipal. É um direito que lhe assiste, fizeram muito mais coisas, e pode dizer, e todos o sabem, que foi, é e será a favor do desfile. Têm suficiente democracia interna para ter opiniões, sabe que há mais socialistas que vão estar presentes, portanto, não se pode apontar isso ao Partido Socialista.

E, também não vê, apesar de tudo, que seja um ato ditatorial da Câmara Municipal, a quem pediu, e se não querem organizar ou participar, é um direito que lhes assiste, mas que em nada obstaculizassem o desfile, e foi-lhe dito que em nada obstaculizariam, e acredita nisso.

Em relação à questão das freguesias, só queria que, realmente, é difícil, e é uma pena votarem contra esta moção, mas a sua dignidade é posta em causa em relação às freguesias, porque, realmente, votaram, e o próprio votou também, no caso, pela não desagregação das freguesias, porque esta era a vontade manifestada nas assembleias de freguesia e nos executivos de freguesia, e eles, sim, foram eleitos pelo povo. Não houve nenhum referendo para a população decidir se era a favor ou contra, como tal, da mesma forma que aqui é a vontade dos eleitos que representam o povo, nas freguesias são os executivos e as assembleias de freguesia que o representam, portanto, têm todos que respeitar, mesmo que não gostem.

É a maioria que vence, e a maioria, no caso concreto das duas uniões de freguesia que tinham, que sentiam que era o pulsar das pessoas, quer por questões económicas, e outras, de desenvolvimento, e que aquilo que estava não se devia mudar, e não misturar isto com uma saudação tão importante ao

25 de Abril, porque acha que é uma questão de bom senso, uma questão de dizer, e têm todo o direito disso, naturalmente, “nós, CDU, continuamos a ter esta opinião sobre as freguesias, mas até aceitamos que, em nome da unidade do 25 de Abril, que este ponto seja retirado”. Isto é aquilo que pensa.

Neste momento, e a pedido da bancada da CDU, suspendeu a Assembleia Municipal para um intervalo de 5 minutos.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal)

Retomada a Sessão, passou a palavra ao Grupo Municipal da CDU, proponente da moção em apreço.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Recapitulando aqui um bocadinho e fazendo o ponto de situação das propostas e das alterações que foram, entretanto, surgindo, que fique claro que acolhem a proposta que o senhor Deputado António Costa fez naquele parágrafo que diz “celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário”, e retiram o resto do parágrafo, a moção até fica mais curta, mais leve, embora o que é dito, obviamente, é que pensam, é verdade, mas acolhem como boa esta sugestão, da mesma forma que acolhem também como boa a sugestão do senhor Presidente da Assembleia, de retirar o parágrafo que começa “ comemorar Abril é devolver o povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade”, portanto, também acolhem esta proposta de retirar todo este parágrafo.

Mas, quer aqui reafirmar que o facto de retirarem este parágrafo desta moção, não altera o seu posicionamento, não altera a sua maneira de pensar, e sempre que o assunto, o argumento, enquanto aquilo que é, consideram o interesse das populações de prevalecer na restituição das freguesias, é isso defendem e não mudam a sua palavra, portanto, vão continuar a defender a reposição das freguesias. Que fique aqui claro, para não dizerem “olha a CDU alterou a sua posição”, não. Não alteram a sua posição, apenas acolhem a proposta do senhor Presidente da Assembleia de retirar, na íntegra, este parágrafo da sua moção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pela sua parte, agradece bastante a posição. Seria muito triste, ao falarem aqui em Abril, numa altura tão difícil, onde começam a existir, ou começam a vir ao de cima, ou a sair dos armários, tantos amigos do 24 de Abril, que os presentes, enquanto democratas, não se entendessem sobre o essencial por causa do acessório.

Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD

Hoje acolhe, com muita satisfação esta mudança que a CDU entendeu aqui fazer, e saúda, com um espírito democrático porque, efetivamente, o texto que aqui se propôs roçava até a falta do democrático, ao alegar aqui “as décadas de transformação negativa da direita”, como se o 25 de Abril e a democracia fossem um bastião, unicamente, dos partidos de esquerda. E, não se vai alongar mais, porque começou por saudar, positivamente, esta mudança e fica-se por aqui.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

A política é a arte do compromisso, é evidente que ninguém muda de opinião, assume o seu compromisso, e é evidente que se criaram as condições para votarem favoravelmente a moção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD; três abstenções, sendo uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.4.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

“SAUDAÇÃO 1.º DE MAIO

DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

O dia 1.º de maio, Dia Mundial dos trabalhadores, homenageia a luta, de mulheres e homens que, em todo o mundo lutaram e lutam por melhores condições de vida e de trabalho e pela construção de sociedades mais justas.

As lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

No nosso país, a luta dos trabalhadores tem dado um contributo importante para combater medidas políticas que continuam a levar ao empobrecimento dos trabalhadores e do país. Não podemos esquecer o passado recente de que foi com a luta que os trabalhadores conseguiram a atualização do salário mínimo nacional, a recuperação dos quatro feriados, a reposição dos salários e das 35 horas na administração pública, entre outros direitos e conquistas nos locais de trabalho, empresas e sectores.

Mas é preciso ir mais longe e atacar as causas que estão na origem da pobreza de quem tem um emprego, é urgente e necessário valorizar o trabalho e os trabalhadores, isto é

- aumentar salários;
- reduzir horários de trabalho;
- harmonizar horários de acordo com a vida dos trabalhadores e das suas famílias;
- criar e garantir emprego com direitos;
- apoiar os jovens na procura do primeiro emprego;
- reduzir o número de anos de trabalho para se atingir a idade da reforma;
- combater eficazmente a precariedade laboral;
- desbloquear e dinamizar a negociação e contratação coletiva;
- Revogar as normas gravosas da legislação laboral;
- Defender os serviços públicos e as funções sociais do estado.

Assim a Assembleia Municipal da Moita reunida a 19 de abril de 2024 delibera:

1. Saudar o 1º de Maio como jornada de luta para todos os trabalhadores para aumentar salários e pensões, garantir direitos e combater a exploração.
2. Apelar à sua participação da população nas comemorações do 1º de Maio em Lisboa.
3. Saudar todos os trabalhadores do Concelho da Moita, em particular os trabalhadores das autarquias do concelho da Moita.

Remeter esta saudação à Frente Comum de Sindicatos.

Os Eleitos da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Brincando um bocadinho, e que o desculpem, porque não é nada, é muito a sério, é possível fazer moções minimamente consensuais, e é evidente, e aqui, sim, um certo humor, esta tendência para aqueles “piquinhos” de alguma hipocrisia que estão presentes, mas não vê nenhum problema em votar favoravelmente esta saudação.

Era escusado esta preocupação, saudar todos os trabalhadores do concelho da Moita chegava. Isto de estar sempre a “passar o pêlo” aos trabalhadores da Câmara da Moita dá assim um ar meio esquisito. Os trabalhadores da Câmara da Moita não precisam de tanta, diria, engraxadela, não precisam de convites permanentes a darem o seu voto ao mais simpático, e é um bocado assim.

Depois, sobre remeter esta saudação à Frente Comum dos sindicatos, porque não a outras pessoas, à imprensa em geral, e tudo o mais, portanto, parece que há aqui uma carga de obrigação em enviar para determinadas moradas, de qualquer das formas, e retirando estes dois reparos, não vê nenhum problema em votar a favor desta saudação sobre o 1º de Maio.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Acolhem a sugestão de divulgar a saudação, caso seja aprovada, a outras estruturas sindicais, e divulgar massivamente na imprensa, como foi sugerido.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.5.

Deputado João Palma do Grupo Municipal do PS

“Saudação aos trabalhadores, nas comemorações do 1º de Maio

O 1.º de Maio, em que se celebra o Dia Internacional do Trabalhador, é uma data que tem a sua origem nas lutas laborais e sindicais do século XIX, escolhida em homenagem à histórica manifestação de trabalhadores em Chicago, em 1886, em luta por melhores condições de vida e de trabalho e pela redução do horário de trabalho.

Desde então os trabalhadores em todo o mundo têm combatido por melhores condições de trabalho e pela consagração de direitos, num combate contínuo pela redução das desigualdades e por uma existência digna.

No contexto das comemorações dos 50 anos do 25 de abril importa ainda lembrar que esta data histórica representou grandes conquistas para os trabalhadores como o direito à greve e ao exercício da liberdade sindical, a consagração do salário mínimo social, subsídios de Natal e de férias, subsídio de desemprego e outras prestações sociais, proibição de despedimento sem justa causa e proteção da conciliação entre o trabalho e vida e pessoal e familiar.

Importa também salientar que 1.º de Maio, celebrando os direitos conquistados pelos trabalhadores e a sua luta, que representam um enorme progresso civilizacional, económico e social, permanece plenamente atual num mundo laboral sempre em mudança.

Num momento de crise climática e ambiental e transformação tecnológica é importante assegurar que as políticas públicas de transição climática e de regulamentação da aplicação da tecnologia ao mundo do trabalho salvaguardem a justiça social e os direitos dos trabalhadores, e não deixem ninguém para trás.

Importa ainda, face ao aumento da precariedade e das desigualdades, o combate pela valorização salarial e por um trabalho digno, de qualidade, e com direitos.

Assinalamos neste contexto, designadamente, a Agenda do Trabalho Digno, que representa um avanço no combate ao falso trabalho independente, ao recurso injustificado ao trabalho não permanente e ao

recurso ao trabalho não declarado, na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores temporários, dos trabalhadores das plataformas digitais, e dos jovens trabalhadores-estudantes e estagiários, e em matérias como a contratação coletiva, a conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar, e o reforço da fiscalização.

No 1.º de Maio de 2024 importa, pois, afirmar que é necessário continuar a lutar não só pela consolidação de direitos conquistados, mas por novos direitos perante novas realidades, por uma vida plena e digna para todas as pessoas.

Assim a Assembleia Municipal da Moita, reunida no dia 19 de abril de 2024, delibera:

1) Saudar os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, e em especial os trabalhadores do concelho da Moita, os trabalhadores municipais e de freguesia, e todas as entidades que têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais, e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;

2) Saudar os trabalhadores que, em todo o mundo, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

Moita, 19 de abril de 2024

Os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Para que todos entendam este riso da CDU, foi porque a resposta ao PS foi dada pelo próprio PS, sobre a congratulação da CDU a todos os trabalhadores, e justifica-se, porque são um órgão municipal e aos primeiros a quem têm que dar atenção são aos trabalhadores do município, seja da Câmara, seja das juntas de freguesia. E essa resposta também foi dada pelo próprio PS. Às vezes, mais vale o silêncio.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, informou que tinha mais uma moção que o plenário ainda não tinha conhecimento, porque foi escrita e entregue, pelo Grupo Municipal da CDU, no decorrer do período de intervenção do público, a quem pediu para proceder à apresentação do agora documento 2.6.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Moção

Comemorar Abril na rua

Atendendo a que estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, atendendo a que a comissão promotora do desfile da Liberdade efetuou a divulgação desse evento popular, com a colocação de pendões, atendendo a que esses pendões foram retirados pela Câmara Municipal da Moita, talvez por engano, os eleitos da Assembleia Municipal da Moita solicitam, que a Câmara Municipal da Moita proceda à recuperação desses pendões, nos locais de onde foram retirados.

Moita, 19 de abril
Os eleitos da CDU.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Admitindo que isso aconteceu, e é evidente que não há, pelo menos, de forma objetiva, uma enorme evidência, vai considerar que se poderão abster nessa moção. Não há outro voto possível. A situação caiu de forma algo extemporânea, não vai utilizar outro termo, enfim, poderia utilizar outro termo, mais provocador, mas não, vai ficar por aqui e vai considerar que merece a sua abstenção, fazendo desta intervenção também a declaração de voto do PS.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Não se trata de qualquer provocação, e tiveram o cuidado, ao redigir a moção, exatamente, em considerar aqui o “talvez por engano”, porque admitem, apesar de tudo, a boa fé das pessoas. E, é nesse sentido, que colocam isso aqui, exatamente, para que ninguém perca a frase.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE; dezanove abstenções, sendo quinze do PS, uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora

“Nós votámos favoravelmente esta moção e temos esperança que, efetivamente, ela seja cumprida, porque esse é o objetivo de uma moção que foi aprovada aqui na Assembleia Municipal, é que a mesma venha a ser cumprida e é isso que queremos deixar claro.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, perante solicitação do Grupo Municipal da CDU para intervir ainda neste período, e porque o tempo regimentalmente instituído para o mesmo já foi largamente ultrapassado, alertou para a necessidade legal de votarem, ainda hoje, o primeiro ponto do período da ordem do dia, no caso, o Relatório e Contas do ano 2023, porque a lei não lhes permite ir para além do mês de abril.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Estão disponíveis para prolongar mais esta reunião, para votarem o primeiro ponto, que é, exatamente, o Relatório e Contas do ano 2023, quanto aos outros pontos terá de haver uma nova reunião.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, e após anuência do plenário quanto ao prolongamento da reunião, passou a palavra ao Grupo Municipal da CDU, para intervir neste período.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Intervenção em conformidade com a transcrição infra:

«Declaração Política

Permitam-me dizer, que esta intervenção vem na sequência de anteriores posições que nós sempre assumimos aqui na Assembleia Municipal, mas também noutros locais, no debate e em defesa dos interesses das populações. E, é nesse quadro também, que nós participamos e debatemos pela manifestação de vontade popular de comemorar o 25 de Abril na rua, e com um desfile o mais abrangente possível, com todas as pessoas.

Não pretendemos, tratar destes assuntos de uma forma leviana. Não pretendemos, nem nunca seria isso democrático, e custa-me, e custou-me, custou-nos a nós todos aqui da bancada da CDU, algumas das intervenções que foram feitas por parte da Câmara Municipal, e em resposta ao público aqui presente, que veio manifestar uma série de preocupações, quer com o desfile do 25 de Abril, quer com a necessidade de termos melhores serviços públicos, passeios mais adequados, mais bem tratados, que seja um espaço público usado por todos, e não só por alguns.

Sobre as questões de higiene urbana, de limpeza dos contentores de lixo, seja a necessidade de leite escolar ser entregue nas escolas com tempo e em condições, seja qualquer cidadão que está mal, ou que quer fazer prevenção da sua saúde, se poder dirigir aos centros de saúde, ou a outras instalações médicas públicas, e ser devidamente acompanhado e tratado.

E, não é questão sem conteúdo, nem é leviano, é mesmo de uma forma séria que nós trouxemos aqui, anteriormente, a moção sobre as questões de saúde, colocando na mesa a posição que tínhamos assumido, de até nem concordarmos com a descentralização de competências nesta área, bem como noutras, porque consideramos que o problema que nós temos a nível de saúde, abrange muito mais do que algumas panaceias que os municípios podem dar, no sentido da população. Valorizamos esse papel das autarquias, mas não é isso que resolve o grande problema.

E, veja-se, se se aceita, como se aceitou, o centro de saúde da Moita, nas condições que tinha, não importa agora, para a população, quem é que é responsável por estar naquelas condições? O que importa é que as consultas foram adiadas, o que importou àquelas pessoas que precisavam, foi não terem tido a consulta que tanto precisavam. Portanto, qualquer outra justificação, quando nós colocamos estas questões de defesa do serviço público, tem a ver com isso.

Depois, queria aqui dizer que eu hoje, e a CDU, saímos daqui um pouco entristecidos, quando acusam os outros daquilo que, provavelmente, só os define a si próprios, porque quando se tenta acusar parte da população, e até alguns, que são eleitos noutros órgãos, no concelho da Moita, que tentaram denegrir, deve dizer que tentar denegrir, condicionar ou até mesmo tentar aqui dar lições de inteligência, afirmando aqui “tentaram-nos coagir”, “não aceitamos ser coagidos”, invocando aos outros que o tentaram fazer, desculpem lá.

Nós somos democratas, nós não nos reconhecemos dessa forma como se nos dirigiram, mas quem proferiu esse tipo de afirmações não identificou os outros, só se identificou a si próprio. Lamentável que, numa Assembleia Municipal, tão próxima dos 50 anos do 25 de Abril, que tenham sido essas as questões, esses factos aqui a serem colocados, e não ser dada uma resposta concisa, precisa, às questões que a população aqui colocou, e que tem direito de as colocar, e não devemos dar resposta aos outros respondendo-lhe com outra resposta. Não é sério, também eu posso considerar isso, mas nós aqui estamos para verificar factos e não estamos aqui para fazer interpretações, e aquilo, quando nós colocamos aqui moções, são factos, não são as interpretações, essas não são falsas, nem são sem serem falsas, cada um tem direito à sua.»

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Pedi a palavra, e vai tentar ser muito breve, de acordo até com aquilo que tinha sido combinado com o senhor Presidente da Assembleia, para fazer uma descrição dos trabalhos da Comissão que coordena, e que fará com a maior brevidade possível.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que, uma vez que vão ter que desdobrar esta sessão, ia sugerir acrescentar um ponto na ordem de trabalhos, para que o Deputado João Figueiredo, bem como a Deputada Mónica Ribeiro, possam fazer um ponto de situação das comissões permanentes que lideram, tendo obtido a sua concordância.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o Período Anterior à Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Antes de iniciar o período da Ordem do Dia, solicitou ao plenário uma alteração à numeração dos pontos, passando o atual três ponto seis a constar como três ponto um, seguindo os restantes a constar com a subsequente renumeração, tendo obtido a anuência de todos os presentes.

3.1 - Relatório e Contas do ano 2023

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do Vereador Independente, e com o voto de qualidade do Presidente, em reunião da Câmara Municipal realizada em 11/04/2024:

“Considerando que:

- A. De acordo com o disposto no artigo 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e no artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a segunda sessão ordinária do órgão deliberativo do município, a realizar-se durante o mês de abril, destina-se à apreciação dos documentos de prestação de contas individuais.
- B. Compete à assembleia municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- C. Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal.
- D. Atendendo o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, do 12 do setembro, compete ao presidente da câmara submeter os documentos referidos nas alíneas precedentes à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal.
- E. Face ao estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, fazem parte dos documentos de prestação de contas: o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa, a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e respetivos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais.
- F. Os documentos de prestação de contas das entidades que sejam obrigadas à adoção da contabilidade patrimonial devem ser remetidos, ao órgão para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas emitidos pelo auditor externo, conforme estipulado no n.º 3 do artigo 76.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- G. As regras da prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2023 encontram-se plasmadas na Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2022, publicada na 2.ª série do Diário da República de 5 de janeiro de 2023, e na Instrução daquele mesmo Tribunal n.º 1/2019, de 6 de março, que define, entre outros, a organização e a documentação a que as contas individuais devem obedecer. Destacando-se a necessidade de identificação dos factos mais importantes, que no âmbito do documento aqui versado constam do quadro seguinte:

Mapas	Valores apurados a 31.12.2023
Balanco	
Ativo	183.462.976
Passivo	19.928.246
Património Líquido	163.534.730
Demonstração de Resultados	
Resultado Líquido	-7.516.825
Rendimentos	48.231.213
Gastos	55.748.037
Demonstração de Fluxos de Caixa	
Recebimentos	63.449.650
Pagamentos	55.227.824
Desempenho Orçamental	
Recebimentos	52.849.344
Pagamentos	55.227.824
Saldo inicial de operações	8.970.847
Saldo inicial de operações de	1.629.459
Saldo final de operações	6.233.922
Saldo final de operações de	1.987.930

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal da Moita delibere, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, para posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e votação, sobre os documentos de Prestação de Contas referentes ano económico de 2023 onde se inclui o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Acredita que todos tenham tido oportunidade de ter lido e consultado o relatório e contas, e a Câmara Municipal está a dispor para as questões que as bancadas queiram colocar referentes ao mesmo.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Está aqui em dúvidas, se faz a pergunta e espera a resposta, ou se faz logo o comentário à própria pergunta que pretende fazer.

Tiveram o cuidado de tentar ler o relatório de conta de 2023, que tem o tamanho que tem, e a pergunta é, senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores que detêm pelouros, se é este o documento que é enviado, formalmente e oficialmente, para todas as entidades que fiscalizam e a quem a Câmara Municipal é obrigado a enviar, e por isso é que têm que votar ainda hoje, porque tem que ser até ao fim do mês de abril.

Talvez, para adiantar, e não tornar isto muito longo, o que diria é que não menospreza, e até valoriza bastante, o trabalho e a descrição pormenorizada que está, de toda a atividade, e que no fundo, é uma atividade municipal, é um relatório que tem aqui a atividade municipal, muita. Mas, há um trabalho político que é necessário fazer. Acha interessante, e desculpem-na, mas vai mesmo dizer isto, e pensa

que seja na página 124, há uma coisa que diz assim nesta descrição “Mudança do manípulo da porta do gabinete do senhor Presidente”, para não dizer outras, porque há muitas, é que há muitas, são muitas. E isto é enviado para entidades oficiais?

Quando diz, por exemplo, que faz arroz de marisco, depreende que todas as pessoas saibam o que é que tem que fazer, mas faz isso, não está a descrever tudo ao pormenor. E está apenas a dizer que há um trabalho político, que todos os vereadores e o Presidente devem ter, e devem conhecer, ao pormenor, o que é feito, mas depois, aqui para a Assembleia Municipal, e aquilo que aprovam para as entidades, isto não. É que, muito do que aqui está, acha que não é tão sério como isso, e podia ser dito “2000 intervenções de conservação”, ou se dissesse assim “foram adquiridas X viaturas de recolha de lixo ou para limpeza de contentores”, porque isso depois também tem um reflexo muito grande nas contas, mas isto e a forma como está descrito, como já disse, e deve dizer, quando leu tudo, ao pensar no envio para as entidades, teve que rir, lamentavelmente, teve que rir, mas lamenta isso, profundamente, porque é munícipe deste concelho e quer que todas as outras entidades o respeitem também, e não tenham o tipo de atitude que a própria teve quando o leu.

E, isto não põe em causa, jamais porá em causa, e não quer uma resposta dessa natureza, porque não menospreza nenhum trabalhador desta autarquia, que faz um trabalho imenso desde a recolha e a limpeza do contentor do lixo, ao varrimento nas ruas, seja manual, seja com máquinas, e é importante isso ser do conhecimento dos eleitos, agora, não para o efeito daquilo que um relatório e contas.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Só para dar mais dois ou três exemplos, para que se perceba do que é que estão a falar, no Relatório e Contas de 2019, estava um título que dizia “trabalhos de serralharia em edifícios e espaços públicos” e depois tinha um quadro com valores e aquelas coisas todas. Aqui, têm na página 124, “apresentação de orçamento para colocação de uma fechadura” numa porta, na página 126, “consulta ao mercado para fornecimento e colocação de duas tomadas”, na página 162, e como estão a ver já são 40 páginas, “substituição de torneira e acrescento de meia”, depreende que este “meia” seja meia polegada, o que quer dizer que houve um acrescento de um centímetro e meio de um tubo de meia polegada, e que, ainda por cima, está na página seguinte, exatamente, a mesma coisa, portanto, neste relatório, que tem quase 900 páginas, há muitas que têm este teor.

O último relatório que apresentaram, enquanto CDU, e eram maioria no executivo, tinha qualquer coisa como 500 páginas, e que já foi algo que na CDU, ao conversarem entre si, julgaram que tinham que o condensar um pouco melhor a informação, porque não é fácil. Sabem que não é fácil, mas houve um trabalho político de o fazer. Demora tempo e dá trabalho.

Mas, na página 162, para verem o ridículo da questão, têm “desentupimento de urinol nos sanitários do mercado municipal da zona norte da Baixa da Banheira”, e isto não faz sentido ter num relatório e contas que irá para o Tribunal de Contas, e para as entidades todas que fiscalizam as contas dos municípios. E, para não se julgar que é apenas num departamento ou divisão, porque isto não tem nada a ver com o trabalho dos trabalhadores, isto tem a ver com o trabalho político de quem compõe o relatório, de fazer essa preparação do trabalho, e na página 171, têm “troca de escovas de uma viatura”, lavagem e inspeção de uma viatura”, “verificação de luzes”, e isto não faz sentido.

Depois, tem outras coisas giras, é que isto dá ideia que houve um trabalho imenso na Câmara, e vai dar outro exemplo, na página 120, há um quadro de um procedimento por ajuste direto do regime geral, uma intervenção de futuras instalações da Associação Cabo-Verdiana, que tem o valor, e nada contra a intervenção, certamente, é relevante e importante, nada contra, mas depois, na página 123, tem “visita às futuras instalações da Associação Cabo-Verdiana, solicitação e apresentação de orçamento da execução da obra de adaptação”, depois, na página 127, quatro páginas depois, diz “avaliação de trabalhos necessários para a requalificação das futuras instalações da sede da Associação Cabo-Verdiana no Vale da Amoreira”, o que dizer que se apresentou o orçamento antes de se fazer a verificação das condições.

Na página 128, diz “acompanhamento da intervenção das futuras instalações da Associação Cabo-Verdiana no Vale da Amoreira”, e continua, na página 131, “avaliação dos trabalhos necessários para a requalificação das futuras instalações da sede da Associação Cabo-Verdiana no Vale da Amoreira”, que já repetiu qualquer coisa que estava atrás. Depois, ainda na página 131, “acompanhamento dos trabalhos de requalificação das futuras instalações da sede da Associação Cabo-Verdiana no Vale da Amoreira”, novamente coisas que já estão atrás, na página 138, portanto, sete páginas em relação à última linha que leu, diz “acompanhamento dos trabalhos de requalificação das futuras instalações da sede da Associação Cabo-Verdiana no Vale da Amoreira”. Na página 158, diz “recuperação do edifício

da Associação Cabo-Verdiana no Vale Amoreira”. Ora, isto bastava uma linha, para dizer isto bastava uma linha, pronto, é isto.

Mas, depois, vão às contas e, quando vão às contas, veem que o saldo de gerência anterior contribuiu com 14% da receita cobrada, ou seja, não houve execução no mandato anterior, e “lá vamos inchar o orçamento deste ano” com o saldo de gerência do ano anterior. Mas, lembram-se todos aqui, o drama que foi baixar meio ponto no IMI, portanto, a receita fiscal que está no quadro 8, diz “a receita fiscal apresenta um montante cobrado de 12.139.453 euros, com uma execução de 103% e uma taxa de aumento de 10,5%”, ou seja, mais um milhão e meio de euros. Ora, afinal, há espaço para baixar mais mesmo os impostos, ligeiramente que seja, há espaço.

Depois, há outra coisa muito interessante, lembram-se aqui de um drama, e vai usar umas palavras do senhor Deputado António Costa, das dramatizações e aquelas coisas todas, acerca das receitas não cobradas, das imparidades, que eram umas imparidades que vinham de dívidas não cobradas pela Câmara, que vinham do mandato anterior, mas as imparidades não só se tiveram como aumentaram mais um milhão de euros com este relatório e contas.

Depois, têm, por exemplo, a execução, e pensam, com um relatório e contas desta dimensão, que a execução era extraordinária, e depois vão aqui aos campos. Realmente, nas despesas correntes, que é aquilo que, naturalmente, tem que se gastar, com pessoal a execução está nos 96%, mas na aquisição de bens para que os trabalhadores façam a sua função, a execução está nos 53%, portanto, o que falta aqui é que pagam aos trabalhadores, mas depois não lhes dão condições para fazerem a sua função, porque não adquiriram os bens que estavam orçamentados. Mas, depois têm outra coisa, não adquirem bens, mas adquirem serviços, estão a privatizar os serviços, porque a execução dos serviços externos já não é de 53%, é de 82,9%, que já é uma execução, mais ou menos, aceitável, só que é dos serviços externos, portanto, têm trabalhadores aos quais não dão condições para trabalhar e depois, a seguir, vão contratar serviços externos.

Mais uma vez, olhando para um relatório e contas com esta dimensão, pensaram assim “bom, fizeram obra”, e vão ver às despesas de capital e aos investimentos de capital, que a taxa de execução é de 53%. Executaram, em obra, 50% daquilo que estava no orçamento. Também não fizeram grande coisa. Mas, o que é mais interessante no meio disto tudo, com um relatório enorme destes, sem obra executada, a dívida aumentou. A dívida aumentou, e não aumentou pouco. A dívida total deste concelho está nos 8 644 537 euros.

Portanto, lembram, quando a CDU deixou a maioria neste município, que aquela dívida grande que vinha atrás, de tempos em que era possível acumular mais dívida, ficou integralmente paga. Ficou a dívida para a piscina e para fazer os asphaltamentos, que este município não completou, portanto, ainda estão à espera que a piscina seja inaugurada, há de ser inaugurada um dia destes, quando alguém, não sabe quem, anunciar que vai ser inaugurada, mas o que é interessante é que, neste momento, têm, mais uma vez, 8 644 537 euros de dívida, e ainda têm disponíveis, para mais dívida, três milhões e setecentos, portanto, ainda vai haver mais.

Depois, têm aqui indicadores financeiros, indicadores económico-financeiros, e o que veem é que, a comparação de 2022 para 2023, e vão ver um a um, como é que é a evolução e veem que a autonomia financeira, a solvabilidade, o endividamento, e não está nenhum ali crítico, mas pioraram todos, não houve um que melhorasse, pioraram todos. Como resultado disto tudo, têm uma coisa extraordinária, porque as contas indicam que, em 2022, tinham um resultado líquido do período, de 1 988 793,12 EUR e, de u ano para o outro, passam para menos sete milhões e meio de euros, é que é o saldo líquido do período, o resultado do exercício deste ano, são menos 7 516 824,52 euros.

Ora, o que é que pensaram no meio disto tudo? Pensaram “é pá, se calhar, fizeram umas coisinhas, fizeram algumas coisinhas”, mas depois foram ver aqui, por exemplo, porque se fala bastante nas intervenções no espaço público e nas águas, quantos asphaltamentos é que foram feitos, e foi feito um num ano, e foi um pedaço de uma rua que é pedonal, na rua 5 de Outubro. Não foi feito mais nenhum asphaltamento, fizeram reparações de quando houve uma obra e depois foi necessário repor, isso fizeram e em vários sítios no concelho, mas ruas asphaltadas foi aquele pedacinho da rua 5 de Outubro, uma rua pedonal na Moita.

Depois, tiveram obras não concluídas, o centro de saúde Doutor Raul Coelho, e saúda a qui o Deputado António Costa, que foi o primeiro elemento do PS que ouviu falar no nome do centro de saúde Doutor Raul Coelho. O CROAE foi inaugurado este ano a piscina da Moita será inaugurada, mais uma vez, quando alguém indicar que vai ser inaugurada, não sabem quem. A pista de atletismo está por iniciar, o pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira está por iniciar, e depois, nas águas, repararam, por exemplo, que em 2020, o ano completo da execução da CDU, tiveram 1884 intervenções, nos dois últimos anos, tiveram 1621, portanto, em dois anos de exercício, a Câmara Municipal da Moita, este executivo, conseguiu fazer menos 14% do que o executivo da CDU em 2020, em ano de pandemia.

Portanto, há muito mais coisas para dizer, mas atendendo à hora, acha que já perceberam que os factos são estes, e neste relatório reflete-se uma falta de capacidade de gerir uma autarquia, e uma falta de rumo na gestão da autarquia, com a qual não podem, nem de perto, nem de longe, estar de acordo e a votação da CDU nunca será uma votação positiva.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Vai fazer uma curta análise, e concorda quando se diz que isto é um exagero, e não trouxe o documento, fez algum trabalho em casa, mas vai pedir ajuda à CDU, já lá vão. E vai mesmo, não pensem que está a brincar, porque não trouxe esse relatório que é, realmente, muito extenso, e havia mais papel, mas leu algumas por alto, aquilo é o fundamental. É evidente que não foi ao pormenor, reparou num caso ou noutro, e não foi ao pormenor da fechadura e da Associação Cabo-Verdiana no Vale da Amoreira, e acha que ficava bem aí um artigo a referir o brilho que foi dado aos móveis, acha que falta isso porque, realmente, a descrição é tão extensa, mas enfim, reportou-se ao necessário.

E, se concorda, relativamente à extensão exagerada do relatório, vem depois a segunda parte, e aqui na segunda parte, há um excesso de dramatização, e há também algumas pequenas inverdades. A sua referência relativamente às imparidades, nada teve a ver com isso, teve a ver com a incapacidade de identificação correta dessas mesmas imparidades. É que podem chamar imparidades, e em termos contabilísticos isso é um tratamento muito específico, e o reparo, na altura, foi que a CDU, o executivo anterior, não conseguia identificar como imparidades, e isso muda tudo. Isso altera, de forma significativa, o números e altera, sobretudo, aquele número que transitava e que, afinal, não era real, porque uma boa parte dele, a grande parte dele, os famosos seis milhões que transitaram, afinal, tinha cinco milhões e qualquer coisa de imparidades, portanto, o número que transitou nada teve a ver com seis milhões, tinha a ver com um bocado menos, seis vezes menos, mas está falar de cor, enfim, mas tem a noção, porque já foi há bastante tempo e não apontou, nem gravou, na fase de planeamento a tão longa distância, não é um hábito do PS, mas pensa que foi assim.

Mas, relativamente ao relatório, para não se estar a alongar muito, há 3 ou 4 situações que já foram referidas, aliás, que são os rácios legais, o equilíbrio orçamental, a solvabilidade, essa análise está feita pelos técnicos, e está tudo nos conforme, e há aqui uma situação que é fundamental neste relatório, que é aquilo que salta à vista. Por acaso, foi traído, porque trazia no telemóvel as páginas que consultou para dar essa informação, e o “sacana” do telemóvel perdeu a bateria, e é aqui que pede a ajuda à CDU, e não está a brincar, está a falar a sério, para que lhe tentem identificar aí, e a Vice-presidente Sara Silva, se calhar, sabe qual é a página, para facilitar, porque há um gráfico que teve curiosidade em reparar, que é aquele gráfico relativo ao investimento, porque é aqui, no investimento, que pensa que é a chave fundamental, aliás, o Deputado João Figueiredo sabe qual é o ponto chave deste relatório.

Após a indicação de que se trata da página 357, disse que tinha a sensação que era a 257, mas não, é a 357, e a página 357, senhor Deputado João Figueiredo, é a chave do relatório. É aquilo que é fundamental. É aquilo que define, na perfeição, aquilo que foram as opções deste executivo. Este executivo, têm características muito próprias, em várias áreas, mas há uma coisa que têm que reconhecer, é que este executivo fez uma aposta muito séria, muito ousada, diria até que, com uma enorme fogosidade, procurou isso.

Este executivo, percebeu, quando entrou, que o concelho estava parado, estava estagnado, que a Câmara vivia, em termos de equipamentos, e pedindo ao Deputado João Figueiredo que mostrasse, para verem e perceberem, para que lhe faça esse favor, foi-lhe referido que a Vice-presidente Sara Silva também o tem, claro, mas nem é esse quadro, há um outro mais elucidativo com cores, e que, neste momento, lhe foi entregue por um membro da bancada do PS, porque, por acaso, não vem tão pesado, mas trouxe o fundamental.

Não tem a página, mas tem o fundamental, e já parece “o Marques Mendes na televisão”, se repararem no gráfico de investimento do executivo anterior, e depois olharem para este salto espetacular, e é evidente que o investimento é gastar dinheiro, é preciso gastar dinheiro onde ele é preciso ser gasto.

Neste momento, e após manifestação por parte da bancada da CDU, de que não tinham recebido esse gráfico que estava a referir, disse que foram elementos tratados por quem deve tratar, como é evidente, mas pensava que estava aí no relatório,

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, pediu que evitassem o diálogo, porque senão” ficam cá vocês e a gente vai se embora, quer dizer, não vale a pena”.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Vai ser muito curto, e vai referir que aquilo que caracteriza a atuação deste executivo, é, realmente, essa enorme preocupação com o investimento, era necessário fazer muito coisa, a Câmara estava num estado de demasiada degradação. A Câmara não tinha equipamento, a Câmara tinha instalações miseráveis, e a Câmara optou, e muito bem, por não concluir aquela história dos asfaltamentos, porque isso era a continuação de uma prática que, e até se vai dispensar de utilizar o termo que agora pensou, porque essa questão de fazer asfaltamentos sem a mínima preocupação com o que está lá em baixo.

Neste momento, e em resposta a uma intervenção sem recurso ao microfone, disse: “não é verdade? Eu sou de Sarilhos Pequenos, ó João Figueiredo, eu sou de Sarilhos Pequenos, e sabe que, na verdade, os factos são estes, por isso faça lá um esforço para não me interromper”.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Mais uma vez, dirigindo-se ao Deputado João Figueiredo, pediu-lhe que, se quisesse, se inscrevesse para falar depois.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

É isso mesmo, para ver se conduzem isto de uma forma minimamente equilibrada. É de Sarilhos Pequenos, e foi dos primeiros, e foi daqueles que, em devido tempo, fez o reparo que era um desperdício, e até utilizou uma palavra grossa, na altura, e disse, a determinada altura, que era criminoso gastar o dinheiro público daquela forma, porque, quando se asfalta na tentativa de conseguir votos, e não se pensa, minimamente, no que se está a fazer, quando se corre o risco de, passado 3 meses, como aconteceu, ter que abrir buracos para reparar as ruturas de água, porque, de forma difícil de qualificar, pensou-se em pôr lá o alcatrão para dar nas vistas, para ver se as eleições tinham resultados diferentes.

Em boa hora não tiveram, como é evidente, mas foi, em muitos casos, e não quer dizer que noutros casos não fizesse falta o alcatrão, mas foi, em muitos casos, uma péssima utilização do dinheiro público, pôr alcatrão novo e, passado poucos meses, estar a partir aquilo tudo para reparar redes de águas e esgotos, que é, no mínimo, enfim, pouco prudente. Portanto, esta Câmara, e muito bem, este executivo, e muito bem, decidiu não continuar o asfaltamento de forma inadvertida, sem perceber primeiro a desgraça que lá estava em baixo, e verificou-se que era uma desgraça, e todos conhecem aquilo que se passa com os esgotos e com as redes de águas no concelho. Aliás, a conclusão, foi dramática, enfim, na Quinta da Fonte da Prata a mudança é radical, é total, é absoluta. Em Sarilhos Pequenos já enjoava. Em Sarilhos Pequenos tinham, de 2 em 2 meses, uma rutura de água, e o “desgraçado” do alcatrão que lá foi posto, sinceramente.

É evidente que houve opções claras. Era necessário gastar dinheiro. Era necessário comprar os equipamentos mínimos para que a Câmara funcionasse. A Câmara não podia ter centenas de trabalhadores sem equipamentos para fazer qualquer tipo de intervenção. Não havia um cilindro, não havia nada para arranjar as árvores como deve ser, não havia uma série de equipamentos que foram adquiridos. Os “glutões”, os famosos “glutões”, e aqui há tempos até brincaram sobre isso, mas quer dizer, “não havia um aspirador nesta terra”. Havia aí uma máquina qualquer, sim, está a mentir, havia uma máquina, não havia “glutões”, mas havia uma máquina, e a Câmara encontrava-se em condições de enorme degradação, portanto, era preciso gastar dinheiro. Os camiões não funcionavam, havia camiões que estavam nas oficinas à espera que viesse a ferrugem.

Portanto, é evidente que havia que gastar dinheiro, e este executivo, justiça lhe seja feita, lembrou-se de gastar dinheiro. É preciso gastar dinheiro. Mantendo os rácios obrigatórios, aquilo que a lei prevê, garantindo o equilíbrio orçamental, garantindo, naturalmente, os rácios de solvabilidade, é evidente que a Câmara optou, e bem, por investir. Não havia outro caminho. E o investimento continua. Dir-se-á, por exemplo, que o centro de saúde ainda não está em condições de receber os utentes, a piscina está quase, e há de estar, enfim, ainda estão a pouco mais de meio do mandato, portanto, vão ter tempo para acabar isto, e fiquem descansados porque vão ser convidados, mas, enfim, isto é uma previsão sua, não tanto uma promessa porque não pode prometer isso.

O que diz, é muito simples, relativamente à questão do relatório, e para não perder tempo a ler essas coisas que não têm o mínimo interesse, concentrou-se nestas coisas que têm todo o interesse, e aquilo que é relevante para si é que, efetivamente, se gastou dinheiro, com o cuidado de manter a Câmara em condições de mais endividamento, portanto, a Câmara não esgotou, não foi de tal forma imprudente, que esgotasse essa capacidade, não foi imprudente porque manteve o equilíbrio orçamental, não foi imprudente porque manteve os rácios que a lei obriga, agora, fez uma excelente opção. Era preciso estar dinheiro. Não se pode melhorar as condições de vida das pessoas sem gastar

dinheiro. Estes são os factos. Esta é a realidade, portanto, foi uma excelente opção, e por isso, naturalmente, vão votar, com satisfação, é preciso dizê-lo, este relatório e contas, positivamente, claro.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

De facto, não tinha pedido a palavra inicialmente, mas sente-se na obrigação, depois deste episódio, de pedir, exatamente, a palavra, e pedir também ao senhor Presidente da Assembleia, que a informação que aqui foi mostrada, e o tal gráfico que, pelos vistos, foi distribuído à bancada do Partido Socialista, e que não consta do relatório, apesar de ser imenso, que seja distribuído a todas as bancadas, porque, de facto, constava aí numa página.

Neste momento, perante intervenção por parte da Vice-presidente Sara Silva, sem recurso ao microfone, disse que estava a querer esclarecer uma situação que aqui está, porque todos se lembram, ainda, da trapalhada, e pede desculpa pelo termo, mas não encontra outro, que foi com o documento do orçamento aqui há um tempo atrás, que era um, depois veio outro, depois já não era aquele, ainda se lembra e esta Assembleia ainda se lembra disso, até porque estranha, que um documento desta natureza, que devia vir numerado com carimbo, e devia vir rubricado, e nem o senhor Presidente, nem nenhum dos senhores vereadores, assina este documento que aqui é posto à aprovação. Não consta aqui nenhuma assinatura, consta do senhor chefe de divisão, não consta de mais ninguém, e a responsabilidade é dos eleitos políticos. A Câmara é gerida pelos eleitos, e os eleitos têm que assumir sua responsabilidade, para o bem e para o mal, e o relatório devia vir assinado por respeito a esta Assembleia, que não vem.

Já agora, também coloca outra questão, porque receberam a certificação das contas já durante esta semana, depois do relatório ter sido distribuído, e a certificação das contas, o documento do ROC, não consta aqui e tem que constar. É obrigatório por lei, senhora Vice-presidente, para as entidades que vão validar o relatório da Câmara Municipal da Moita, portanto, é um documento que veio posteriormente, acredita que tenha vindo em devida altura, dá esse benefício, mas a verdade é que ele não consta aqui no documento que é dado a votar. E, pede desculpa, quem é o próprio para dar este lembrete à Câmara Municipal, mas, de facto, sem este documento, o relatório não pode seguir, não se esqueçam disso, por favor, independentemente, do sentido de cada um que possa votar o relatório.

Já agora, para terminar, queria também dizer que é preciso gastar dinheiro para investir, é preciso gastar bem. é preciso olhar o futuro. porque o dinheiro que a Câmara Municipal investe é o dinheiro de todos, é o dinheiro dos impostos de todos, é o dinheiro de todos, e gastar dinheiro não é investir, porque aquilo que se está a ver neste relatório é gasto, é despesismo, porque já aqui foi dito, até pelo seu camarada João Figueiredo, que o investimento tem uma taxa de execução muito baixa, portanto, os gastos que aqui estão, são gastos de despesa, e despesa que vão depois ver, exatamente, onde é que ela está, e gastar não é, necessariamente, investir.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Sobre os documentos, quer referir que todos receberam o documento do Revisor Oficial de Contas.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Disse que sim, senhor Presidente, que recebeu por e-mail dos serviços da Assembleia, mas o que está a dizer é que não consta aqui, não está apenso, e não é pelo facto de não estar em papel, mas porque esse documento do ROC tem que estar dentro deste relatório, deste “calhamaço” de folhas que aqui está, e que já viram que tem muita informação desnecessária, mas informação útil e obrigatória não tem.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Disse que, aí a culpa pode ser sua e dos serviços, porque entenderam, uma vez que havia não sei quantas cópias impressas desses “calhamaços” todos, não fazer tudo de novo outra vez e enviar à parte, portanto, o documento em nada é alterado, nada. O que vem é a certificação do próprio documento. Acha que isto é uma questão de razoabilidade. Não vão gastar dinheiro, porque imaginam quanto é que custará essa “lista telefónica”, uma lista telefónica e daquelas de Lisboa, porque aqui da Moita da não chegava a esse tamanho, portanto, foi esse o sentido.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Pede desculpa pelo diálogo, que lhe vai perdoar, mas o que está aqui em causa não é sequer o documento em si, ou a autenticidade do documento, o que está aqui em causa é que há um documento que votam, e o documento que é dado a votar hoje na Assembleia, é este “calhamaço”, a tal “lista telefónica de Lisboa”, que o senhor Presidente acabou de caricaturar, e bem, o que acontece é que, neste documento, nesta “lista telefónica”, obrigatoriamente, tem que constar o certificado do ROC, ou seja, as folhas estão numeradas e se acaba na folha 936, e agora está a falar de cor, tem que haver mais quatro folhas no final em que está a certificação do ROC.

Quando mandarem para as entidades, tem que cá estar a certificação, independentemente, de ter sido integrado ou não ter sido integrado, logo no documento que foi distribuído. Era o que devia ter acontecido e não aconteceu, mas o que está a colocar não é isso, e não se podem esquecer que também estão a votar o relatório do ROC, que faz parte deste relatório. É só isso que estão aqui a dizer, não há aqui dramatismo.

Já agora, a questão da tal “lista telefónica”, numa altura em falamos de ambiente, e tudo isso, e, obviamente, que um documento desta natureza tem sempre impresso, pelo menos um exemplar, realmente, é um desperdício de papel, mas tem mesmo que ser impresso.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Foi impresso um exemplar por cada bancada, e quando, nos serviços da Assembleia, perceberam que tinha faltado, naquilo que já estava impresso, numa série de cópias, foi o próprio que decidiu, em vez de fazer tudo de novo, mandar à parte, porque são duas folhas que foram à parte, que não duplicam nada, é um complemento. Se calhar, não o devia ter feito, mas não se pode culpar a Câmara nisto, porque foi uma decisão sua.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Acha que, realmente, o senhor Presidente fez muito bem, sinceramente, e pede desculpa, mais uma vez, pelo diálogo, mas fez muito bem em fazer chegar o documento, o que está a dizer é que o documento faz parte integrante do relatório que está a ser votado. É só isso.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

E agora, na votação, tem os dois, portanto, o complemento e não sabe qual é a diferença, sinceramente, mas pode ser devido ao adiantado da hora.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Com tantas dúvidas, essa era a pergunta que estava a fazer, o que é que neste ponto estão a votar, este documento só, ou também o outro que veio, posteriormente, e que devia estar aqui dentro? Tinha isso como pergunta, e está a fazer a pergunta porque não sabe se os elementos desta Assembleia Municipal estavam a pensar votar em separado, porque aquilo tem que fazer parte integrante, mas como, inicialmente, para votação, só receberam este relatório e contas, e como outro documento, e não está dito no ofício, que faz parte integrante deste relatório, apesar de, fisicamente, não estar ali inserido, mas que terá que ser posteriormente, a pergunta que tinha era mesmo isso, porque aquele é um relatório fundamental que certifica a legalidade das contas, é obrigatório e tem que constar.

Essa era uma pergunta, e já está, praticamente, a dizer qual é a resposta, porque também leu esse relatório. Recebeu-o já, praticamente, em cima desta reunião da Assembleia Municipal, mas leu, e nem sequer vai invocar as questões de tempo, de convocação e de chegar, dos oito dias, três dias, não, nem sequer vai buscar isso, mas é preciso que se tenha noção da responsabilidade que se tem com os documentos oficiais.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Quer que fique claro, e que fique em ata, que a votação é o conjunto do documento todo com a certificação do ROC, pelo que perguntou à Câmara Municipal se o documento tinha alguma alteração, tendo sido, no imediato, confirmado que não, e que se trata mesmo do complemento que faltaria na primeira versão impressa.

Sinceramente, a decisão foi sua, para não estar a mandar novos documentos, porque senão, às duas por três, isto era uma loucura, e podiam cair nesse risco, novamente.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Estão aqui nesta sala, e pede desculpa, mas tem que, novamente, referir mais duas questões. Em primeiro lugar, a bancada da CDU, quando disse, a propósito de um mapa que o senhor Deputado António Costa, se virou para a bancada da CDU, e, designadamente, para o seu camarada João Figueiredo, a dizer “estou a pedir e é a sério a vossa ajuda”, do mapa, o célebre mapa que não foi enviado para ninguém nesta Assembleia Municipal, não faz parte deste documento. Faz parte a mudança da fechadura, e isso tudo, mas esse mapa, tão essencial e tão importante, não faz parte, e nem sabe se não é obrigatório, porque era um trabalho que o PS teve de análise do documento, mas a verdade é que o referiu aqui, o pediu à Vice-presidente, e dando a nota, para quem os está a ver, aqui em casa, que este era um documento que era do conhecimento de todos, e não é, ponto.

Depois, sobre o investimento ou não investimento, está tipificado o que é que são as despesas correntes e o que é que é investimento, não vão agora dar aqui uma aula de economia fiscal, não, mas isso todos conhecem e, obviamente, que aquilo a que aqui se referiram, e estão certos, foi na questão do investimento. As despesas correntes, obviamente, para se fazer o outro investimento e mais o outro, obviamente, que tem nas despesas correntes, mas não conseguem ver onde, e os dados também não dizem. Foi onde? Foi na contratação de mais trabalhadores? Fosse naquilo que fosse.

Agora, outra questão que é referida aqui, e que coloca mesmo a pergunta para a Câmara Municipal, é se o relatório do ROC foi ou não submetido a votação na Câmara Municipal da Moita, porque tem indicação de manifestação de alguns vereadores, que não podem falar, nem têm pelouro, mas todos dizem, e não faltaram às reuniões, não, não foi submetido e, se não foi submetido, não faz parte e não podem votar.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para responder à questão colocada.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Vai dar aqui a palavra à senhora Vice-presidente para explicar, mas depois quer voltar aqui a um ponto, só para que não subsista dúvidas e equívocos, e que não se “cavalguem” equívocos como alguns gostam de fazer.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Só para esclarecer à pergunta que a Deputada Fernanda Gaspar colocou, se a certificação legal de contas foi ou não à reunião de Câmara, dizer que não foi porque não tem que ir. A certificação legal de contas é emitida após ser aprovado o documento em reunião de Câmara, portanto, vem só à Assembleia Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Desde já, agradece ao senhor Presidente por lhe ter passado a palavra para intervir, e verificou que, diretamente, não houve muitas questões, houve sim, muitas conjecturas a respeito de um documento que uns conhecem, outros conhecem pouco, outros que fizeram por ler, outros que o leram pouco, sempre verbalizando que era uma questão de tempo, mas, desde já, saudar, e isto, às vezes, parece que existem dois partidos a nível local, em reunião de Câmara, para a ata, foi saudada a estrutura do documento porque tinha muita informação, chega-se à Assembleia Municipal, o mesmo partido, e em liberdade, decide criticar a densificação da informação, mas o 25 de Abril é isto. Estão em liberdade e, de um lado pensa-se de uma forma, e, do outro lado, pensa-se de outra forma diferente, mas é isso que vão constatando.

Depois, deixar aqui clara uma questão, fala-se que faltava despesas de investimento, mas a Câmara investiu nas mais diversas áreas. Lembrar que a Câmara tinha dois veículos, neste caso, dos esgotos, que estavam parados porque as bombas, para trabalhar, não tinham pressão. E, neste caso, em jeito de graça, mas que não tem graça nenhuma, poderia se dizer que, as máquinas de café que os senhores têm em casa, teriam mais pressão que os camiões da Câmara. Era ver os trabalhadores irem desentupir os esgotos, com as agulhetas, andarem para a frente e para trás, em desespero, a não conseguir fazer o trabalho, e a população, que estava à espera que eles fizessem um trabalho e ao ver que o trabalho não se realizava, as culpas ficariam sempre sobre a alçada da Câmara e sobre os trabalhadores da Câmara, quando o problema era de opção.

Este executivo da Câmara Municipal, falou com os trabalhadores, com os trabalhadores que souberam apontar qual é que era o problema dos camiões, mandou arranjar e, gastando pouco mais de 6000 euros, arranjou os dois camiões, passando os dois a estar, agora, em pleno funcionamento, porque antes tinha que se levar os seus camiões para fornecer água, e contratar uma empresa externa para ter a pressão para fazer os desentupimentos. Se consideram isso boa gestão, era a gestão que tinham quando cá chegaram.

Depois, quando se fala em asfaltamentos e problemas de asfaltamentos, todos estão recordados como é que eram feitos os asfaltamentos na Câmara Municipal, abria-se os buracos, deixava-se 2 ou 3 meses os buracos abertos, para os carros poderem ir passando para fazerem a compactação do solo, para depois a alcatroar. Eram as molas dos carros e os amortecedores dos carros dos munícipes que faziam aqui o trabalho do cilindro compactador, mas não compraram só o cilindro compactador, compraram muitos outros equipamentos, como o equipamento manual de compactação, compraram um equipamento destroçador de cepos, e aqui lembrar aos anos que as palmeiras estavam por tirar no parque Zeca Afonso, na Baixa da Banheira, em frente à Junta de Freguesia, aos anos, e não só retiraram as palmeiras, que tinham lá os cepos, não sabe se talvez para memória futura, ou talvez por carinho que alguns de vós tivessem em relação àquelas palmeiras mortas, e retiraram e substituíram por arvoredos novos, autóctones, locais, substituíram, e é assim que se trabalha.

Compraram uma nova retroescavadora, que tanta falta lhes fazia, já para não falar da plataforma elevatória que, todos os anos, alugavam uma plataforma elevatória, por um período de meses, para intervenções pontuais, e se forem fazer as contas, facilmente, verificam que, em aluguer, mais valia comprar, porque, se calhar, o dinheiro que gastam num ano, no aluguer de uma plataforma elevatória para intervenções pontuais, permite-lhes pagar uma plataforma elevatória que está ao uso da Câmara, para um e outro serviço, sempre que ele precisa, e por isso é que este ano estão a realizar mais podas, porque os trabalhadores já podem subir, à altura em que é necessário fazer as intervenções, em segurança, coisa que no passado não podiam, ou então tinham que esperar pelo aluguer da plataforma, mas compraram mais equipamentos.

E, quando cá chegaram, lembra-se de lhe terem dito que havia um projeto do passadiço do Gaio, e quanto ao projeto do passadiço do Gaio, o que é certo, é que o que fizeram foi pedir um orçamento, e um orçamento para saber por alto, e que não tem projeto associado, por isso, pode ser aquilo, na prática, ou outra coisa qualquer. Aquilo, para terem uma ideia, na construção civil, chama-se de grandeza. Aquilo não é nada, e chamaram àquilo projeto.

Por isso, este documento está muito densificado, tem muita informação, e ainda bem que tem muita informação porque, repare-se, centraram-se na questão da Associação Cabo-Verdiana, mas o que deviam aqui assinalar é que, durante anos, foram coniventes com o depredar de um equipamento municipal, entregue a uma associação, que se deixou chegar a um estado em que foi preciso fazer uma intervenção de fundo, para que ele pudesse voltar a estar ao serviço dessa mesma associação. Isso é que deviam falar. Isso é que deviam dizer aqui. E isso é um trabalho deste executivo socialista, à frente da Câmara Municipal da Moita, e disso é que deveriam aqui falar.

Como aparece aqui investimento, e pede imensa desculpa se tiveram que começar pelo básico, mas foi mesmo pelo básico que tiveram que começar, porque foi necessário chegarem cá para fazer um pedido à E-redes para fazer o projeto para fazer a iluminação da chamada, e mais conhecida, como reta da vacaria, e pintar e fazer as marcações na estrada, coisa que podiam ter feito há muito tempo, ou iluminação em muitos bairros, seja na Moita, em Alhos Vedros, no Vale da Amoreira ou na Baixa da Banheira, a iluminação de muitos espaços, que as pessoas assinalam que as suas ruas ou a tardoz dos seus prédios têm pouca iluminação, e a Câmara chega, verifica, avalia e pede para que sejam colocados mais candeeiros e melhor iluminação. Isso poderia ter sido feito pela CDU. E isso consome muitas linhas, esses pequenos trabalhos consomem muitas páginas? Óbvio que consome. Lamenta muito, mas tiveram que começar por ir ao básico.

Reparem bem, e a coordenadora técnica que o perdoe por estar a falar o nome dela aqui, por quem tem muito apreço, muito gosta, e se vai falar no nome dela é porque lhe tem um grande carinho, que é a Maria João, em jeito de brincadeira, que não tem graça, mas volta a dizer, em jeito de brincadeira, mas que não tem graça nenhuma, perguntam, hoje em dia, o que é que a Maria João vai fazer com a quantidade de toalhas que os seus serviços distribuía pelo município, ou seja, pelo edifício sede, sempre que chovia, porque as janelas estavam todas podres, chovia dentro dos serviços. Chovia. E, se forem ver algumas salas, já colocaram as janelas, mas agora vai ter que ser feito um trabalho de fundo, de reparação do pavimento e de reparação das paredes. Mas, só se podia chegar à reparação das paredes para dar condições de trabalho aos trabalhadores, depois da colocação das janelas, não iam pintar antes de pôr as janelas.

Pedem imensa desculpa se tiveram que começar pelo básico, porque foi mesmo essa a condição em que lhes deixaram a Câmara, e já devem ter reparado que trocaram os cortinados do Salão Nobre, porque o tecido branco que protege os cortinados estava, completamente, desfeito, e em alguns sítios estava preso por agrafos. Em alguns sítios estavam presos por agrafos, e ainda não chegaram à questão de substituir as cadeiras onde se sentam, porque consideram que, face à avaliação que fazem, existem ainda muitas prioridades no concelho, e, certamente, as cadeiras onde os senhores vereadores se sentam podem esperar. Mas, também é fácil ver, e nas imagens, as cadeiras, ao longe, parecem bonitas, mas se forem ver ao perto veem que estão todas descosidas, com o material desgastado e por trás já perderam completamente a cor. É o estado em que lhes deixaram os edifícios.

E, se pararam o programa de asfaltamento, como disse aqui, e bem, o líder da bancada do PS, é porque foi aqui trazido, e à Câmara Municipal, aprovar um empréstimo, aproximadamente, de três milhões de euros, para fazer várias intervenções no concelho, em que uma das coisas que dizia é que, na avenida 1º de Maio, depois de ser feito o asfaltamento, como as condutas já eram muito velhas, e com os trabalhos que tinham sido da própria intervenção, que ainda tinham fragilizado mais infraestrutura, hipoteticamente, se não se encontrar outra solução do ponto de vista da engenharia, o que está preconizado é abrir toda aquela via, para voltar a alcatroar novamente. Está no relatório, está escrito, podem consultar, é público.

E podem ir a outra, a rua de São Sebastião, que toda a gente sabia, ou perspetivava, o estado em que podia estar, até que veio o relatório do LNEC, mas, se não tem acontecido aquilo que aconteceu na rua de São Sebastião, e se tivessem ganho as eleições, preparavam-se para alcatroar toda aquela rua sem fazer aquela intervenção que é necessária, que é a remodelação da rede das águas pluviais. Resolvem tudo, e depois, na prática, quando vão a ver, durante anos, os anos que cá estiveram, e perdoem-lhe este aparte, mas é respondendo aos apartes da CDU, durante os 46 anos que cá estiveram, resolveram pouco ou quase nada, por isso é que chegaram ao estado em que estão.

Depois, o que podem ver, se quiserem consultar, e já que gostam de ver a informação, podem consultar, na página 108, os projetos que foram tendo que desenvolver para lançar agora, como o projeto de requalificação paisagística na urbanização do Palheiro, que já foi lançado, já foi a reunião de Câmara, ou a requalificação paisagística do largo O Varino, que também já foi a reunião de Câmara, mas por onde tiveram que começar foi pelo básico, pelo projeto, porque não tinham e tiveram que começar pelo básico. E, na página 111, podem ver que estavam a prever fazer a rua de São Sebastião, por fases, devidamente controlada, quando foram surpreendidos por aquela situação, em que tiveram que mandar vir cá o LNEC, e já está extensamente esclarecida a matéria, mas também foi neste executivo que fizeram o projeto de reperfilamento de toda a avenida, que está na página 111, e podem ver o projeto, ou então, podem ver também uma coisa simples, porque na CDU só se preocupam, ou só se preocupavam, neste caso, se o moinho de maré, em Alhos Vedros, está pintado ou não está pintado.

A preocupação da CDU, durante anos, é moinho de maré, está pintado ou não está pintado, mas este executivo, quando se preparava para lançar os passadiços, porque têm proposta e têm projeto para essa matéria, e sim, têm projeto também para isso, ao lado e em frente ao moinho de maré, em Alhos Vedros, mais uma vez, foram alertados de que tinham que fazer o básico, e podem ver, na página 112, que é necessário fazer o básico, que é a consolidação da estrutura do embasamento da arcaria do moinho, e se a Câmara não fizer esta intervenção, em primeiro lugar, o que está em causa é a estrutura do moinho. Foi aquilo que herdaram, e se lhes dizem que falta obra, falta mais execução, é claro, têm que começar pelo básico, ou na CDU começam as obras sem projeto?

É que ainda se lembra, quando cá chegou, tinha uma fatura para validar, e pede desculpa se é crítico, às vezes, com as faturas, mas sobre as faturas tinham uma coisa muito simples, que era ali na rotunda ao pé do Burger King, em que a fatura que vem dos serviços tinha mais três sumidouros, e a área de intervenção era, aproximadamente, o dobro da que lá existia, e aquele projeto já vinha de trás, e quando veio a fatura para pagar, guardou a fatura e mandou perguntar aos serviços, porque sabia quando é que os sumidouros tinham sido executados, e que saiba a CDU não tinha construído dois pisos, por isso mandou, educadamente, como é óbvio, não pondo ninguém em causa, a planta de implantação do local e onde é que tinham sido colocado, e as coisas andaram, andaram, andaram, e nunca recebeu o desenho, mas o que é certo é que a fatura veio com o valor reduzido e corrigido. E, às vezes, as coisas são assim, é preciso olhar com atenção, não é só assinar, porque o dinheiro é de todos, e custa muito.

Depois, quando falam dos resultados deste executivo, mais positivos, menos positivos, há uma coisa que todos aqui, e em reunião de Câmara, falaram e estão todos de acordo, e pode dizer, a progressão das carreiras da função pública, que o Governo votou, a subida do subsídio de alimentação, que o Governo socialista voltou a subir, e o aumento dos ordenados da função pública que o Governo também voltou a subir, e já subiu muito depois do orçamento estar aprovado, mas essas alterações foram feitas no primeiro trimestre, e a Câmara não recebeu mais dinheiro para isso. A Câmara não recebeu

mais dinheiro para corresponder a estas alterações. E, a massa salarial da Câmara, representa 40% do peso da Câmara, e podem apontar, e só este aumento representa 17% sobre uma massa de 44%. 17%. Como diria o Guterres “façam as contas”, e vão, facilmente, encontrar o motivo a que se devem esses valores.

Mas, vai dar outra notícia. A Câmara, com a sua gestão, despesista como na CDU lhes chamam, tem feito uma boa gestão, porque o CROAE ficou feito, na sua totalidade, por metade do preço daquilo que na CDU apontaram, e está lá todo, as 40 boxes estão lá, e podem ir ver e estão todos convidados para ir, dirige-lhes o convite para o irem ver, porque já o inauguraram, e os membros da Assembleia estão todos convidados, mas foram convidados todos os senhores vereadores, como serão convidados para a inauguração da piscina e serão convidados para a inauguração do centro de saúde. Mas, o CROAE está aberto, visitem-no, tem havido dias abertos para passear alguns animais, se quiserem adotar, também o podem fazer, porque aqueles animais precisam de um novo lar, quem o possa fazer é claro, e deixa aqui o apelo, para quem está aqui presente e para quem os assiste a partir de casa.

O que podem continuar a ver, também na página também 113, é a continuação dos projetos que têm desenvolvido, como a pista de atletismo e o acompanhamento do projeto do pavilhão desportivo da escola secundária da Baixa da Banheira, e dado os valores envolvidos, tanto numa obra como na outra, já estão em revisão de projeto, para depois ir a Tribunal de Contas e ser lançado, porque as coisas têm que ser cumpridas e não saltam passos. Não saltam passos, as coisas têm que ser cumpridas, e também já gostavam de estar a executar.

E, só mais uma coisa em relação ainda às contas e ao centro de saúde, para ficarem todos esclarecidos sobre esta matéria, e em relação à boa gestão e ao financiamento, é por terem feito uma boa gestão à frente da Câmara e não andarem aí a ser despesistas e a gastar a torto e a direito, como na CDU dizem, que é possível esta Câmara Municipal, ainda não tendo recebido a transferência do ministério da Saúde, relativamente a 1000000 de euros que falta, e faltará mais, para a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira, como podem ver, a obra nunca parou, como alguns, às vezes, inventam que é por falta de dinheiro. A obra esteve sempre a andar, esta e todas as outras. Gostam de honrar aquilo que são os seus compromissos, mas não passam cheques em branco, e isso é o que quer que fique bem claro.

Depois têm feito outras iniciativas, não querendo roubar aqui o mérito que é da Vice-presidente Sara Silva, que é quem está à frente.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, interrompeu o senhor Presidente da Câmara para lhe dizer que agradecia que pudesse concluir, por já ser uma e meia da manhã.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

O relatório é extenso, precisa ser discutido e debatido, os assuntos que foram levantados também foram pertinentes e tem que falar aqui de outra temática, como o ecocentro móvel, que foi colocado em vários pontos do concelho, e isso também é investimento, mas como o senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe pediu, vai ser sucinto e, para falar dos dados contabilísticos e das contas, porque o que falou foi de obras, empreitadas, aquisição de equipamentos, como fizeram o projeto também para o alargamento do refeitório dos trabalhadores da Câmara, e agora está a avançar, como também fizeram para tirar daquele edifício de habitação os trabalhadores, porque também não tinham condições de servir a população, e já têm o projeto, e vão agora avançar para o Chinquilha, que também já está em procedimento para adjudicar a obra e a empreitada para ser mais acessível.

Por isso, como não podem começar pelo fim, as coisas têm o início, iniciaram, estão a trabalhar, e está certo que, até ao final do mandato, acredita, muitos outros comentários ouvirão como “olha, tivemos nós a possibilidade de fazer a obra, mas é o que é”. Tiveram-na durante 46 anos, não a fizeram, está agora este executivo a fazê-la.

No que diz respeito às contas, se o senhor Presidente lhe permitir, passa a palavra à Vice-presidente Sara Silva para, rapidamente, prestar alguns esclarecimentos.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Sendo breve, e respondendo também às questões que lhes são colocadas, nomeadamente, pelos senhores deputados João Figueiredo e Fernanda Gaspar, aquilo que pode reparar, na realidade, é que estava à espera que surgisse alguma dúvida e não um reparo de pormenores, porque queria falar do relatório e contas, não queria, de facto, falar dos pormenores das fechaduras, que também fazem parte

do relatório e, com certeza, que não será o Tribunal de Contas a olhar para aquilo que se fez nas fechaduras, mas o que é certo é que este relatório é um relatório que está completo, é um relatório que prima pela transparência, é um relatório que prima pelos pormenores, e acha que é muito positivo, tal qual disse o vereador da CDU, na altura, quando aprovaram na reunião de Câmara.

Dar também nota que, se verificarem bem o documento que lhes foi enviado sobre a certificação legal de contas, está aí, para que não haja dúvidas, o “Relatório de conclusões da auditoria e da prestação de contas do município da Moita referente ao ano 2023” e, de facto, confirma aquilo que já disse anteriormente, “de acordo com as disposições legais aplicáveis, a recomendação da ordem dos revisores oficiais de contas, o revisor oficial de contas apenas emite a certificação legal de contas após aprovação da prestação de contas pelo órgão executivo para envio ao órgão deliberativo”, portanto aqui já têm os devidos esclarecimentos.

Depois, dizer também que, se bem se lembra, o ano 2023, é um ano num contexto económico, e que não podem deixar de fazer, extremamente difícil num contexto económico, não só ao nível do país, um contexto económico difícil a nível mundial, já de si a taxa de inflação, a invasão da Ucrânia, a subida acentuada dos preços, portanto, tudo faz parte de um contexto económico a que não podem ficar indiferentes para fazer uma análise daquilo que é o relatório de contas de 2023, e por isso mesmo, dizia aqui o senhor Deputado João Figueiredo que, neste quadro da página 353, a receita fiscal da execução aumentou cerca de 103%, e depois dizia também que, afinal, há espaço para baixar os impostos. A própria vê a receita num total, não vê a receita por receita fiscal ou por receita corrente ou receita de capital, vê toda a receita, a receita total, E, é nesse prisma, de ver a receita total e ver a despesa total, que depois vão chegar também ao resultado líquido, e é por aí que vão analisar.

De facto, a receita fiscal aumentou 103%, como diz, tem aqui uma taxa de execução de 103%, que até é uma taxa de execução confortável, mas também lhe diz uma coisa, o IMI familiar também vem baixar as receitas deste ano, portanto, a introdução do IMI familiar em 2023 veio baixar as receitas, porque foi em 2023 que introduziram o IMI familiar, e aqui também vem contribuir para que, em 2024, a receita venha a baixar ainda mais.

Depois, em relação à execução da receita, a taxa de execução foi, realmente, de 86%, têm menos empréstimos em relação ao ano de 2022, e esta taxa de execução é mais baixa, precisamente, porque utilizaram menos empréstimos do que em 2022, uma vez que as taxas de juro estavam muito altas e, por precaução, foi utilizado menos empréstimos. Houve menos transferências recebidas face à dotação prevista, no entanto, o aumento da receita foi de 11,3%, o que contrasta também, porque não acompanhou o aumento da despesa, que foi de 19,4%, e está aqui já a fazer um resumo daquilo que, depois, os vai remeter para o resultado líquido. No entanto, se também tiver essa informação à sua frente, e o relatório diz isso, houve um elevado grau de execução e um bom desempenho da receita, e se também quiserem ver mais pormenorizadamente, o grau de liquidação foi de 96% e o de cobrança da receita foi de 82%.

Quanto aos indicadores, e fazendo já uma ressalva sobre a preocupação em não ter sido distribuído aquele documento, que a própria desconhece, e que viu havia agora ali na bancada do PS, porque cada um faz o seu trabalho de casa e, com certeza, os senhores deputados da CDU fazem o seu trabalho de casa, a bancada do PS, e muito bem, também faz o seu trabalho de casa, a própria também não deixa de fazer o seu, portanto, como estavam a falar de investimento e, precisamente, da execução orçamental, e essa alusão foi em referência a este quadro 12, da página 357. conforme depois deu essa indicação, portanto, estavam a falar todos a mesma linguagem, para que não restem dúvidas.

Em relação à despesa, e o senhor Deputado João Figueiredo também falou da aquisição de bens, da aquisição de serviços externos, do investimento de capital, e por aí fora, realmente a execução da despesa atingiu 77%, nada que fosse diferente do ano de 2021, precisamente, com a mesma percentagem de execução da despesa. No entanto, falou no investimento, e refere, precisamente, que este investimento, e se repararem, se tiverem presente aquilo que foram os investimentos nos últimos anos, lamenta informar o senhor Deputado João Figueiredo, mas, na realidade, no ano de 2023, esta execução do investimento foi muito acima daquilo que tem sido nos últimos anos. Logo de si, o investimento pago, em 2023, e que está aqui neste tal quadro da página 357, foi de dez milhões, numa dotação de quase vinte milhões, e, quando tinham cabimentados catorze milhões, pagaram dez milhões, que foi os tais 53%. Mas, se remeter, por exemplo, ao ano de 2020, o investimento pago foi de três milhões, e depois, em 2021, se tiver também esses relatórios, o investimento pago foi de 8 000 478 410, em 2022, 9 000 328, e em 2023, 10 000 541, como consta aqui neste quadro.

Portanto, por aqui, se pode dizer, e ver e referir que, na realidade, este investimento tem sido crescente, esta taxa de execução do investimento tem sido crescente ao longo destes últimos anos, quase que triplicou em relação aos último sete anos passados.

Em relação à taxa de execução da despesa, e tendo em conta o contexto económico que acabou de referir, teve um grau de execução de 77%, que revela um bom desempenho orçamental, teve também um aumento significativo dos gastos em relação às despesas, porque só os custos com pessoal aumentaram 17%, resultante das atualizações salariais, mas também da valorização das carreiras, mas também das horas extras, para compensar as baixas médicas, que os assolam a todo o momento, e que é, de facto, um peso neste orçamento. Mas também vai dizer, senhor Deputado João Figueiredo, que o aumento das transferências e dos subsídios concedidos foi de 74% a mais do que em 2022, o que significa que deram mais dinheiro às juntas, às escolas, ao reforço no movimento associativo e aos parceiros sociais.

Também aqui não percebe, quando diz que é uma baixa taxa de execução, e que, precisamente, baixou 2%, e é igual a 2021, mas tem os seus fundamentos e tem aqui os seus argumentos, para poderem justificar isso, tendo em conta aquele contexto económico que acabou de referir.

Falou também o senhor Deputado João Figueiredo, dos indicadores económicos, na página 359, e também aqui, e se tiver a perspicácia de analisar o que é que é a autonomia financeira, neste momento, do município da Moita, vê também que há uma independência financeira para cumprir as obrigações, e também em relação à estabilidade financeira, como pode ver nos indicadores que lá estão, há também uma boa capacidade para cumprir os compromissos a médio e longo prazo. Também em relação ao endividamento, obviamente, maior face a 2022, claro, tiveram que fazer um recurso ao crédito para investir naquilo que era necessário no concelho, e diz-lhe que era muita coisa necessária para investirem, logo, o endividamento aumentou.

Mas, ainda assim, também têm uma margem de endividamento muito confortável, e se também conseguir ver, na página 358, aquilo que diz que é um aumento brutal da dívida, não, aquilo que têm é uma margem efetiva para endividamento, ainda, de 3 751 000, quando, obviamente, já têm um montante de empréstimos contratualizado de cerca de 5 548 700, portanto, sim, o limite da dívida está, decididamente, numa posição confortável.

Quanto ao resultado líquido negativo, tendo em conta que houve gastos superiores às receitas, por tudo aquilo que já aqui referiram, nomeadamente, com o aumento dos custos do pessoal, e quer deixar claro que o pessoal tem um peso no orçamento do município de cerca de 40% a 44% do orçamento, tem também um aumento acentuado dos combustíveis, da eletricidade, dos serviços externos, e tudo o resto que, para além de um reforço na provisão, para fazer face também aos processos judiciais em curso, crê, com mais de 10 anos, e que, provavelmente, podem vir a revelar-se desfavoráveis para o município. Também aqui tiveram uma precaução, também aqui tiveram esta noção de reforçar as provisões.

Portanto, tendo em conta que é uma tendência nacional, este resultado líquido a que chegaram, não é preocupante e, nitidamente, estando de acordo com aquela que é a tendência, e de acordo com aquilo que viram em relação a todos estes fatores de despesa, de um aumento brutal, fruto daquilo que já aqui falou, pensa que têm uma posição financeira e económica bastante estável, tendo em conta os indicadores que acabou de referir.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Apreciou bastante esta explicação, e apreciou bastante a comparação de anos de pandemia para justificar aumentos de investimento, com um dos maiores orçamentos de sempre. Achou, realmente interessante. Estão em 2024, 2023 foi o maior orçamento de sempre, a seguir a ele foi o de 2024, e não de como é que são as contas, mas, para justificar que houve um aumento de 2020 ou 2021, para 2023, foi-se comparar com anos em que estavam todos em pandemia, portanto, em casa, não se conseguia fazer grandes investimentos, portanto, é interessante ver como é que se fazem as comparações.

E depois, quando se diz, “é pá vocês deixaram os cortinados”, porreiro, neste executivo, trocaram os cortinados, no da CDU trocaram a iluminação pública do concelho todo, portanto, são estas coisas, e que o moinho de maré agora está com problemas estruturais, claro que está com problemas estruturais, porque querem pendurar no moinho de maré os passadiços. Na CDU, não fazem assim, iam pôr em estacas, iam pôr em estacas, portanto, é claro, que vai haver uma alteração estrutural do moinho, mas é natural, porque alteram as obras, e é perfeitamente legítimo, é perfeitamente legítimo.

Este executivo também achou que o CROAE ficava muito melhor ao lado do cemitério, e então puseram ao lado do cemitério, e gastaram, no CROAE, aquilo que disseram que era o total do que a CDU dizia que iriam gastar com metade da obra, e é claro que, ao aproximá-lo das estruturas de esgotos, de saneamento, de águas, se poupou centenas de milhares de euros, mas puseram o centro de recolha

de animais ao lado de um cemitério, não se podem esquecer dito e, no saldo que ficou da CDU já estava lá o dinheiro, e este executivo resolver fazer um empréstimo para o que tinham dinheiro.

São opções de gestão, e não estão a discutir as opções, este executivo tem as suas opções e a CDU tem as suas, agora, o que acham é que as opções deste executivo não são as corretas, como este executivo também acha que as opções da CDU não são as corretas, mas política é isto mesmo, e estão aqui a debater as contas deste executivo, tal como estiveram a debater as da CDU há uns anos atrás bem, e daqui a 2 ou 3 anos vão inverter, acha, e tem essa convicção, que vão inverter estes papéis outra vez, e vai estar o PS a dizer que as contas da CDU estão erradas, e que fazem tudo mal, e a CDU a dizer que não, que fazem bem.

Mas, é isto, é interessante dizer que a despesa corrente, que corresponde a 48% das contas. é um grande investimento haver onze milhões de euros de investimento, num ano em que as contas totais, os gastos totais, foram cinquenta e quatro milhões, e fizeram onze milhões de investimento em coisas que a população não vê. Não há asfaltamentos, ou, mais uma vez, a Quinta da Fonte da Prata e no Vale da Amoreira, aquela coisa de reparar as águas, mas hoje já lhes demonstrou que, mesmo em pandemia, a CDU conseguiu fazer mais intervenções de recuperação da rede de águas, do que este executivo no ano 2022 e no ano 2023, os dois juntos.

E é isto, a gestão deste executivo é esta, é uma gestão incapaz e uma gestão sem visão, e que, aliás, se vê, imediatamente, pelo famoso buraco da Moita, e com a CDU, claramente, já estava resolvido. Não tenham dúvidas que estava resolvido, porque já estava, e, claro, o centro de saúde já estava construído, não tenham dúvidas. É que não tenham dúvidas. Mas, há mais, o CROAE estava construído antes, e não era ao lado cemitério, a pista de atletismo estava construída, o que acontece é que este executivo está a acabar obras que a CDU deixou, obras suas não há nenhuma. Não há nenhuma obra deste executivo. Estão a acabar as obras que a CDU deixou. Neste executivo não fizeram nada, e já passaram 3 anos.

E outra coisa, sobre asfaltar sem trocar as condutas, isso é de quem não conhece, não conhece ou não quer conhecer, ou não se lembra, porque aquele volume financeiro todo, e aquele número de ruas, tinha muitas ruas em que haviam troca das condutas de água. Havia, aliás, como o senhor Presidente referiu, havia também na avenida 1º de Maio, e que não estava no plano de repavimentações, era um projeto à parte, como houve na estrada nacional na Baixa da Banheira. Portanto, isto, são as tais mistificações as tais falsificações da história.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Apesar do adiantado da hora, e de já terem trocado aqui algumas ideias, não podia deixar de fazer aqui referência a alguns temas que foram abordados, na discussão do relatório e contas de 2023, porque começaram a intervenção hoje, aqui na Assembleia Municipal, sobre a questão de trazer temas para aqui sem conteúdo, de vazio, para discussão de coisas que não têm discussão, e agora foram surpreendidos, durante estas intervenções, com mais vazios.

Primeiro ponto, dizem que não sabem se vão votar o relatório e contas com o parecer do revisor oficial de contas ou não, porque isto são documentos separados, e então vão ver, e devem ter recebido a mesma convocatória que o próprio, e que diz o seguinte “Encarrega-me o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Moita, António Duro, de remeter a V. Exa., a certificação legal de contas do relatório e contas do ano 2023, constante do ponto 3.1 da ordem de trabalhos da sessão ordinária de Abril”, portanto, acha que está claro que o documento pertencia ao ponto para votar. Mais um vazio que encontram.

Depois, o executivo da Câmara é acusado de pormenores a mais. Bem, nunca viu um executivo ser acusado de ser transparente, mas dá-lhes os seus parabéns por serem transparentes, ao menos, não há dúvidas aquilo onde foi gasto o dinheiro, e o que é que foi necessário fazer dado o estado de desgraça que encontram em determinadas situações.

Depois, têm aqui determinados temas, como o resultado líquido do período, o próprio, que vem da área empresarial e da área de gestão, já encontrou muitas pessoas, gestores de topo, por onde passou, e existem dois tipos de gestores, os que querem ser bonzinhos e apresentar boas contas, e os que são realistas. E, aquilo que encara, neste relatório e contas de 2023, é uma gestão realista, porque se quisessem fazer um brilharete e apresentar um resultado líquido, como já tiveram a oportunidade de ver em anos passados, não se contabilizava imparidades, não se investia em recrutamento de novos colaboradores, por baixa de outros, para que o relatório ficasse bonitinho, não se recrutava colaboradores, para fazer face àquilo que foram os aumentos das contribuições salariais que o município teve de ser obrigado, e faziam o relatório bonitinho, até caía aqui no breakeven, ficava tudo bonito e ninguém falava sobre o resultado.

E aqui, tem que saudar o executivo municipal pela coragem de não ter medo de apresentar um resultado líquido negativo do ano, porque teve que tomar posição e teve que tomar decisões, e é isto que pedem a um executivo municipal, que não tenha medo de decidir, independentemente, de trazer, mais ou menos, visibilidade àquilo que é o próprio relatório e aquilo que é a gestão do próprio executivo, e por isso, saúda aqui o município, em nome do executivo municipal, de ter a coragem de tomar decisões e de não ter medo de mostrar aquilo que é a realidade das contas do município, ao contrário de outros anos, e já tiveram várias surpresas, e algumas coisas que não foram reportadas para que os números batessem certo.

Depois, vão ao despesismo, e ficaram a saber hoje que, para a CDU, despesismo deste executivo é conservação e recuperação dos edifícios municipais, remodelação e construção de redes de águas residuais do concelho, conservação de viaturas e máquinas, aquisição e reparação de maquinaria de equipamento, recolha seletiva de biorresíduos, locação de maquinaria e equipamento, e só estes pontos equivalem a 2800000 euros. É isto que a bancada da CDU considera como despesismo, e, se para a CDU, despesismo é garantir condições aos trabalhadores, para fazerem as suas funções, e garantir que têm uma rede de águas capaz de responder às necessidades dos munícipes, se é reparar equipamentos que os trabalhadores necessitam para fazer a recolha dos resíduos sólidos e outros, se isto é despesismo, têm aqui, claramente, bem visível, o que é que podem esperar, e esperam que não, se tiverem, novamente, a CDU à frente do município.

Depois, dizia aqui o Deputado João Figueiredo, que era muito engraçado fazerem comparação do investimento em anos de pandemia, mas vão mais atrás, não há problema nenhum. Em 2016, 3028000 euros, 2017, 4200000 euros, 2018, 3600000 euros, 2019, 3800000 euros, e desses 3800000 euros, só foram executados 42%, 2020, 40% de execução de um orçamento de 3852000 euros, e podem ir mais para trás, se quiserem, não há problema nenhum. Logo, não há comparação sequer com aquilo que é a capacidade do executivo da CDU à frente do município, com aquilo que é o executivo do PS à frente município. No PS têm um plano, têm uma metodologia de trabalho, são coerentes, são transparentes, e, como o senhor Presidente da Câmara Municipal já teve oportunidade de dizer, infelizmente, tiveram que começar pelo básico, porque o próprio básico nem sequer estava assegurado.

Por último, a questão dos asfaltamentos, pois, os asfaltamentos é o que é. Por acaso, teve oportunidade, ainda não era membro desta Assembleia, de vir aqui colocar uma questão numa Assembleia Municipal, no mandato anterior, sobre a questão das repavimentações de algumas ruas do município, e aquilo que lhe foi dito é que não podiam repavimentar todas as ruas, tudo bem. E é compreensível que não se pode fazer tudo de uma vez, porque repavimentaram 200 metros da rua que referiu, mas pronto, repavimentaram, num quilómetro e meio, 200 metros já não é mau.

Mas, não se lembra, pode estar enganado, de ter visto grandes intervenções a nível dos saneamentos, além da avenida 1º de Maio e a ex-estrada nacional, e agora apontem-lhe quais é que foram as outras, porque, naquilo que é a freguesia de Alhos Vedros, não conhece, naquilo que é a freguesia da Moita, pode estar enganado, mas também não se lembra, na União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos também não se lembra, ou seja, aquilo que veem, é isto. É fácil. É preciso asfaltar, mete-se, e depois, quem vier atrás, desenrascasse, e se houver uma rutura não faz mal. Chegaram ao extremo de ver ruas repavimentadas e, ao fim de 2 ou 3 meses, estarem cortadas. Fez-se uma repavimentação, e ao fim de 2 ou 3 meses, rutura de água, corte da estrada, novamente, e ficou logo ali o alcatrão marcado com um remendo, e isso não é admissível.

Isso, para o PS, é que é despesismo. Isso, para o PS, é que é gastar fundos, daquilo que é o dinheiro que os municípios entregam nos seus impostos, estar a colocar para o lixo, que é a mesma coisa que terem necessidade de reparar uma coisa qualquer e taparem, camuflarem, e deixarem ficar ali à espera que alguém resolva a seguir. Isso é que é despesismo, não é aquilo que está neste relatório e contas de 2023.

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Dado o adiantado da hora, poderia até prescindir, porque o seu camarada João Figueiredo já disse algumas coisas, mas tem mesmo que intervir.

Em primeiro, gostaria, muito sinceramente, e já não é a primeira vez que o diz, mas gostaria de pedir ao senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, para ter alguma delicadeza quando fala com a Assembleia, muitas vezes, parece zangado, mas não precisa de se zangar, é o senhor que é o Presidente da Câmara, foi eleito por votos do povo, e já está no seu terceiro ano de mandato.

Relativamente aos trabalhos, e aquilo que o senhor Presidente teve oportunidade de expor, gostaria de dar aqui um exemplo, um bocado esfarrapado, para tentar perceber e então, imaginando que têm dois

jovens, que casam, precisam de sítio para habitar, e têm um casal que herda uma casa toda recheada, uma vivenda, tem piscina, tem uma biblioteca, tem tudo e mais alguma coisa, e têm outro casal que tem que começar pela base, a construir a sua casa, a fazer os caboucos, a procurar comprar tudo e mais alguma coisa, etc., etc.. E então, se se recordam, na sua intervenção na tomada de posse, disse, sim, que o PS ganhou, mas herdou um concelho onde, realmente, a maior parte de infraestruturas, de esgotos, de água, escolas, bibliotecas, jardins, tudo foi feito pelo executivo da CDU, ao longo dos 46 anos.

De tal forma, que o senhor Presidente, há bocadinho, apresentou aqui uma série de atividades, de obras, portanto, substituição de cortinados, janelas, chão, etc., etc., portanto, a própria poderia ficar a bater palmas, mas, na realidade, não vê nada de extraordinário em que edifícios antigos que foram trabalhados, que foram recuperados, como o moinho de maré, entre outros, que estejam agora numa fase de precisarem de algumas obras, de algumas substituições, “vamos lá substituir os cortinados, vamos lá pintar uma paredes”, mas isto porque só se substitui cortinados num edifício que já tem cortinados, e que já lá estavam há muito tempo.

Portanto, são estas as obras, são estas as iniciativas que se apresentam, e acha que não é de ficarem aqui a bater palmas e muito satisfeitos, porque, realmente, as grandes obras que se fizeram, como o seu camarada João Figueiredo já teve oportunidade de referir, foram obras de seguimento, a avenida 1º de Maio, a piscina, enfim, a continuação do centro de saúde, com toda esta agitação e com tudo isto que têm vindo a discutir há uma série de tempo, portanto, este executivo preocupou-se, e não vai usar, mas poderia, as palavras do Deputado António Costa, de ser o mais simpático para os trabalhadores, preocupado em “passar a mãozinha” aos trabalhadores porque, no fundo foi o que o senhor Presidente aqui apresentou.

Estão num concelho, que tem uma série de munícipes, e é um facto que herdaram um concelho com infraestruturas, e volta a dizer, com escolas, com bibliotecas, com jardins, com tudo e mais alguma coisa, e até com o gorgulho da palmeira, que foi destruindo as palmeiras e foi necessário retirar algumas palmeiras. Portanto, é preciso que haja distinção, e ninguém está aqui a dizer que as contas estão mal feitas, porque as contas estão bem feitas, e têm o aval do reviso oficial de contas, agora, na realidade, opções de fundo, não há. Não há opções de fundo, não houve intervenções que se possam dizer de interesses, de progresso do concelho, e é claro que tem que haver projetos, naturalmente, o que faltava agora era o PS ganhar a Câmara e só se limitar a fazer os projetos que já estavam na gaveta da CDU, isso era incrível

Tinham que fazer os seus, com certeza. Tinham que fazer os seus, era o que faltava, e quando o senhor Presidente da Câmara fala “os senhores não fizeram e nós tivemos que começar”, o que queriam fazer era só continuar aquilo que a CDU tinham deixado? Não. Por favor. Se isso serviu de desculpa no primeiro ano de mandato, não serve agora, já no terceiro ano. Têm o aval da população para liderar a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, portanto, têm que fazer o seu trabalho, agora, não devem estar aqui a bater palmas, porque foram substituídos uns cortinados, ou umas janelas, ou o chão, e que fazem falta, mas, atenção, é que só fazem falta porque as coisas que CDU deixou, com certeza, já estavam antigas, mas é como nas suas casas onde também fazem esse tipo de intervenções.

Mais uma vez, e faz poucas intervenções, gostaria que este tipo de intervenções também fossem mais comedidas, e continuam com problemas gravíssimos no concelho, que foram prometidos pelo PS que iam ser resolvidos, como, por exemplo, a vala real entre Alhos Vedros e a Vinha das Pedras, e essa vala real continua com os mesmo problemas, nada foi feito, e lembra-se perfeitamente que foi uma bandeira do PS, na altura, resolver o problema da vala real. Passaram quase três anos e a vala real está, exatamente, na mesma como estava, com uma deposição de lixos e de entulhos, como as ervas, como o lixo nas ruas, como os contentores, aliás, não estão igual, estão muito pior.

Portanto, o PS tem que fazer o seu trabalho, e a CDU faz o seu trabalho de oposição. Não têm o projeto do PS, se tivessem ganho as eleições, teriam o seu projeto, e estariam cá a dar continuidade, e agora, o PS, dá a continuidade ao seu projeto de deixem-se de continuar a dizer “os senhores e tal”. Não, não. É o projeto do PS, estão quase há três anos e têm que assumir aquilo que são os seus objetivos e os seus projetos, e a CDU cá está, para dizer que, na realidade, não são os da CDU.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Ouviu a intervenção da bancada do Partido Socialista sobre os vazios e, de facto, cada um vê o copo, quando ele está meio, se está meio cheio, se está meio vazio, para uns está meio cheio, para outros está meio vazio, mas em nome da honestidade intelectual, e quando se fala em vazios, quando se fala em despesismo, tem que se falar, necessariamente, que o investimento, e sim, o investimento em equipamento e o investimento nas condições de trabalho dos trabalhadores é importante, mas é

preciso olhar para o aumento que o orçamento teve, naquilo que foi os gastos no outsourcing, ou seja, em vez de investir ainda mais na qualificação e na valorização dos trabalhadores municipais, gastou-se mais quatro milhões de euros em outsourcing.

É o que está aqui na página 365, nos fornecimentos e serviços externos, está cá mais quatro milhões de euros, e isto tem que ser dito, e que não foi dito pelo senhor Deputado, certamente, sabedor, como já declarou, de contas, deveria ter referido, exatamente, esta questão aqui, também porque estão num ato informativo, mas dado o adiantado da hora, ou para quem não percebe nada de contas, quem os ouve lá em casa e já está um bocadinho a dizer “o que é que aquela gente está ali a discutir”, e acreditando, diga-se, no documento que aqui é apresentado pela Câmara Municipal, expliquem-lhe este milagre, este milagre ou esta coisa estranha, melhor dizendo, que é como é que em 2022 tiveram um resultado líquido do exercício de dois milhões de euros, uma taxa de execução 79% na globalidade e, no ano seguinte, saldo líquido é de menos sete milhões e quinhentos mil euros, ou seja, há uma diferença de nove milhões e quinhentos mil euros, um número astronómico, e pasme-se, a taxa de execução baixou para 77%.

É isto que gostava de ver explicado, é isto que o executivo não explica e é isto que as pessoas que estão lá em casa, e que não percebem nada de contabilidade, mas têm “dois dedos de testa” estes números, gostavam que justificassem, e essa justificação não está aqui dada. Podem deturpar as contas como quiserem, agora explicar este simples facto, não conseguem explicar, porque é o próprio documento que aqui diz “o resultado líquido em 2023 apresentou-se negativo em 7.516.825 euros”, e depois, mais à frente, na página 3881, na demonstração de resultados, e até está arredondado aos cêntimos, “refletindo um incremento nos rendimentos de cerca de 3.033.461 euros face a um grande aumento dos gastos” – a um grande aumento do gastos – “de cerca de 12.129.957 euros”.

É isto que gostava de ver explicado, e que sabe de gestão, que explique, porque não é especialista na matéria, mas sabe ver números, como todos sabem e quem está lá em casa sabe, e é isso que as pessoas gostavam de ver explicado.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Neste momento, dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia, disse que considera que é importante responder a algumas questões que foram apontadas à Câmara, que não podem ficar sem resposta, a bem da transparência e da dignidade do órgão.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante o adiantado da hora, e após a anuência do plenário, passou a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Começar por agradecer à senhora Deputada Mónica Ribeiro, mas não é sua intenção, com a sua forma de falar, beliscar, de alguma forma, a senhora e os demais que aqui estão presentes. A emoção com que fala, às vezes, e sabe que cria alguns constrangimentos, mas fala com emoção e transmite com emoção e com verdade aquilo que está a dizer. Sempre foi assim e não veste um casaco que não é seu. E também salientar e saudar a referência que fez aos já 3 anos, mas não, têm 2 anos e 5 meses de gestão.

Mas, agora vão aqui aos factos, que são muito, muito, muito importantes. Primeiro que tudo, responder aqui uma questão básica. A CDU, e é uma questão de trazer aqui o projeto, trazer aqui a planta do terreno e colocar ao dispôs, se assim o pedirem, ou pode enviar também, a planta do terreno do cemitério onde estava programado, neste caso, o CROAE. O que a CDU fazia era colocava o CROAE ao lado do cemitério, mas escondido. Colocava ao lado do cemitério mas escondido, mais para trás, é como aqueles móveis velhos, ou aquela toalha velha que têm lá em casa e quando vêm têm visitas se esconde, agora, aqui era lá para trás, escondia-se lá para trás, não.

E depois, entra aqui numa falácia, quando diz que é o facto de terem mudado de sítio que faz a poupança do preço, do valor. Não. Disse e pode-se ver nas gravações, agora, que fique claro que o último concurso era mais de 750000 euros para fazer 20 boxes, e ficou deserto. Metade. Ficou deserto, é público, está na ata da reunião de Câmara, e foi o facto de o concurso ter ficado deserto, que permitiu a Câmara ter dado um passo atrás, nesse sentido, rever o projeto e lançar um concurso por 739000 euros, para fazer as 40 boxes que estão lá. Mas, isto tudo está nas atas e está nos documentos. Isto é a verdade dos factos.

Depois, outra coisa que também importa ser dita, e é importante ser conhecida, é que o sítio onde a CDU queria fazer, previa, na rede de esgotos, porque isto agora está na moda, isto agora, na gestão da CDU, parecia que era moda, faz-se o equipamento e os esgotos é à parte. Os esgotos vêm à parte, é uma coisa que vem a parte, não faz parte do projeto, é à parte, a rede de esgotos vinha à parte, então a rede de esgotos que vinha à parte, porque podia ser por fossa, e podem imaginar o que é que é um canil, com aqueles animais todos por fossa, com a limpeza das boxes, todos os dias tinham que ter camiões e trabalhadores só pra isso, ou então era uma fossa enorme, ao lado do cemitério. Iam pôr uma fossa enorme ao lado do cemitério, porque senão, para recolher, tinham que ir lá dia sim, dia sim.

Estava previsto gastar, e está nos documentos, está escrito, não é do PS, são documentos da Câmara, dos técnicos da Câmara, estava previsto, nessa rede de esgotos e de infraestruturas, gastar 250000 euros, por cima de 1000200 euros. Por cima 1000200 euros, que era a totalidade do projeto, era mais 250000 euros, e fizeram por 739000 euros, mais 25000 euros, que foi o que lhes custou a rede de esgotos. 10%. Isto é saber gerir.

Outra coisa que na CDU não dizem, é que pediram um empréstimo para a piscina, e depois acusam-nos de serem despesistas e de pedirem empréstimos, de 2000000 euros, só que a piscina custa 3000000 euros. Mas, a CDU pediu um empréstimo de dois milhões para a totalidade do projeto, entretanto a obra foi a concurso, verificou-se que afinal a piscina custa três, mas só tinham dois, e o que fizeram, perante a avaliação, foi pedir o que faltava, e que é uma despesa de investimento e é uma coisa que fica.

Agora, outra coisa, para que fique claro, nesta forma de estar, e quando lhes dizem que andam aqui a seguir o trabalho que era da CDU, tinha vergonha de fazer, simplesmente, o trabalho que era da CDU, porque aí estava a fazer um mau serviço à população que o elegeu. Reparem bem, na estrada nacional, que se requalificou, e que tinha mal apontadas as paragens dos autocarros, e teve que se andar ali a ver e a rever e etc., já para não falar nas entradas para os prédios e não estar previsto a elevação dos passeios para os estabelecimentos comerciais, permitindo que pessoas com mobilidade reduzida possam aceder aos estabelecimentos comerciais, coisa que tiveram o cuidado de fazer, e ainda conseguiram fazer essas pequenas mudanças.

Mas, fizeram uma grande alteração, porque, como todos bem se lembram, havia sempre problemas na rua 1º de Maio, sempre que chovia, porque havia um constrangimento a seguir ao túnel, e passava a estrada nacional 11 e ia para a rua Bento Gonçalves, e o que tiveram que fazer foi substituir toda a rede de pluviais da rua Bento Gonçalves e pavimentar. Não fizeram a estrada nacional 11, para depois se lembrarem que, afinal, tinham que fazer toda uma intervenção na estrada nacional 11, onde era a ligação dos diversos ramais, para depois voltar a repavimentar. E depois, tiveram que mudar a solução, porque esta empedrado e tinha que ser em betuminoso, para as obras acelerarem mais rápido, para que os comerciantes não fossem mais afetados, por essa falta de programação e essa falta de visão. E, a CDU sabia que isto estava lá, porque os técnicos da Câmara que cá estavam eram os mesmos. Não o fizeram porque não quiseram. Fez este executivo, e é isso que é seguir as políticas da CDU? Não, não é. Desculpem-no, mas não é. Isto é fazer bem, é trabalhar bem.

Depois, dizer uma coisa relativamente ainda às contas que aparecem aqui. Acha que na reunião de Câmara onde estiveram todos, e que depois veio à Assembleia Municipal, houve um grande debate, no ponto das imparidades, se haviam de pôr as dívidas todas das pessoas nas finanças, ou seja, se haviam de as entregar todas às finanças para que as finanças as cobrassem, a torto e a direito, a mal ou bem, e o que os eleitos do Partido Socialista, tanto num órgão, como no outro, se propuserem e disseram aqui quando as questões foram levadas, sempre disseram, em todos os espaços, sempre disseram que iriam de forma ponderada, e caso a caso, tendo sempre o cuidado de primeiro ir por ações de sensibilização, e só depois, no limite, para ações mais drásticas, e só no limite é que iriam para ações mais duras, como entregar às finanças.

Agora a pergunta que faz à CDU é se querem que entreguem todas estas imparidades para as finanças, para cobrarem a torto e a direito, no ano 2023, quando houve a maior inflação de sempre, maior do que no tempo da pandemia? É a pergunta que está a fazer. Agora, quando falam de imparidades, têm que lhes dizer é se querem que comece a cortar, a torto e a direito, a água às pessoas, e a cobrar, a torto e a direito. É isso que têm que lhes dizer, se querem que comece a cortar, a torto e a direito.

Neste momento, perante interrupções por parte da bancada da CDU, disse que respeitou todos enquanto estavam a falar, e a senhora Deputada Mónica, que lhe pediu que fizesse uma intervenção tranquila, agora, se calhar, também seria a hora da sua bancada ter uma postura tranquila.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Alertou os senhores deputados para, se não concordarem, pedirem a palavra a seguir e contestam.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pediu ao senhor Presidente da Assembleia que lhe permitisse continuar, bem como pediu que a Assembleia respeitasse a Câmara, e que a bancada da CDU respeitasse a Câmara.

Lembrar aqui, só para terminar, e falar ainda de contas e respondendo àquela questão que aqui foi falada, e falando também aqui de inflação, que tal como em 2023 foi a maior inflação de sempre, também houve, e acha que aí estão todos de acordo, que os aumentos dos salários, os aumentos do subsídio de alimentação, as progressões da carreira e a contratação de mais trabalhadores, porque em 2 anos contrataram mais, e está aqui está aprovado, do que a CDU em 4 anos, e em 2 contrataram mais sem contar com os das escolas, porque se contassem com os das escolas, mais haveria, para as mesmas áreas de atividade, o enorme aumento dos combustíveis, os enormes aumentos da eletricidade, a enorme inflação, e a Câmara da Moita não é alheia a isso, e mesmo com tudo isto continuaram a investir e a fazer o que tanto fazia falta no concelho. É isso que há a dizer sobre esta matéria, podem querer ver de uma forma ou de outras, mas esta é a verdade dos factos.

Se o senhor Presidente lhe permitir passa a palavra à Vice-presidente Sara Silva para, rapidamente, e sucintamente, esclarecer aqui uma questão.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

É só para tirar a dúvida ao Deputado João Faim, que perguntou como é que se chega um resultado líquido negativo de 7500000 euros, e é fácil porque, na página 356, está lá a evolução da despesa, mas também é fácil na página 381, onde está especificado tudo aquilo que aumentou em termos de custos, portanto, facilmente, se vê as receitas, as despesas e os custos que tiveram, e para lhe dar um exemplo, as vendas diminuíram, está aqui 37% , e em relação aos gastos com pessoal, aumentaram 17,3%,. aumentou os juros, aumentou os serviços externos, e dos serviços englobados nestes 4000000 euros, e de onde vêm os grandes milhões, um deles é a Amarsul e o outro é a Simarsul. Depois também é o custo dos combustíveis, depois é a eletricidade, que também aumentou, portanto aqui justifica-se estes milhões, mas, na realidade, o grande aumento foi, de facto, a Amarsul, por causa do aumento da tarifa e que, realmente, foi um grande peso aqui

Mas também, as transferências e os subsídios concedidos para as juntas, escolas e associativismo foi mais 74%, o que quer dizer que também estão a investir no movimento associativo. E, só dar uma nota, se bem se lembra, em 2021, o resultado líquido também foi negativo, e foi negativo porque optaram por imputar as imparidades, coisa que, até à, altura nunca o tinham feito, porque se o tivessem feito, provavelmente, em 2019 e em 2020, o resultado líquido era igualmente negativo, portanto, pensa que respondi à questão, está aqui explanado na página 381, como é que se chega a este resultado líquido. Está aqui muito bem explanado, é só olhar para as receitas e para os gastos, para os rendimentos, para os gastos e, facilmente, chega lá.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante mais pedidos de intervenção por parte da bancada da CDU, por considerarem que não lhes responderam a todas as questões, pediu desculpa, mas acha que a Câmara já respondeu, até ouviu aqui coisas repetidas pela segunda ou pela terceira vez, e isto assim nunca mais tem fim. Acha que isto é um abuso, e é um sacrifício sobre todas as pessoas que estão aqui, porque já vão a caminho das 3 da manhã, portanto vai passar à votação,

Em seguida, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezassete votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE; quatro abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; dez votos contra da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Mónica Ribeiro

“Os eleitos da CDU consideram que o relatório e contas relativo ao ano de 2023, nomeadamente, ao nível das demonstrações financeiras e do relatório de gestão, evidencia, de forma apropriada, a situação financeira do município, bem como a atividade desenvolvida, reconhecendo o empenho dos trabalhadores que tornaram possível a sua realização.

Assim a CDU votou contra o relatório e contas, não porque discorde das contas apresentadas e certificadas, mas sim, porque este reflete as opções políticas erradas, que não demonstram da parte de quem gere o município, uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de resolução efetiva de problemas.

O relatório evidencia, em 2023, um resultado líquido negativo superior a 7,5 milhões de euros, concretamente, 7.516.824,52 euros, quando, em 2022, o resultado líquido foi positivo em quase dois milhões de euros, concretamente, 1.988.793,12 euros, ou seja, em 2 anos teve uma variação negativa superior a cerca de 9,5 milhões de euros.

A par disso, verifica-se uma expressão orçamental muito baixa, de apenas 77%, aliás, uma das mais baixas de sempre. Como se pode verificar, no resumo orçamental demonstrado, a execução orçamental baixa face ao ano anterior, de 79% para 77%, confirmando esta tendência, desde que PS assumiu a gestão do município da Moita.

Comprova-se, mais uma vez, o descrédito no anúncio de boas intenções, espelhadas nos sucessivos orçamentos, mas que não passam de promessas vãs, de quem tudo promete a todos, mas que nada cumpre.

Este relatório demonstra, efetivamente, a demora e a incapacidade deste executivo PS, na execução de obras e ações já lançadas ou programadas pelo anterior executivo, que justificou o acumular de situações de desalento e de queixas por parte da população, face à não solução de problemas, mas, antes pelo contrário, o agravar de alguns deles.

Este documento, vem dar-nos razão naquilo que afirmámos aquando da votação do orçamento, da inexistência de uma estratégia de desenvolvimento sustentado, e na captação de investimento para o concelho, e é a prova de uma política errada, e não há nada que nos permite vislumbrar algum de bom no projeto político do PS para o concelho da Moita.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pela Deputada Carmen Mafra

“Em relação a este relatório, e ao muito que aqui é transcrito, nada temos a opor, até porque a maioria das decisões foram submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, e tiveram o apoio dos eleitos do Bloco de Esquerda.

Discordamos de algumas, e reclamámos outras que entendíamos, e entendemos, serem necessárias e urgentes.

Claro que temos ideias diferentes para o concelho, e teríamos, de certeza, realizado menos festas e festinhas, e mais adjudicações para trabalhos de cantoneiros, calçada e reparação de vias públicas, para melhorar o bem-estar dos nossos concidadãos.

Quanto às contas de 2023, continuámos a verificar algumas dificuldades nas taxas de execução, mas hoje, tal como no passado, não queremos, nem nunca poríamos as mesmas em causa, pois entendemos que contas são contas, e são feitas por funcionários autárquicos, com o apoio dos eleitos, submetidas a parecer favorável de revisores oficiais de contas e, posteriormente, submetidas ao Tribunal de Contas, razão mais que suficiente para votar favoravelmente o relatório e as contas de 2023.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº1 do artigo 41º do regime da Assembleia Municipal, fazer constar da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 19/04/2024, a sua declaração de voto referente a proposta 73/2024, fundamento-a nos termos a seguir apresentados.

A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente a proposta do relatório de contas de 2023, considerando que o documento reflete não apenas a gestão financeira responsável, mas também o compromisso com o desenvolvimento sustentável do município e a capacitação dos recursos do município, sejam eles humanos, seja em equipamentos, para um melhor funcionamento dos serviços.

Primeiramente, destacamos o salto de gerência transitado para 2024, embora ligeiramente menor que em 2023, representa mais de seis milhões de euros, o que reflete a utilização ponderada dos fundos, em prol das necessidades municipais.

A análise detalhada da receita revela um crescimento significativo na ordem dos 11,3%, em relação ao ano anterior, o que corresponde a um elevado grau de execução, nomeadamente, na liquidação de 96%, e na cobrança de 82%.

No que tange à despesa, embora tenha havido um aumento em relação ao ano anterior, este é justificado pelo incremento dos gastos com pessoal e transferências concedidas, especialmente, em áreas cruciais, como a ação social. O grau de execução da despesa demonstra um desempenho orçamental sólido.

Destacamos também os indicadores económico financeiros, que evidenciam a estabilidade e equilíbrio da situação financeira do município, bem como a margem para endividamento confortável, permitindo a continuidade dos investimentos necessários para o desenvolvimento local.

No que concerne ao investimento, é notável o aumento significativo em 2023, conseguindo-se triplicar em relação ao valor pré Covid, refletindo um compromisso sério com o desenvolvimento infraestrutural do município.

A execução exemplar dos recursos destinados ao investimento, mostram não apenas uma visão de longo prazo, mas também uma capacidade de concretização das políticas municipais do Partido Socialista no executivo da Câmara Municipal da Moita.

Por fim, apesar do aumento dos custos operacionais e investimentos necessários, conseguimos aferir que a saúde financeira do município é visível neste relatório e contas de 2023, sendo parte integrante de uma gestão responsável e voltada para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, com base nestes argumentos e na análise detalhada do relatório e contas de 2023, o Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta o seu voto favorável, reconhecendo e saudando os esforços da atual gestão, em garantir o progresso da comunidade.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Queria só dizer que a continuação da Sessão será em maio, e indicará depois a data, para ser também a uma sexta-feira, porque houve pedido de várias pessoas para não ser num dia de semana. Vão acrescentar dois pontos para os coordenadores fazerem a prestação de contas das duas únicas comissões que estão a trabalhar.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pedi permissão ao senhor Presidente da Assembleia para dizer que existem aqui algumas questões fundamentais, e percebe as disponibilidades de cada um, todos quando se elegeram, já sabiam ao que vinham, acredita que ninguém tenha vindo ao engano, e só quer lembrar que existem vários documentos trouxeram a esta Assembleia Municipal, que são muito importantes de serem votados o mais rapidamente possível. E diz isto, porque são os contratos interadministrativos das escolas e a Estratégia Local de Habitação, para que depois não venham criar aqui soundbites, como aquele que vieram criar do leite, quando, na realidade, sempre houve leite nas escolas, ou então outras situações que, não obstante, vieram aqui trazer, por isso, esta ficará para responder nos atos da Câmara.

Só queria, e não podia deixar passar em branco a necessidade destes dois documentos serem votados ainda no mês de abril, sugerindo segunda-feira.

Disse ainda, que acredita, pelas intervenções que ouviu agora por parte de algumas bancadas (sem recurso a microfone), que está posto em causa o respeito por ambos os órgãos. A Câmara tem representações em vários sítios e tem que honrar essas representações, no presente, como no passado, e nunca foi colocado em causa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Disse que a Câmara também tem compromissos para com a Assembleia Municipal, e pede desculpa, mas isso é válido para os dois lados. Todavia, uma vez que não está a haver consenso no plenário, informou que ia submeter a proposta de realização da 2ª Reunião da presente Sessão, na próxima segunda-feira, dia 22 de abril, a votação.

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

Com isto tudo, acha que estão todos a ter é uma grande falta de respeito pelo órgão Assembleia Municipal. Já que a CDU não pode fazer a segunda parte, ou a terceira, do debate do relatório e contas, e foi logo submetida à votação, porque é que não é lida a ata em minuta e depois logo se vê quando é que a Assembleia Municipal. Pede desculpa, mas aqui duas medidas diferentes é que também não dá.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que, como a bancada da CDU sugeriu (sem recurso a microfone) vão votar o dia 22 de abril, segunda-feira, e o dia 26 de abril, sexta-feira.

Submetido a votação o **dia 22 de abril, segunda-feira** foi o mesmo **aprovado** por **maioria** com quinze votos a favor do PS; quatro abstenções, sendo uma do BE, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; doze votos contra, sendo dez da CDU, um do BE, um do PSD.

Submetido a votação o **dia 26 de abril, sexta-feira** foi o mesmo **reprovado** por **maioria** com onze votos a favor, sendo dez da CDU, um do PSD; cinco abstenções, sendo duas do BE, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; quinze votos contra do PS.

Perante o adiantado da hora, e em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento deste Órgão, o Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, interrompeu a sessão, sendo os restantes e últimos pontos da ordem do dia protelados para uma segunda reunião, a realizar no próximo dia 22 de abril de 2024, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, eram duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de abril de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 13.03.2024 A 19.04.2024
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
023	19-03-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 13.03.2024
024	19-03-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira Regional de Maio e Festas em Honra da nossa Senhora da Boa Viagem, ano de 2024
025	02-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Contrato de Arrendamento para Fins Não habitacionais de um armazém, sito na Rua dos Corticeiros, n.º 29, Loteamento Industrial da Quinta dos Machados, freguesia de Alhos Vedros; 1ª alteração à Estratégia Local de Habitação
026	02-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 27.03.2024
027	09-04-2024	GMBE - Grupo Municipal do Bloco de Esquerda	Solicita o envio de elementos sobre a alegada dívida da CMM para com os SMTCB
028	15-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Relatório e Contas do ano 2023; Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores de Agrupamentos de Escola – 2024
029	15-04-2024	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 19 de abril
030	16-04-2024	GMPS - Grupo Municipal do Partido Socialista	Solicita informação sobre infiltrações no Centro de Saúde da Moita
031	16-04-2024	Carmen Sofia Pereira Lima	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 19 de abril
032	16-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados do Grupo Municipal da CDU, sobre a Carris Metropolitana
033	16-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados do Grupo Municipal da CDU, sobre a Notificação aquando da discussão e votação da delimitação das ARU
034	16-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados do Grupo Municipal da CDU, sobre o Relatório e Contas de 2021
035	17-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 11.04.2024

036	17-04-2024	Cândida de Lurdes Gomes Vinagre	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 19 de abril
037	17-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados do Grupo Municipal da CDU, sobre as avenças nos anos 2020, 2021 e 2022, até ao mês de maio
038	17-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados do Grupo Municipal do PS, sobre as infiltrações no Centro de Saúde da Moita
039	17-04-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete resposta ao requerimento apresentado pelos Deputados do Grupo Municipal da CDU, sobre o pedido de cópia de e-mail
040	17-04-2024	Presidente da Assembleia de Freguesia da Moita, Eduardo Rocha	Remete cópia da Moção "Em defesa do direito à saúde, pelo pleno funcionamento da USF Boa Viagem", aprovada na Sessão de 15.04.2024
041	17-04-2024	João Fernando da Silva Soeiro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 19 de abril